

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

NIEGE DA ROCHA GUEDES

**A CARNAVALIZAÇÃO EM CHARGES
COM TEMÁTICA RACISTA: UMA ANÁLISE DIALÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nadia Azevedo
Coorientador: Pof. Dr. Pedro Farias Francelino

Recife

2022

G924c Guedes, Nieve da Rocha

A carnavalização em charges com temática racista :
uma análise dialógica / Nieve da Rocha Guedes, 2022.

130 f.: il.

Orientadora: Nadia Azevedo

Coorientador: Pedro Farias Francelino

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

Doutorado em Ciências da Linguagem, 2022.

1. Análise do discurso. 2. Charges. 3. Discriminação
racial. 4. Sociolinguística. I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB4/1338

NIEGE DA ROCHA GUEDES

**A CARNAVALIZAÇÃO EM CHARGES
COM TEMÁTICA RACISTA: UMA ANÁLISE DIALÓGICA**

Aprovada em 29/11/2022

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Nadia P. S. G. de Azevedo (UNICAP) - Orientadora



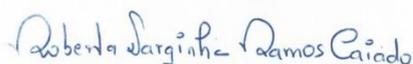
Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (UFPB) – Coorientador



Profª Drª Evangelina Maria Brito de Faria (UFPB)



Prof. Dr. José Herbertt Neves Florencio (UFCG)



Profª Drª Roberta Caiado (UNICAP)



Profª Drª Elaine Pereira Daróz (Unicap)

Recife

2022

Aos meus pais, Marlene e Guedes, pelo amor incondicional e recíproco.

À minha amada filha Duda, por tornar a minha vida melhor e mais leve.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, razão de minha existência.
- À Professora Doutora Dóris Arruda, pelo conhecimento partilhado nas disciplinas, no grupo de pesquisa e nas orientações, durante o curso.
- À professora Doutora Nadia Azevedo, por ter aceitado me orientar no fim deste percurso, pelas contribuições que deu a este trabalho, e pela acolhida.
- Ao professor Doutor Pedro Francelino, por ter gentilmente aceitado ser meu coorientador no final da caminhada, e pelas ricas contribuições que me fizeram avançar neste trabalho com um novo olhar.
- Às professoras doutoras Angela Lima e Roberta Caiado, pelas importantes sugestões na qualificação do projeto de tese.
- Às professoras Evangelina Faria e Elaine Daróz, pelo olhar atento e pelas observações que muito me ajudaram na qualificação da tese e na finalização deste processo.
- Ao professor Herbertt Neves e às professoras Roberta Caiado, Evangelina Faria e Elaine Daróz, por aceitarem compor a banca e pelas valiosas observações.
- À minha família, por acreditar em mim com tanto amor e paciência.
- A todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada.
- Aos meus amigos e amigas do doutorado, especialmente Francilene e Klebson, pelo convívio e amizade preciosos.
- A todos os amigos e amigas que torceram por mim.
- À coordenação do Doutorado e aos professores que me ajudaram com os seus ensinamentos.
- À Capes, pela bolsa concedida no ano de 2021.

“Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2019, p.57).

RESUMO

Esta tese investiga o uso da linguagem carnavalesca em charges com temática racista, publicadas entre 2019 e 2021 no Brasil, a fim de analisar o posicionamento axiológico do autor das vozes nas charges. Para uma melhor compreensão da realidade do negro no Brasil, será necessário tecer considerações a respeito de como o racismo é estruturado e está enraizado na sociedade brasileira, e do percurso da luta do negro no país, que persiste até nossos dias, a fim de compreender também a realidade refratada pelos sujeitos autores das charges. A análise será fundamentada na perspectiva dialógica do discurso, de Bakhtin (2003, 2010, 2015, 2016 e 2018) Volóchinov (2013 e 2017) e Medviédev (2019), dentre outros autores estudiosos dessa teoria, levando em consideração questões relativas à compreensão das ideias presentes nas charges, que indicarão a posição axiológica que os chargistas assumem, uma vez que, para esses autores, a linguagem é constituída de valores, e esses valores expressam a postura social dos grupos. Sendo assim, é importante investigar quais discursos são constitutivos do racismo, a fim de analisar como a linguagem carnavalesca presente nas charges com temática racista constrói a posição axiológica dos chargistas contra o preconceito e a violência racial. Além disso, por meio da linguagem carnavalesca, os chargistas criticam o racismo, dialogam com os discursos racistas e antirracistas circulantes na sociedade e expressam valores do momento discursivo em que elaboram as charges. Dessa forma, as charges apresentam a sociedade pelo avesso, mostram injustiças e revelam ações perversas contra o negro. Com isso, por meio do texto verbal e visual, constitutivo das charges, os chargistas incitam o leitor à reflexão sobre sua realidade e a uma possível reação sobre um acontecimento, que poderá provocar mudanças dessa realidade. Para esse estudo, será feita uma análise de seis charges, organizadas em três grupos, cada um com duas charges que dialogam entre si a respeito de um mesmo acontecimento, além de dialogarem com outros discursos circulantes, princípio constitutivo da teoria dialógica. Nelas examinamos como a carnavalização evidencia e, ao mesmo tempo, expressa o posicionamento axiológico de combate ao racismo no Brasil, utilizando-se da ironia e do sarcasmo. A análise será qualitativa porque visamos aprofundar questões relacionadas à carnavalização nas charges, e à importância dela para a apreensão do posicionamento axiológico do chargista e da compreensão dos sentidos. Além disso, poderemos observar como a charge pode contribuir para a conscientização do processo de mudança de determinado grupo. Constatamos que as charges selecionadas denunciam como o negro é tratado e mostram como o prestígio socioeconômico da elite branca acaba reforçando o preconceito no Brasil. Assim, imagem e elementos linguísticos se misturam para a construção e compreensão do texto e para a caracterização do gênero. Contribuem, portanto, para a compreensão da posição axiológica do autor, que sempre está impregnada de valores a partir de um contexto que determinará a entonação do discurso e a imagem adequada para expressar a posição antirracista assumida pelos chargistas nas charges analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: 1) análise dialógica do discurso; 2) carnavalização; 3) discriminação racial; 4) charges com temática racista.

ABSTRACT

This thesis investigates the use of carnival language in racist-themed cartoons, published between 2019 and 2021 in Brazil, in order to analyze the axiological assumptions of the author's voices in the cartoons. For a better understanding of the reality of black people in Brazil, it will be necessary to make considerations about how racism is structured and rooted in Brazilian society, and about black people's struggle in the country, which persists to this day, as well as to understand the reality refracted by the authors of the cartoons. The analysis will be based on the dialogic perspective of discourse, by Bakhtin (2003, 2010, 2015, 2016 and 2018) Voloshinov (2013 and 2017) and Medvedev (2019), among other authors who study this theory, taking into account issues related to the understanding of the ideas present in the cartoons, which will indicate the axiological position that the cartoonists assume, since, for these authors, language is made up of values, and these values express the social posture of the groups. Therefore, it is important to investigate which discourses are constitutive of racism to analyze how the carnival language present in racist-themed cartoons builds the axiological assumption of cartoonists against prejudice and racial violence. In addition, through carnival language, cartoonists criticize racism, dialogue with racist and anti-racist discourses circulating in society, and express values of the discursive moment in which they create the cartoons. In this way, the cartoons present society inside out, show injustices, and reveal perverse actions against black people. With this, through the verbal and visual text, constitutive of the cartoons, the cartoonists encourage the reader to reflect on their reality and to react to an event, which may cause changes in this reality. For this study, six cartoons will be analyzed. They will be organized into three groups. Each group will contain two cartoons that dialogue with each other about the same event, and with other circulating discourses, a constitutive principle of dialogic theory. It will be examined how carnivalization shows and, at the same time, expresses the axiological assumption of combating racism in Brazil, with irony and sarcasm. The analysis will be qualitative because we aim at extending issues related to carnivalization in cartoons, and its importance for the apprehension of the axiological assumption of the cartoonist and the understanding of the senses. In addition, we will be able to observe how the cartoon can contribute to the awareness of the changing process of a certain group. We concluded that the selected cartoons denounce how black people are treated and show how the socioeconomic prestige of the white elite ends up reinforcing prejudice in Brazil. Thus, image and linguistic elements are mixed for the construction and understanding of the text and for the characterization of the genre. Therefore, they contribute to the understanding of the author's axiological assumption, which is always impregnated with values from a context that will determine the intonation of the speech and the appropriate image to express the anti-racist position assumed by the cartoonists in the analyzed cartoons.

KEYWORDS: 1) dialogic discourse analysis; 2) carnivalization; 3) racial discrimination; 4) racist-themed cartoons.

SOMMAIRE

Cette thèse étudie l'utilisation du langage carnavalesque dans les caricatures à thème raciste, publiés entre 2019 et 2021 au Brésil, afin d'analyser la position axiologique de l'auteur des voix dans les dessins. Pour une meilleure compréhension de la réalité des Noirs au Brésil, il faudra faire des réflexions sur la façon dont le racisme est structuré et enraciné dans la société brésilienne, et le cours de la lutte noire dans le pays, qui persiste jusqu'à aujourd'hui, afin de comprendre aussi la réalité réfractée par les sujets qui ont dessiné les caricatures. L'analyse sera basée sur la perspective dialogique du discours, par Bakhtine (2003, 2010, 2015, 2016 et 2018) Volochinov (2013 et 2017) et Medvedev (2019), entre autres auteurs qui étudient cette théorie, en tenant compte des questions liées à la compréhension des idées présentes dans les caricatures, ce qui indiquera la position axiologique qu'assument les dessinateurs, puisque, pour ces auteurs, le langage est fait de valeurs, et ces valeurs expriment la posture sociale des groupes. Par conséquent, il est important d'enquêter sur les discours constitutifs du racisme, afin d'analyser comment le langage carnavalesque présent dans les dessins à thèmes racistes construit la position axiologique des dessinateurs contre les préjugés et la violence raciale. De plus, à travers le langage carnavalesque, les dessinateurs critiquent le racisme, dialoguent avec les discours racistes et antiracistes circulant dans la société et expriment les valeurs du moment discursif dans lequel ils élaborent les dessins. Ainsi, les dessins présentent la société à l'envers, montrent des injustices et révèlent des actions perverses contre les Noirs. Avec cela, à travers le texte verbal et visuel, constitutif des caricatures, les dessinateurs incitent le lecteur à réfléchir sur leur réalité et une éventuelle réaction à un événement, qui peut provoquer des changements dans cette réalité. Pour cette étude, une analyse de six caricatures sera réalisée, organisée en trois groupes, chacun avec deux caricatures qui dialoguent entre elles sur le même événement, en plus de dialoguer avec d'autres discours en circulation, principe constitutif de la théorie dialogique. En eux, nous examinons comment la carnavalisation met en évidence et, en même temps, exprime la position axiologique de la lutte contre le racisme au Brésil, en utilisant l'ironie et le sarcasme. L'analyse sera qualitative car nous visons à approfondir les questions liées à la carnavalisation dans les dessins, et son importance pour appréhender la position axiologique du dessinateur et de la compréhension des significations. De plus, nous pourrions observer comment la caricature peut contribuer à la prise de conscience du processus de changement dans un groupe. Nous avons constaté que les caricatures sélectionnées dénoncent le traitement des Noirs et montrent comment le prestige socio-économique de l'élite blanche finit par renforcer les préjugés au Brésil. Ainsi, des éléments imagés et linguistiques se mêlent pour la construction et la compréhension du texte et pour la caractérisation du genre. Ils contribuent donc à la compréhension de la position axiologique de l'auteur, qui est toujours imprégnée de valeurs d'un contexte qui déterminera l'intonation du discours et l'image convenable pour exprimer la position antiraciste assumée par les dessinateurs dans l'analyse des dessins.

MOTS CLÉS : 1) analyse dialogique du discours ; 2) carnavalisation ; 3) discrimination raciale ; 4) dessins à thème raciste.

Sumário

Considerações iniciais	11
Capítulo 1. O racismo estrutural no Brasil	23
1.1 Raça e racismo	23
1.2 Racismo estrutural	36
Capítulo 2. O funcionamento dos discursos em uma perspectiva dialógica	48
2.1 Linguagem e enunciado	48
2.2 Dialogismo	54
2.3 Heterodiscurso	58
2.3.1 Hibridização	61
2.4 Ponto de vista e discurso alheio	64
Capítulo 3. A carnavalização segundo Bakhtin e as charges com temática racista do Brasil	72
3.1 O gênero charge e sua composição verbo-visual	87
Capítulo 4. Método e Metodologia	93
Capítulo 5. A linguagem carnavalesca e o posicionamento axiológico do chargista nas charges com temática racista	100
5.1 Análise das Charges 1 e 2	102
5.2 Análise das Charges 3 e 4	111
5.3 Análise das Charges 5 e 6	119
Considerações Finais	124
Referências	127

Considerações Iniciais

Desde a época do Brasil colônia, o negro é tido como exemplo de fracasso e essa imagem perdura até os dias atuais. Nesse universo, experiências históricas de segregação e de discriminação foram desconsideradas pelo poder público, pela mídia, por parte da intelectualidade brasileira e, conseqüentemente, se tornaram imperceptíveis para a maioria da população (GARCIA, 2007).

Então, como não há uma percepção clara do problema relacionado à discriminação racial, por uma parcela da sociedade, não há também como discutir com esse grupo alternativas para solucioná-lo. O que está presente, de um modo geral, em grande parte da sociedade brasileira, é um discurso de que não existe racismo no Brasil, o que, na verdade, é um mito. A realidade, porém, mostra que o racismo existe, muitas vezes, disfarçado. Atualmente, veio à tona juntamente com o discurso de ódio propagado na sociedade e reforçado, inclusive, por alguns parlamentares, dentre eles, destacamos o presidente da república, quando afirmou que negro é pesado em arrobas¹, ou que seu filho foi “bem-criado” e, por isso, não se casaria com uma negra, além de afirmar que não entraria em um avião pilotado por cotista e nem aceitaria ser operado por um médico cotista, quando foi perguntado sobre o que achava das cotas raciais². De acordo com Bolsonaro, como todos nós somos iguais perante a Lei, o acesso ao Ensino Superior deve ser pelo mérito³.

Percebemos, com as atitudes racistas ou até mesmo com a ignorância sobre questões a respeito do racismo e da história do negro no Brasil, que a visão do negro escravizado e submisso ainda está muito presente na nossa sociedade, e é tida como algo “normal”, mas essa visão precisa ser revertida, a fim de que os negros tenham os mesmos direitos e sejam tratados com dignidade e respeito como qualquer outro cidadão.

Souza (2019) afirma que essa “normalidade” surge a partir do culturalismo, que propaga a ideia de que os povos dos EUA e da Europa são superiores aos latino-

¹ Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/2022/05/13/racismo-bolsonaro-volta-a-dizer-que-negros-sao-pesados-em-arrobas-e-pt-entra-com-acao-na-pgr>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

² Fonte: https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=18579. Acesso em: 20 de maio de 2019.

³ Fonte: <https://www.facebook.com/EsquerdaRevolucionaria/videos/bolsonaro-em-2011-no-cqc-disse-que-n%C3%A3o-entraria-em-avi%C3%A3o-pilotado-por-cotista-n%C3%A3o-1834164833269826/>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

americanos e africanos e, embora falso cientificamente, cumpre as mesmas funções do racismo científico da cor da pele⁴, defendido por estudiosos e políticos do século XIX, dentre eles, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, para os quais as condições ambientais determinavam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças.

De acordo com Souza (2019, p.28-35), Freyre foi o criador do paradigma culturalista brasileiro vigente até hoje, dominado pela ideia de continuidade com Portugal e da emotividade como traço singular da nossa cultura. Freyre sistematizou e construiu a versão dominante da identidade nacional. Essa versão foi criticada por Sérgio Buarque de Holanda, que transformou os aspectos positivos, que Freyre via como “legado brasileiro”, em traços negativos.

Segundo Souza (2019, p.31), Sérgio Buarque opera duas transformações no paradigma proposto por Freyre, possibilitando que o culturalismo racista se torne o porta-voz oficial do liberalismo conservador. A primeira é a mutação radical do brasileiro pensado genericamente enquanto negatividade na noção de homem cordial e a segunda é a noção de homem cordial enquanto noção de Estado patrimonial⁵.

A primeira ideia “torna invisíveis todos os nossos conflitos reais ao construir a singularidade brasileira a partir do homem cordial, do homem emotivo como negativo e potencialmente corrupto, já que dividiria o mundo entre amigos e inimigos”, afirma Souza (2019, p.32). Assim, por defender que o Estado no Brasil é um alongamento institucionalizado do homem cordial, o patrimonialismo acaba sendo a principal herança do homem cordial e o maior problema nacional, pois Sérgio Buarque não discorre sobre nossa hierarquia social nem explica que a gênese do capital do homem cordial é o das relações pessoais, do famoso “jeitinho brasileiro”, que perdura até hoje, complementa Souza (2019).

Desse modo, o paradigma culturalista, que julgava ter vencido o paradigma racista por algo superior científica e moralmente melhor, na verdade, apenas apresenta uma falsa ruptura com o racismo científico da cor da pele, e repete o mesmo esquema dele. Esse culturalismo, cientificamente falso, acaba garantindo uma

⁴ O *racismo científico* foi defendido pelos intelectuais e políticos do século XIX. De acordo com a biologia e a física da época, condições climáticas e/ou ambientais determinavam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças* (ALMEIDA, 2019, p.29).

⁵ “O patrimonialismo defende que o Estado no Brasil é um alongamento institucionalizado do homem cordial” (SOUZA, 2019, p. 32). De acordo com o autor, essa noção abriga elites que roubam o povo e privatizam o bem público.

sensação de superioridade e de distinção para povos e países que estão em situação de domínio, legitimando e tornando merecida a própria dominação. Com isso, o racismo culturalista, acrescenta Souza (2019, p.20), “passa a ser uma dimensão não refletida do comportamento social, seja na relação entre os povos, seja na relação entre as classes de um mesmo país”.

De acordo com Souza (2019, p.20), no Brasil, por exemplo, uma pessoa de classe média que não se assume racista esforça-se para tratar pessoas das camadas populares como se fossem pessoas iguais e pertencentes à mesma classe, ou seja, pessoas da classe média no Brasil têm o mesmo sentimento, em relação às classes menos favorecidas, que um europeu ou americano em relação a um latino-americano ou africano, diz o autor. Ademais, essa “superioridade” é legitimada pela ciência e pela mídia, de forma que “as pessoas passam a pensar o mundo de tal modo que favorece a reprodução de todos os privilégios que estão ganhando” (SOUZA, 2019, p.21), como se elas fossem naturalmente merecedoras desses privilégios sem refletir sobre eles.

Com isso, as ideias dominantes passam a determinar a vida das pessoas comuns e o comportamento cotidiano delas sem que tenham consciência disso, ressalta o autor. Como consequência, as hierarquias tornam-se imperceptíveis, por isso não refletimos sobre elas; elas se tornam naturalizadas e poderosas, possibilitam que o branco se oponha ao negro como superior, e, conseqüentemente, colonizam a mente e o coração também de quem é inferiorizado e oprimido. Logo, defende Souza (2019), somos vítimas indefesas de uma concepção que nos domina sem que possamos sequer esboçar reação, pois o racismo é tido como algo “natural” e “normal”. A partir dessa concepção, pode-se negar ao negro o que para o branco é considerado direito.

É importante frisar que, neste trabalho, não negamos a existência de outras vozes que também lutam contra o racismo, nem de leis que preveem a punição de crimes que atingem toda uma coletividade – ofendendo-a por sua raça, etnia, religião ou origem (racismo) – e quando são proferidas a uma pessoa – ofendendo a dignidade ou o decoro, utilizando elementos da raça, etnia, religião, condições de pessoas idosas e portadores de deficiência (injúria racial)⁶ –, muito menos negamos o avanço

⁶ Fonte: https://www.geledes.org.br/as-diferencas-entre-racismo-e-injuria-racial/?gclid=EAlalQobChMlis3n5_iC-glVEjKRCh2RrgBkEAAYAiAAEgKDPvD_BwE. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

e a importância delas para a sociedade⁷. No entanto, essas leis não foram suficientes para a mudança da sociedade e nem para a eliminação do racismo. Por isso, acreditamos ser imprescindível a conscientização e a luta diária de todos nós para que a mentalidade racista da sociedade brasileira seja desconstruída. Não podemos nos calar diante das injustiças nem admitir que o racismo continue deteriorando a sociedade e impedindo que todos tenham uma vida digna.

No que diz respeito à educação, por exemplo, historicamente, há comprovações de que sempre houve educação para o branco e, para o negro, essa educação foi negada. Alguns brancos também não tinham acesso à educação e, por questões econômicas, eram excluídos, mas, para os negros, a questão foi dupla, primeiramente racial, e, em seguida, econômica, afirma Garcia (2007). Obviamente esse fato contribuiu para que hoje possamos ver uma grande parte de negros envolvidos com a criminalidade, encarcerados e sem oportunidade de trabalho, excluídos e marginalizados por uma sociedade elitista e preconceituosa.

Garcia (2007) destaca também que é preciso compreender a educação em seus diversos matizes, dentre eles, a relação da educação com o universo simbólico, considerando como a identidade do negro é construída dentro e fora do ambiente escolar, ou seja, quais os mitos, as representações e os valores (quem é o negro? como ele é visto dentro e fora do ambiente escolar?), em suma, as formas simbólicas que contribuem para essa construção.

Garcia (2007) acrescenta que essa “construção” do negro interfere diretamente no rendimento do aluno. Como na escola a formação se dá por meio da transmissão cultural, valores e hábitos da sociedade se perpetuam, extrapolando o ambiente escolar e influenciando a convivência social, no seu sentido mais amplo. Isso significa dizer que a escola, local em que deveria se ensinar a combater o preconceito, é, ao contrário, o local onde os valores e os saberes vinculados à classe dominante são reproduzidos, o que se configura como outro agravante, que contribui para o baixo rendimento do aluno negro na escola, uma vez que a instituição reforça marcas da ideologia de quem está no poder, construindo o conhecimento e distribuindo informações de maneira a beneficiar os brancos em detrimento dos negros.

⁷ Fonte: https://www.casum.org/senado-equipara-injuria-racial-a-racismo-e-aumenta-a-pena-para-dois-a-cinco-anos-de-prisao/?gclid=EAIaIQobChMloP-V5fCC-gIVoEFIAB3e7ACdEAAYAiAAEglgZ_D_BwE. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Aqui, da mesma forma que anteriormente, ressaltamos que temos consciência da importância da Lei 10639 – que estabeleceu a obrigatoriedade de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica – para a adoção de perspectivas mais democráticas e diversas na escola. No entanto, é necessário que o racismo, a diversidade e outros temas sejam debatidos e alinhados com sujeitos historicamente excluídos, caso contrário, a escola continuará sendo um espaço de reprodução de desigualdade racial⁸.

Uma vez que falamos sobre a ideologia presente nas instituições, faz-se necessário destacar que, neste trabalho, ela será concebida como “todo o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da atividade social e natural, expressa e fixada pelo homem na palavra, no desenho artístico e técnico ou em alguma outra forma sónica” (VOLÓCHINOV, 2019, p.243). Para o autor, qualquer produto ideológico reflete e refrata outra realidade fora dos limites da realidade natural e social. De acordo com Volóchinov⁹ (2017), tudo que é ideológico possui uma significação, que representa e substitui algo fora dele, constituindo-se um signo. Portanto, onde há signo há ideologia. Ela influencia tudo que possui significação. Com isso, não existe enunciado não-ideológico, neutro e isento de posição axiológica.

Os signos vão se constituir no processo de interação entre as consciências. Assim, a compreensão de um signo se dá na relação dele com outros signos já conhecidos, ou seja, “a compreensão responde ao signo e o faz também com signos. Essa cadeia da criação e da compreensão ideológica, que vai de um signo a outro e depois para um novo signo, é única e ininterrupta”, destaca Volóchinov (2017, p.95).

Essa cadeia ideológica se estende entre a consciência individual, que é um fato social e ideológico, pois a consciência se forma na interação de uma coletividade organizada, “se nutre dos signos, cresce a partir deles, reflete em si a sua lógica e as suas leis” (VOLÓCHINOV, 2017, p.97). Portanto, os signos existem na materialização da comunicação, estão ligados às formas de comunicação, onde se manifesta a ideologia dos grupos e onde as desigualdades são justificadas e aceitas como naturais, pois estão relacionadas ao passado.

⁸ https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao/?gclid=EAlalQobChMI4OjrpP2C-gIV7EVIAB3UzgD6EAAyAAEglnkPD_BwE. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

⁹ Usarei, neste trabalho, a grafia Volóchinov que aparece no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicado pela Editora 34 em 2017.

De acordo com Faraco (2009), o adjetivo *ideológico* aparece algumas vezes como equivalente a *axiológico*, para os autores do Círculo de Bakhtin. Assim, se, para o Círculo, a significação do enunciado tem sempre uma dimensão avaliativa e expressa um posicionamento social valorativo, qualquer enunciado é sempre ideológico. Vivemos num mundo de linguagens, signos e significações e, “como a significação dos signos envolve sempre uma dimensão axiológica, nossa relação com o mundo é sempre atravessada por valores”, diz Faraco (2009, p.49).

Para Miotello (2017), na perspectiva bakhtiniana, pode-se caracterizar ideologia “como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens”. O autor acrescenta que

em sociedades que apresentam contradições de classe social, as ideologias respondem a interesses diversos e contrastantes; ora podem reproduzir a ordem social e manter como definitivos alguns dos sentidos das coisas (“Integrantes do MST invadiram uma fazenda em Pernambuco”), e ora podem discutir e subverter as relações sociais de produção da sociedade capitalista (“A terra é de quem nela trabalha”), desde que as mesmas obstaculizem o desenvolvimento das forças produtivas (MIOTELLO, 2017, p.171).

No caso do racismo, a (re)produção muitas vezes vem sob termos ou gestos racistas, que também significam, e estão relacionados à ideologia, que algumas vezes é sutil e até assumida como não racista.

No entanto, as desigualdades atuais não devem ser explicadas apenas pelas desvantagens que a população negra sofria no passado. Ainda hoje, as diferenças de oportunidade para ascender socialmente e o racismo dirigido aos negros acabam mantendo e acentuando essas desigualdades, num processo de ciclo de uma série de desvantagens dos negros na sociedade, explicam Silva e Rosemberg (2012).

Para corrigir essas diferenças, a participação do Estado é fundamental. É necessário educar para a diversidade, por uma sociedade mais justa, na qual negros e brancos estejam incluídos. Por isso, para diminuir as desigualdades raciais, são necessárias políticas específicas para os negros, no sentido de impedir a manutenção desta disparidade entre brancos e negros nas gerações futuras. Porém, essas políticas públicas são motivo de muita crítica por grupos que se sentem ameaçados de perderem seu espaço ou injustiçados, por acharem que as conquistas são fruto de muito esforço e de mérito, como se todos tivessem as mesmas condições no que diz respeito à educação, saúde, moradia, transporte, alimentação etc.

É necessário, portanto, analisar, como as pessoas se apropriam de determinados espaços, cravando neles suas marcas, fazendo desses seus territórios, como ressalta Garcia (1997), para se combater o preconceito, contrapondo-se a ideias, tais como a do negro não poder fazer parte de determinados espaços associados a *status*, que já estão cristalizadas na sociedade e aceitas como “naturais”.

Por isso é sempre importante reforçar a ideia de que, quando há demarcação de espaço por quem tem privilégios – no caso, brancos com maior prestígio socioeconômico –, há segregação racial, embora muitas vezes não percebamos essa demarcação, porque estamos acostumados a ver o branco e o preto em determinados espaços sem questionarmos as razões de estarem ali. É importante também conscientizar a população de que o negro ainda sofre injustiças e de que não devemos considerar normal ver alguém ser excluído e até morto por conta da cor da pele. A luta deve ser de todos porque toda a sociedade ganha com isso e não apenas uma parcela dela que se favorece por explorar o negro, mas, em contrapartida, também pode sofrer com as consequências desse descaso, com o aumento da violência, por exemplo.

Nessa luta, alguns discursos são construídos para conscientizar a população e instigar as pessoas à mudança, como na charge, que mescla crítica, ironia e humor no tratamento de questões relevantes para a sociedade, como é o caso do racismo.

Nesse contexto, cabe a pergunta: de que maneira a linguagem carnavalesca aparece nas charges, indicando o posicionamento axiológico do chargista, dialogando com outros discursos, e contribuindo para o combate ao racismo no Brasil, configurando-se, assim, como antirracistas?

Importante ressaltar que consideraremos o termo antirracismo neste trabalho como movimento de resistência de alguns indivíduos ou grupos que se posicionam “contra formas de abuso de poder étnico-racial e de violação dos direitos humanos de pessoas racializadas como não brancas” (DIJK, 2021, p.22). Além de movimento de resistência, o antirracismo é um movimento de solidariedade, ressalta Dijk (2021, p.22), pois ele não se limita aos alvos do racismo. Desse modo, pessoas racializadas como brancas e membros de grupos dominantes também devem resistir à dominação racista, lutando por uma sociedade democrática, livre de racismo e que respeite os direitos humanos e sociais.

Cabe aqui também destacar a importância de uma maior atenção à questão relacionada ao racismo para que ele seja banido da sociedade (se é que eliminar o racismo seja algo possível), e a mentalidade do povo seja modificada; para isso, são

necessárias muitas ações para que a diferença entre negros e brancos seja combatida e o negro tenha as mesmas oportunidades que o branco, já que o racismo ainda está presente no Brasil.

Essa presença do preconceito racial se confirma quando, dependendo da cor, as pessoas são tratadas diferentemente, apesar da luta do negro para conquistar seu espaço no meio social e assegurar seus direitos que foram ignorados durante séculos. As charges com temática racista¹⁰ retratam essa questão por meio de uma linguagem carnalizada. Analisar a carnalização¹¹ nesse gênero poderá mostrar como, em algumas situações, o negro é tratado no Brasil – a partir da ótica do chargista – e como as relações étnicas se dão a partir dos discursos circulantes, com o propósito de combater o racismo presente em parte da sociedade. Muitas vezes, essa sociedade é conivente com a situação, uma vez que acredita numa realidade difundida por alguns grupos de que não existe racismo no país, então, fica difícil desconstruir essa ideia também propagada por autoridades brasileiras, na maioria das vezes, compostas por pessoas brancas.

Para compreender a desigualdade racial atual, sob diferentes aspectos, é necessário levar em consideração o imaginário social brasileiro, como afirma Garcia (2007). Segundo a autora, no Brasil, existe o mito da democracia racial, cuja ideia se baseia na crença de que o negro não atinge o mesmo patamar do branco por incompetência ou falta de interesse, desconsiderando todo um período de desigualdades que causaram prejuízos ao negro; e da ideologia do branqueamento, que privilegia a brancura e as raízes europeias e suas culturas, deixando de lado as outras etnias.

Essa visão se configura por meio dos discursos que disseminam a ideologia das classes dominantes, e começa a fazer parte da sociedade para atender aos interesses dos que estão no poder. E, como afirma Souza (2019), o poder é a questão central de toda sociedade; é ele que dirá quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído.

O que se percebe, de acordo com Garcia (2007), é que do negro exige-se um grande esforço para acompanhar as relações já imbricadas que envolvem as populações autodeclaradas brancas e negras. “São relações de poder de um grupo

¹⁰ Consideraremos, neste trabalho, charges com temática racista como charges que denunciam questões de cunho racial, e não charges que propaguem o racismo.

¹¹ No capítulo 3, abordaremos o conceito de carnalização.

tentando violentamente se sobrepor ao outro, e esse outro reagindo e construindo sua própria história” (GARCIA, 2007, p.19).

Nessas relações, o negro sai em desvantagem porque muitas vezes não consegue assumir os mesmos cargos que o branco, não por incompetência, mas porque as condições, durante o percurso até se atingir o objetivo desejado, são bem diferentes para eles.

Assim, a partir do cenário apresentado acima, será feito um estudo da cosmovisão carnavalesca presente em charges que apresentam e criticam acontecimentos de cunho racista que tiveram destaque na mídia no Brasil, entre 2020 e 2021, e buscam denunciar e, ao mesmo tempo, combater o desrespeito ao negro, além de evidenciar como a elite branca tem vantagens em relação ao negro no Brasil.

Desse modo, este trabalho justifica-se na medida em que aborda um tema atual e importante para a realidade histórico-social brasileira, que é a compreensão do racismo estrutural, a partir do estudo da linguagem carnavalesca presente nas charges com temática racista, essencial para analisarmos o posicionamento axiológico do sujeito autor das charges.

Para este estudo, partimos da hipótese de que as charges com temática racista utilizam o deboche e a ironia, dentre outros elementos presentes na linguagem carnavalesca, para dialogar com outros discursos e, ao mesmo tempo, denunciar a forma desigual com que os negros e mestiços são tratados na sociedade brasileira, ressaltando, assim, o posicionamento axiológico do chargista.

Além disso, como afirma Souza (2019), é importante criticar as ideias dominantes e combatê-las para nos libertarmos da situação de imbecilidade e idiotia na qual fomos levados pela estratégia de legitimação do poder no nosso país. Mas, antes de criticá-las, é necessário entender como elas são construídas e como fazem parte do nosso cotidiano sem sequer percebermos que os nossos discursos estão reproduzindo ideias legitimadas pelas estruturas do poder político, econômico e social, como defende Almeida (2019).

Com isso, este trabalho poderá também contribuir para ampliar a compreensão do racismo sobre a influência do discurso nas relações sociais, principalmente no que diz respeito às mudanças que podem ocorrer, por meio dele, na sociedade. Por essa razão, é fundamental um estudo desse discurso para se entender e combater o preconceito racial, que ainda perdura nos tempos atuais.

A partir das discussões trazidas, podemos dizer que a sociedade alimenta uma dada representação de quem deve ou não ocupar esse ou aquele espaço, e acaba definindo, de certa forma, os lugares dos negros e dos brancos, afirma Garcia (2007). Essa diferença ocorre porque a sociedade “embranquece” o espaço que deveria ser ocupado por negros e brancos, excluindo os negros das instituições.

Com privilégios e acesso aos recursos sociais e econômicos, a elite branca acaba controlando os grupos de menor prestígio social e econômico na sociedade, por meio de seus discursos excludentes, não apenas por conta da questão racial, mas também pela falta de acesso a uma boa educação, *status*, empregos etc. Esse discurso, embora reforce, disfarça o discurso racista e nega a discriminação que ele propaga.

Assim, o objetivo geral desta tese é investigar o uso da linguagem carnavalesca em charges com temática racista, a fim de analisar o posicionamento axiológico do autor das charges e das vozes nelas representadas, tendo como objetivos específicos:

- i. examinar como a linguagem carnavalesca reflete e refrata o racismo, considerando questões históricas, sociais e ideológicas que envolvem o tema;
- ii. evidenciar como as charges retomam e comentam os discursos circulantes a partir do contexto a que se referem, com vistas à construção de um posicionamento axiológico antirracista.
- iii. apresentar os valores que elas desvelam no momento de sua circulação.

Para abordar essas questões, a tese será dividida da seguinte forma: No capítulo 1, cujo título é *O racismo estrutural no Brasil*, procuramos desenvolver questões sobre a história do negro no Brasil, com o propósito de mostrar como o racismo, tido como algo apenas do passado para alguns, ainda está presente atualmente, e como ele é estruturado pelos poderes políticos e econômicos da sociedade, de tal forma que os indivíduos não percebam as injustiças raciais presentes na sociedade. Será também um capítulo para reflexão sobre a luta constante do negro de modo a conseguir superar as injustiças que lhe são impostas. Este capítulo mostra também uma realidade pouco discutida na escola e na sociedade, que, em muitos casos, vê o negro como vítima e não como sujeito de um processo histórico de luta constante para conquistar seus direitos. Por fim, o capítulo discute a necessidade da luta de todos para que negros e brancos tenham o mesmo tratamento na sociedade.

No capítulo 2, intitulado *O funcionamento dos discursos numa perspectiva dialógica*, apresentamos as noções teóricas que serão necessárias para a análise do *corpus*, retomando as ideias de Bakhtin (2003, 2010, 2015, 2016 e 2018) e de Volóchinov (2013 e 2017), além de outros autores que compartilham a ideia de que a linguagem deve ser pensada na relação com o outro e inserida no meio social. Assim, destacamos a importância de se estudar a linguagem, levando em consideração o contexto enunciativo no qual os interlocutores estão envolvidos, pois é ele que condiciona o que se deve dizer, com que palavras, em que gênero e como deve ser dito, ou seja, os contextos são essenciais porque são constitutivos dos sentidos construídos pelos interlocutores, como também das intenções e das visões de mundo desses interlocutores, presentes na vida cotidiana no diálogo com o outro. Por essa razão, o diálogo será considerado essencial para se pensar a linguagem, para se pensar o ser no meio social e suas relações com o outro. Além disso, como ressalta Bakhtin (2016), os limites dos enunciados, unidade real da comunicação discursiva, serão determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Os enunciados, como elo da cadeia de outros enunciados vivos, surgem num determinado momento histórico, são plenos de palavras dos outros e trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos, acrescenta o filósofo russo. Esse capítulo, portanto, estuda o discurso a partir dos seus falantes, considerando os fatores socioideológicos, que vão influenciar diretamente na construção dos seus discursos, o que é fundamental para compreendermos a construção dos sentidos nas charges com temáticas racistas. Partimos da premissa de que todo discurso é dialógico, que surge de modo consciente num determinado momento social e histórico, tocando milhares de fios dialógicos vivos em torno de um dado objeto de enunciação, como ressalta Bakhtin (2015).

Apresentaremos, no capítulo 3, cujo título é *A carnavalização segundo Bakhtin e as charges com temática racista do Brasil*, a história sobre a carnavalização segundo Bakhtin, como também as particularidades da linguagem carnavalesca presente nas charges. Mostraremos ainda características do gênero charge, a importância da linguagem verbo-visual para a compreensão do sentido nesse gênero e, finalmente, a linguagem carnavalesca que, sarcasticamente, denuncia e critica o racismo existente na sociedade brasileira.

No capítulo 4, *Método e Metodologia*, apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho. Por fim, no Capítulo 5, *A linguagem*

carnavalesca e o posicionamento axiológico do chargista nas charges com temática racista, estudaremos os dados com base nas noções selecionadas no âmbito da teoria dialógica. Consideraremos que as palavras não têm significados fixos, pois elas são sempre interpretadas pelo contexto e pelos destinatários, e que não existe enunciado absolutamente neutro. Também levaremos em consideração que a réplica de qualquer diálogo real encerra uma dupla existência, ela é construída e compreendida no contexto de todo o diálogo, constituído a partir do ponto de vista do falante e das enunciações de outrem, fundamentais para a construção do discurso e de qualquer gênero discursivo. Além disso, os sentidos das charges são constituídos pelo verbal e pelo visual, essenciais para a compreensão desse gênero.

Nas charges com temática racista analisadas, verificamos que a carnavalização é essencial para que os chargistas assumam sua posição axiológica. Por meio dela, eles revelam o racismo presente na sociedade, e apresentam o mundo diferente do oficial, ironizando-o. Além disso, incita a sociedade à reflexão contra a dominação racista.

Capítulo 1. O racismo estrutural no Brasil

Neste capítulo, abordaremos questões relacionadas ao racismo e suas consequências para a sociedade, além de estudarmos como o racismo estrutural nos torna responsáveis pelo combate ao racismo, por meio da adoção de práticas antirracistas.

1.1. Raça e racismo

De acordo com Bethencourt (2018), o conceito de raça e de racismo vem sendo discutido há muito tempo e não se refere apenas ao negro. Os estudos levam em consideração o contexto em que os povos viviam, independentemente de cor, sobretudo porque eram diferenciados por não fazerem parte de grupos dominantes, por isso eram escravizados e considerados inferiores, como ressalta o autor.

No entanto, neste trabalho, a cor será o elemento principal para reflexão e como elemento de exclusão da sociedade. Tratará, portanto, da questão do negro no Brasil, suas lutas e dificuldades e o racismo estrutural que dá suporte, legal inclusive, para que a injustiça e a segregação racial sejam tidas como normais. Afinal, como afirma Souza (2019, p. 41), “os seres humanos são construídos por influência de instituições” e, no caso do Brasil, embora a autointerpretação dominante da sociedade pareça ser a de que jamais conheceu a escravidão, a não ser como algo muito remoto e pontual, “nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão” (SOUZA, 2019, p.42).

Partindo desse pressuposto de Souza (2019), defendemos, assim como Almeida (2019, p.20), que “a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e de racismo”, já que o racismo, constitutivo da sociedade, “integra a organização econômica e política da sociedade” e, por essa razão o racismo é a manifestação normalizada de uma sociedade. Por ser estrutural, o racismo “fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2019, p.21).

Assim, as expressões de racismo no cotidiano, defende Almeida (2019), são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nos setores da política e da

economia na sociedade, e essas questões vão se desenvolvendo historicamente, como é o caso, por exemplo, da etimologia do termo *raça*.

De acordo com Almeida (2019), o significado do termo *raça* sempre esteve ligado a classificações, desde plantas e animais até chegar aos humanos, para os quais as referências e categorias remontam a meados do século XVI. Portanto, categorizar seres humanos é um fenômeno da modernidade. Almeida (2019, p.24) ressalta que, por trás do conceito, há sempre “contingência, conflito, poder e decisão”, tratando-se, assim, de um conceito “relacional e histórico”. Dessa forma, “a história da *raça* ou das *raças* é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas”, completa o autor. Ele destaca que, antes do século XVI, a relação do ser humano numa comunidade era de cunho político ou religioso, porém,

o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* [...] e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (grifo do autor) (ALMEIDA, 2019, p.25).

Esse conceito de “variação menos evoluída” se estende até hoje, e faz parte de uma construção filosófica moderna de quem é o *homem*. De acordo com o autor, foi no Iluminismo (século XVIII) que se tornou possível comparar e classificar grupos humanos com base nas características físicas e culturais, e fazendo surgir “a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado* e *primitivo*” (grifo do autor) (ALMEIDA, 2019, p.26). Com essa ideia, durante o período iluminista, buscou-se – depois das revoluções inglesa, americana e francesa, a partir das quais houve a transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista – levar a civilização para o mundo considerado primitivo.

E foi esse movimento de levar civilização para onde ele não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo* (grifo do autor) (ALMEIDA, 2019, p.27).

Esse projeto, no entanto, tornou-se um exemplo de antiliberalismo, pois, com a ideia de levar modernidade para os colonizados, usaram, na verdade, a brutalidade, a vulgaridade e a má-fé. Além disso, o projeto não tornaria todos iguais, ao contrário, “sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como humanos”, diz

Almeida (2019, p.27). A partir desse contexto, emerge o conceito de raça para justificar a contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte, de destruição e da escravidão imposto pelo colonialismo.

Para reforçar a ideia de superioridade de raça, o homem passou a ser objeto de estudo científico e, no século XIX, esse pensamento serviu de base para o *racismo científico* defendido pelos intelectuais e políticos da época. De acordo com a biologia e a física da época, condições climáticas e/ou ambientais determinavam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes *raças*, explica Almeida (2019, p.29).

Ainda nesse contexto, destaca Bethencourt (2018, p.343), quando o termo raça ganhou uma conotação científica, reforçaram-se as diferenças e a crença de que “as características fenotípicas desafiavam a influência das circunstâncias externas, ao passo que as capacidades morais e intelectuais estavam inextricavelmente ligadas à aparência física”.

No Brasil, por exemplo, relata Gomes (2019, p.30), no século XIX, com o apoio de dirigentes e intelectuais, havia um projeto de “branqueamento” da população, já que o negro era visto como raça inferior e contrária ao progresso. Com isso, percebemos que esse conjunto de fatores, inclusive científicos, foram pensados para excluir e justificar a dominação e a escravidão da população negra.

De acordo com Schwarcz (2012), raça nunca foi um termo neutro no Brasil, oscilando entre versões positivas e negativas, por exemplo, entre aquele que acreditava que a miscigenação era sinal e condição de degenerescência, no século XIX, e aquele que via o mestiço como ícone nacional, símbolo de nossa identidade no sangue e na cultura, no início do século XX.

Essa questão racial, de acordo com Caminha (2020, p.134), tornou-se central no debate sobre cultura e sociedade no século XX. A autora explica que, a partir desse período, “as marcas na superfície do corpo negro visualizadas no humor racista foram constituídas e tornaram-se temáticas relevantes de um imaginário cômico popular no Brasil”.

No entanto, diz a autora, essas marcas na superfície do corpo negro – cor, cabelo e características físicas – já existiam antes do processo do fim da escravidão como aspectos de diferenciação e inferiorização do negro. Essa noção de inferioridade se consolidou no imaginário da elite intelectual brasileira durante o século XIX, “principalmente quando a perspectiva de uma sociedade forjada no trabalho livre,

liberal e republicana emergiu como projeto nacional”, acrescenta Caminha (2020, p.134).

Assim, no intuito de conservar a hierarquia social, era preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania, então a raça acabou se transformando em um argumento para o estabelecimento das diferenças sociais, complementa Caminha (2020).

A respeito dessa relação entre classe e raça no nosso país, Souza (2019) salienta que podemos entender que ser considerado branco tinha relação com ser útil ao esforço pela modernização do país. Por essa razão,

branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. Preconceito, nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é “primitivo”, “incivilizado”, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se “civilizava” segundo o padrão europeu ocidental (SOUZA, 2019, p.74).

Essa ideia, entretanto, foi desconstruída por parte da antropologia no século XX, quando se constatou que o conceito de raça não corresponde a algo natural, pelo contrário, “a raça é um elemento essencialmente político”, destaca Almeida (2019, p.31), ideia que também defenderemos neste trabalho.

Sobre essa questão, Bethencourt (2018, p.27) explica que são as abordagens políticas e sociais sobre o racismo que defendem o racismo como um projeto político que cria ou reproduz estruturas de domínio baseadas em categorias raciais e aceitas sem discussão para a organização de instituições e de identidades até os nossos dias. Assim, os preconceitos e as ações discriminatórias estão associados a projetos políticos, mesmo quando não estão institucionalizados pelo Estado. Portanto,

o racismo pode ser alimentado ou desencorajado pelos poderes instituídos, canalizado por uma rede complexa de memórias coletivas e de possibilidades repentinas – uma rede que pode alterar a forma e os objetivos do racismo (BETHENCOURT, 2018, p.28).

É importante lembrar que o termo racismo aqui, como define Souza (2017),

não diz respeito apenas ao seu sentido mais restrito de preconceito fenotípico ou racial, mas também para outras formas de hierarquizar indivíduos, classes e países sempre que o mesmo procedimento e a mesma função de legitimação de uma distinção ontológica entre seres humanos sejam aplicados (SOUZA, 2017, p.16).

Para Souza (2019, p.18 e p.19), o rompimento com o “racismo científico” da cor da pele, na verdade, é falso. De acordo com o autor, o racismo implícito do culturalismo reside no aspecto principal de todo racismo, “que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe”. Desse modo, o racismo hierarquiza indivíduos, classes e países, “sempre com o mesmo procedimento e a mesma função de legitimação de uma distinção ontológica entre seres humanos”.

Por isso, para Souza (2019, p.19), o culturalismo, cientificamente falso, cumpre a mesma função do racismo científico da cor da pele, que é “garantir uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio e, desse modo, legitimar e tornar merecida a própria dominação”, por isso não é refletida nem entre os povos nem entre as classes de um mesmo país.

Seguindo também essa abordagem, a partir do que se concebe como raça, Almeida (2019) diferencia racismo de preconceito e de discriminação, categorias também associadas à ideia de raça. De acordo com o autor,

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.32).

Percebemos que, no caso do racismo, há privilégios ou desvantagens envolvidas e que isso não está relacionado apenas com o contexto atual, mas vem desde a época em que o conceito de raça apareceu com o intuito de demarcar os espaços dos privilegiados e dos “excluídos da sociedade”, por isso destacamos neste trabalho o surgimento desse conceito para ficar mais claro o porquê dessa exclusão que perdura até os dias atuais.

Os termos racista e racismo, ressalta Bethencourt (2018, p.28), foram criados no início do século XX “para designar aqueles que promoviam a teoria racial

combinada com a hierarquia de raças” e, nas décadas de 1920 e 1930, “assumiram o sentido de hostilidade contra grupos raciais”. O autor reforça a ideia de que o racismo é baseado na crença de que determinados grupos étnicos transmitem de geração para geração um único conjunto de traços físicos e/ou mentais reais ou imaginários, e aqueles que divergem desse grupo de referência são considerados inferiores, o que justifica a discriminação e a segregação. No entanto, diz Bethencourt (2018, p.24), “o preconceito em relação à ascendência étnica combinado com a ação discriminatória sempre existiu em diversos períodos da história”, como dito no início deste capítulo.

No que tange ao preconceito racial e à discriminação, Almeida (2019, p.32) salienta que enquanto o preconceito diz respeito ao juízo baseado em estereótipos de indivíduos pertencentes a grupos racializados – resultando em práticas discriminatórias ou não –, a discriminação racial “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”.

A discriminação tem como requisito fundamental o *poder*, ressalta Almeida (2019, p.32), e pode ser direta e indireta. A direta “é o repúdio ostensivo a grupos ou indivíduos, motivado pela condição racial” e a indireta é um processo implícito no qual grupos minoritários são ignorados e sobre os quais são impostas regras de “neutralidade racial” sem levar em consideração as diferenças sociais. Com isso,

a consequência de práticas de *discriminação direta e indireta* ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno *intergeracional*, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado (grifo do autor) (ALMEIDA, 2019, p.33).

Ainda sobre a discriminação, o autor destaca que ela pode ser *negativa*, quando causa prejuízos ou produz desvantagens a grupos historicamente discriminados, mas também pode ser *positiva*, quando possibilita atribuições de tratamento diferenciado a esses grupos, com o intuito de corrigir as desvantagens causadas pela discriminação *negativa*, como é o caso, por exemplo, de ações afirmativas como as cotas raciais nas universidades.

Importante destacar que as ações afirmativas, de acordo com Lima, Neves e Silva (2014), têm o objetivo de criar oportunidades iguais de modo proativo e consistem em políticas públicas ou privadas que possuem o objetivo de neutralizar os efeitos da discriminação de raça, gênero, idade, nacionalidade, aspectos físicos e

existem quando uma organização investe em recursos (dinheiro e tempo) para evitar que pessoas sofram essa diferenciação com base em seu gênero ou grupo étnico.

A ação afirmativa do sistema de cotas, por exemplo, estabelece um percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Esse tipo de ação afirmativa ameaça o poder ou a dominação de um grupo sobre o outro. E o grupo dominante não está preocupado com o grupo dominado, está preocupado com sua posição sobre o grupo subordinado, afirmam os autores.

Essa dominação resulta de uma persuasão ideológica dos dominantes e não de conflito aberto e controle explícito, o que significa que há submissão voluntária, para os que defendem a tese da dominação paternalista, destacam Lima, Neves e Silva (2014). Assim,

os beneficiados com as relações desiguais procuram significar a exploração e espoliação de modo que estas pareçam legítimas tanto para eles e sua consciência mormente cristã quanto para aqueles que estão sendo explorados. Para tanto, utilizam a persuasão mais que a força, uma vez que esta seria um meio oneroso e falho de manter o poder por longo tempo. (LIMA, NEVES E SILVA, 2014, p.144)

Isso significa que o grupo dominante procura persuadir o grupo subordinado, para que possa manter os privilégios do dominante e não retirar o que tem (prestígio, *status*, dinheiro, privilégios sociais) para conceder benefício ao grupo subordinado. Dessa forma, mantém-se a discriminação sem hostilidade e, ao mesmo tempo, o controle do grupo dominante, que considera injusta a ocupação de negros em espaços embranquecidos, como ocorre com as cotas raciais nas universidades, por exemplo.

As explicações de caráter hegemônico buscam estabelecer, como causa para esse efeito, apenas as disparidades socioeconômicas. Subtende-se que não alçam outras posições por serem pobres e não por serem negros. É preciso problematizar esta visão que restringe a percepção da relação intrínseca entre racismo, pobreza e baixo rendimento escolar, ressalta Garcia (2007), uma vez que, historicamente, comprova-se uma separação entre a educação para o branco e a educação para o negro, que foi negada a este último em virtude das condições sociais e econômicas a que quase sempre esteve submetido.

Os indicadores educacionais expõem a intensidade e o caráter estrutural do padrão desta discriminação racial no Brasil, por isso o papel do aparelho

governamental buscando corrigir estas disparidades é fundamental, por meio de políticas específicas para as populações negras, para diminuir as desigualdades e impedir a manutenção da disparidade entre brancos e negros nas gerações futuras, defende Garcia (2007).

Afinal, sempre houve um exclusivismo da educação brasileira para as populações brancas, em especial as de posse. Para alguns brancos, era vetada a participação nesses espaços educacionais, em função da classe social que ocupavam, mas, para os negros, a questão foi dupla, primeiramente racial, e, em seguida, econômica, destaca a autora.

Nesse sentido, vale mais uma vez lembrar que as ações afirmativas, em especial as cotas, não são um “privilégio” dado aos negros, mas são consequência de lutas e conquistas, além do que a eles foi negado desde sempre no Brasil.

Apesar de muitas críticas relativas a qualquer ação que beneficie o negro, Santos (2010) afirma que 20 de outubro de 2010 foi marcado por um acontecimento ímpar na história brasileira, pois o presidente Lula sancionou a Lei nº 12.288, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial.

Esse Estatuto é o que faltava à Lei Imperial que aboliu a escravidão em 1888, e veio para acabar com o vazio que vigora desde a Lei Áurea, reforça Pereira Filho (2010), pois em 122 anos, entre a abolição e o Estatuto da Igualdade Racial, não havia sido criado mecanismo algum de reparação pelos mais de trezentos e oitenta anos de escravização da população negra, ou qualquer outro mecanismo para promover a igualdade racial. Assim, na República, os negros ficaram em total abandono e sem proteção alguma.

Ainda que tardio, acrescenta Santos (2010), o Estatuto da Igualdade Racial é uma realidade legal e necessita de muita mobilização social para atingir sua plena efetivação, uma vez que é direcionado às populações marginalizadas.

O Estatuto define que o Estado e a sociedade devem garantir a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro, independente de etnia ou cor da pele, assegurando direito à saúde, à cultura, esporte, lazer, à liberdade de consciência e de crença, do acesso à terra, à moradia adequada, à igualdade de oportunidades no trabalho, aos meios de comunicação, à justiça e segurança, além do direito à educação. Assim, destaca o autor, esse é

um significativo avanço no marco legal brasileiro para o estabelecimento efetivo e aprimorado de políticas de ação afirmativa, voltadas para a população negra, objetivando a promoção da igualdade racial, não apenas do ponto de vista formal, mas como princípio de igualdade material, assegurado em nosso texto constitucional. (SANTOS, 2010, p.157)

Embora não houvesse ainda a aprovação das cotas para ingresso e permanência nas Instituições de Ensino Superior, ou mesmo no mercado de trabalho ou partidos políticos, nem a criação do Fundo de Promoção da Igualdade, ele foi de extrema importância na luta para uma vida mais digna e menos desigual para todos. Por isso Santos (2010, p.162) definiu o Estatuto da Igualdade Racial como “um fruto agridoce, que ainda não contém a doçura da efetiva igualdade racial, porém não é apenas o azedo da ausência de uma legislação antirracista, por parte do Estado brasileiro”.

Apesar desse avanço, quando se trata da questão de igualdade racial, observa-se que ainda existe uma dívida histórica em relação aos negros em função do trabalho escravo que eles doaram ao país, diz Pereira Filho (2010). O autor acrescenta ainda que há um outro tipo de dívida: a da política de embranquecimento da nação, trazendo imigrantes para trabalhar e desprezando os negros na rua sem benefício algum.

Por isso, quando se fala em cotas raciais, é importante lembrar que elas reparam, de uma certa forma, essa dívida, uma dívida que se tem em relação a quem colonizou, de verdade, este país, defende Pereira Filho (2010).

O autor reforça a ideia de que, embora as cotas raciais não resolvam os problemas da desigualdade racial, devemos lutar por elas, uma vez que a política de cotas é uma ação afirmativa que quebra as bases do racismo no país e, portanto, “qualquer avanço que puder acontecer em relação à questão racial é decisivo para quebrar o racismo. Dizer que cota não resolve, que o Estatuto não resolve, não ajuda, é retardar o movimento, é apostar em sua paralisação”, defende Pereira Filho (2010, p.179).

Segundo Almeida (2019), essas ações afirmativas são políticas públicas que promovem igualdade nos setores público e privado em benefício de minorias sociais historicamente discriminadas. As cotas raciais, por exemplo, são uma modalidade dessas políticas, uma técnica de aplicação das ações afirmativas.

No entanto, muitas pessoas, até as que acreditam que o problema do racismo e da desigualdade é educacional, são contrárias às cotas porque

no Brasil a universidade não é apenas um local de formação técnica e científica para o trabalho, mas um espaço de privilégio e destaque social – um lugar que, no imaginário social produzido pelo racismo, foi feito para pessoas brancas. O aumento de negros no corpo discente das universidades tem, portanto, impactos ideológicos e econômicos, pois, ainda que timidamente, tende a alterar a percepção que se tem sobre a divisão social do trabalho e a política salarial. (ALMEIDA, 2019, p.165)

É necessário entender, entretanto, que ter um olhar mais atento para os negros não significa beneficiar um segmento em detrimento de outro. Já que o negro vem se constituindo historicamente de forma desigual, deve-se tratar o desigual como desigual, por um tempo, para que, no futuro, se possa de fato (e de direito) galgar a igualdade, defende Garcia (2007, p.15).

Percebe-se, com isso, que a luta por uma igualdade racial não é apenas ideológica, mas política e econômica, pois existe uma ordem produzida pelo racismo que atinge a configuração da sociedade. Entretanto, é importante ressaltar que as políticas públicas têm papel transformador e, no caso das cotas raciais, essa transformação é notável, embora a desigualdade de oportunidades para negros e brancos ainda seja muito grande, como diz Ribeiro (2019). O que se pode perceber, afirma a autora, é que essas políticas públicas mudaram o perfil dos alunos nas universidades e, ao contrário do que muita gente pensava, o desempenho dos cotistas foi positivo e trouxe grandes avanços para o saber do país.

A autora também destaca que romantizar grandes dificuldades enfrentadas por pessoas negras para conseguir um diploma é, na verdade, naturalizar a violência estrutural na academia (e em outros setores da sociedade), e resalta que usá-la como exemplo para justificar as desigualdades é cruel e se configura como uma inversão de valores. “A cultura do mérito, aliada a uma política que desvaloriza a educação pública, é capaz de produzir catástrofes”, defende Ribeiro (2019, p.48).

Refletindo sobre essas questões, vê-se que as cotas são essenciais para a mudança desse cenário de opressão, enquanto não se tem uma mudança mais substancial do ponto de vista econômico e social

Ressaltamos também que esse não é o caso do que muitos chamam de “racismo reverso”, acreditando que favorecer grupos de outra raça também pode-se configurar como racismo. O que ocorre, na verdade, é que o branco sempre foi favorecido a despeito do negro que, quando algo o favorece, é chamado de

incompetente, e o branco usa a meritocracia para justificar os argumentos diversos referentes a essa “incompetência” e ao “coitadismo” do negro. Na verdade, ações afirmativas aparecem como uma forma de amenizar uma situação complexa, que precisa de uma resposta imediata, mas que não resolve o problema.

A meritocracia, lei da sobrevivência do mais forte, que promove a exclusão de setores da sociedade brasileira, no entanto, é um mito que deve ser combatido, disse o historiador Sidney Chalhoub, pois serve à reprodução das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade¹². Em suas origens, a meritocracia fez sentido por atender o sistema aristocrático com privilégios herdados de geração em geração¹³. Agora, porém, ela perpetua mitos e desigualdade. Embora muitos acreditem que atingiram seus objetivos exclusivamente por esforço próprio e mérito superior, acreditamos que essa ideia é equivocada, pois, sem um entorno social bem desenvolvido, o talento e o esforço produzem pouco, como traz a matéria do EL País, ou seja, o ambiente é fundamental para o desenvolvimento dos talentos. Numa sociedade desigual, a ideia de meritocracia é utilizada para que essa desigualdade pareça justa. No entanto, para diminuir essa desigualdade, é necessário que haja educação pública eficiente, que chegue a todas as camadas da sociedade, como também diminuição do desemprego e o desaparecimento dos empregos precários.

Voltando a Almeida (2019, p.35), o autor apresenta três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. O racismo individualista é tido como uma anormalidade ou irracionalidade, e está relacionado à questão ética ou psicológica de indivíduos ou grupos isolados, e deve ser combatido no campo jurídico por meio de sanções civis ou penais. No entanto, essa concepção desconsidera o aspecto histórico e as reflexões sobre os efeitos concretos do racismo. Dessa forma, acrescenta que,

quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (ALMEIDA, 2019, p.37).

¹² Fonte: https://www.geledes.org.br/meritocracia-e-discurso-para-manter-desigualdade-social-e-racial-diz-historiador-sidney-chalhoub/?gclid=EAlalQobChMIrc7iq5Om-gIVFBXUAR2jAAQjEAAYASAAEgJgXPD_BwE . Acesso em: 10 de setembro de 2022.

¹³ Fonte: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-18/a-meritocracia-e-uma-armadilha.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Ainda hoje, observa-se que a cor é um fator determinante para a escolha de quem vive e de quem morre na sociedade. Por isso, limitar o racismo a um ato individual não considera a real complexidade do ato que vai além de uma pessoa ou grupo, mas é constitutivo da sociedade.

Cabe aqui destacar que não estamos desconsiderando o ato individual como importante de ser criminalizado. Acreditamos que quem pratica o racismo deve ser responsabilizado e precisa ser punido, porém essa ideia de “ato isolado” não deve prevalecer como se grande parte da sociedade brasileira não fosse racista. Percebemos que o racismo não é algo cometido por um ou outro grupo ou pessoa “aqui ou ali”, mas está cravado na sociedade brasileira, cuja mentalidade é escravocrata, e que, apesar de ter avançado em leis, em discussões, em inserções nos livros didáticos de imagens dos negros ocupando espaços diferentes que não apenas doméstico¹⁴, continua racista e não reconhece o racismo que reproduz e dissemina, até porque desconsidera que o faz.

O racismo institucional, por sua vez, acrescenta Almeida (2019), não trata apenas de comportamentos individuais, mas resulta do funcionamento das instituições, que conferem (indiretamente) desvantagens e privilégios com base na raça. O autor define instituições como “modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a torna normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais” (ALMEIDA, 2019, p.38). No interior das regras institucionais, o indivíduo se torna sujeito, que tem suas ações e comportamentos estabelecidos pela estrutura social. Dessa forma, as instituições moldam o comportamento humano e, ao mesmo tempo, são atravessadas por lutas entre indivíduos ou grupos que querem controlar as instituições.

Almeida (2019, p.39 e 40) também diz que “a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições”, portanto a desigualdade social é consequência de “grupos raciais que

¹⁴ Nos critérios gerais para a avaliação pedagógica (Item 2, p.40) no Edital do PNLD/2023, por exemplo, observamos a exigência de as obras observarem as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012), no item 2.2.24, e das Normas Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004), no item 2.2.28.

utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” e não se limita a ação de grupos ou indivíduos racistas.

Essa concepção trata o poder como elemento central da relação racial, considerando, portanto, que racismo é dominação. E quem domina são os grupos das organizações política e econômica da sociedade, que se mantêm no “poder institucionalizando seus interesses” e impondo à sociedade “regras, padrões de condutas e modos de racionalidade que tornem “normal” e “natural” o seu domínio, defende Almeida (2019, p.40). Por essa razão, o racismo não se separa de um projeto político nem das condições socioeconômicas, na visão institucionalista, uma vez que se tem como objetivo subordinar um grupo racial e manter o controle sobre ele. Desse modo, as instituições acabam formulando regras e imposições de padrões sociais que privilegiam um determinado grupo racial, que é o branco.

Embora sejam relevantes essas concepções apresentadas, neste trabalho, destacaremos a terceira concepção, tomada como base do conceito de racismo aqui tratado, o estrutural, que vai além do individual e do poder presentes nas instituições (e não estão dissociados do estrutural), mas se faz presente em cada um de nós da sociedade e, se está presente em nós, não é o outro que comete racismo ou a empresa que que é racista, mas todos nós (conscientemente ou não), que, numa sociedade racista, devemos nos conscientizar e lutar para desconstruir o racismo intrínseco na família e nos grupos dos quais fazemos parte. Em vez de diminuir, casos de racismo aumentaram entre 2021 e 2022. Em 2021, segundo o Números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas quase 20 mil denúncias de crimes raciais no Brasil em 2021. Em média, mais de 50 casos por dia¹⁵. Casos de racismo no 1º semestre de 2022 já superaram os últimos dois anos em São Paulo¹⁶. Em Goiás, Crimes de racismo aumentaram quase 80% em um ano¹⁷. São muitos os casos de racismo por todo o Brasil, e esses crimes devem ser motivo de reflexão e de combate por cada membro da sociedade.

¹⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/17/levantamento-exclusivo-do-fantastico-explica-como-os-crimes-raciais-acontecem-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

¹⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/casos-de-racismo-no-1o-semester-de-2022-ja-superaram-os-ultimos-dois-anos-no-estado-de-sp-diz-secretaria-de-justica.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

¹⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/08/10/crimes-de-racismo-aumentaram-quase-80percent-em-um-ano-em-goias-diz-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

1.2 Racismo estrutural

De acordo com a concepção do racismo estrutural, as instituições são

a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p.47)

Isso implica dizer que, se as instituições privilegiam determinados grupos raciais com suas regras, é porque o racismo é parte da ordem social e as instituições o reproduzem, ou seja, o problema não é individual nem apenas institucional, mas é muito mais complexo, porque envolve toda sociedade. Isso também explica, de certa forma, o tratamento diferenciado entre o branco rico e o preto pobre. Enquanto o primeiro humilha e até ameaça quem representa as instituições, o segundo é vítima de injustiça e de violência delas.

Assim, a única forma de uma instituição combater o racismo é implementando práticas antirracistas efetivas, promovendo ações que permitam a inserção, a visibilidade e a ascensão das minorias dentro dela.

No entanto, promover essas ações não é fácil, uma vez que, como diz Souza (2019, p.75), desde o século XIX, em nome da modernização da sociedade brasileira, estipula-se uma “hierarquia social”, cujos critérios “permitem e legitimam que alguns sejam vistos como superiores e dignos de privilégios, e outros sejam vistos como inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante”.

Outra implicação, acrescenta Almeida (2019, p.49), é de que “o racismo não se limita à *representatividade*”. Mesmo sendo essencial a presença de pessoas negras e outras minorias nas instituições, isso não significa que não haverá atos racistas nelas. Entretanto, é importante que as minorias sejam representadas nos espaços de poder para combater o racismo na sociedade e, conseqüentemente, nas instituições.

Com isso, Almeida (2019, p.50) enfatiza que o racismo é estrutural porque faz parte da estrutura social e é tido como “normal” na constituição das relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, e que, portanto, para combater o racismo individual e institucional, são necessárias mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas. O autor destaca que

o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p.51).

Souza (2019, p.90) acrescenta que a escravidão e seus efeitos são o ponto central do problema do Brasil moderno, e não mais o que herdou de Portugal, mas se localiza no abandono secular das classes estigmatizadas, humilhadas e perseguidas. A dinâmica das classes (seus interesses e suas lutas), assegura o autor, é a chave para a compreensão do que importa na sociedade. Assim, as classes sociais não serão percebidas como meras relações econômicas, mas são reproduzidas pela família pela transmissão afetiva de pai para filho, o que Souza (2019, p.94) chama de “economia emocional”. Por isso, as classes sociais devem ser percebidas como um fenômeno sociocultural e não apenas econômico.

As classes sociais, argumenta Souza (2019, p.96), vão reproduzir, pela força de transmissão familiar, capitais que serão decisivos na luta pelos recursos escassos. Todos estarão envolvidos nessa luta, mas “o privilégio de uns e a carência de outros são decididos desde o berço”, o que facilitará a vida de uns e atrapalhará a de outros. Por outro lado, o mundo capitalista criou uma nova hierarquia social, cuja base está “na luta entre os indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social por todos os tipos de recursos escassos” (materiais ou não). Porém isso só será possível, diz o autor, com o envolvimento de outras elites, como a intelectual e a jurídica, por exemplo, e não apenas a econômica.

Assim, na classe média, por exemplo, explica Souza (2019), estimula-se o aprendizado para se ter o melhor resultado futuro, então a produção de alguns privilégios, com o tempo, parece algo natural e inato para os indivíduos que os detêm, conseqüentemente a aquisição do conhecimento valorizado é percebida como merecida e inata, assim como o capital tem que parecer merecido e inato para a elite dos ricos.

Porém, nas classes abandonadas, ao contrário, desde o berço, a produção é da inadaptação à competição social em todos os níveis, diz Souza (2019). A herança dessa classe vem de longe, descendente dos escravos “libertos” que foram

abandonados se juntou aos mestiços e brancos pobres com o mesmo histórico de abandono. Além da pobreza, herdou também todo o ódio e desprezo que antes se devotava ao negro escravo.

Portanto, entender que o racismo é estrutural, e não apenas um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna mais responsáveis pelo combate ao racismo, uma vez que teremos que nos posicionar para que haja uma mudança na sociedade contra a manutenção do racismo, por meio da adoção de práticas antirracistas, defende Almeida (2019).

Sobre essa questão, Ribeiro (2019) ressalta que o racismo estrutural contribui para que a população negra tenha menos acesso a uma educação de qualidade, por essa razão políticas públicas são essenciais para transformar essa realidade.

Souza (2021) acrescenta que é necessário não apenas mostrar que o racismo existe, que ele é estrutural, mas compreender o racismo multidimensionalmente, pois, no Brasil, ele assume uma dominação social, econômica e política e destrói o reconhecimento de que todos precisam de uma vida digna. De acordo com o sociólogo, só se compreende o racismo quando se entende os estímulos morais que nos move.

Para explicar essa asserção, o autor afirma que, historicamente, o Brasil é produto do Ocidente e que, para compreender o mundo Ocidental, é necessário entender alguns princípios da religião judaica, uma vez que a religião é a forma como os seres humanos aprenderam a interpretar o mundo e o judaísmo antigo criou o mundo moral religiosamente motivado. Dessa forma, obedecer a Deus constitui-se como o nascimento da moralidade – ligada a uma reflexão, a uma escolha.

O judaísmo transpôs essa ideia ao Cristianismo, que vai montar uma hierarquia moral, embora não tenhamos consciência dela. Com isso, vai ter direito à vida eterna quem conseguir controlar as paixões e essa é a forma como vamos interpretar a moralidade até hoje, diz Souza (2021).

A hierarquia moral baseada na oposição entre corpo e espírito engendra também toda hierarquia secular entre as classes sociais na composição por recursos escassos. Ela passa a ser a forma universal de avaliação não apenas do valor religioso diferencial entre os fiéis, que decide sobre a salvação no “outro mundo”, mas também do valor social diferencial entre todos os indivíduos e todas as classes sociais “neste mundo” (aspas do autor) (SOUZA, 2021, p.74).

O Protestantismo, entretanto, diz que o caminho ligado à salvação é o trabalho, o que possibilita o reconhecimento de todas as pessoas. Com essa ideia, o protestantismo vai mudar o mundo profano de acordo com a religiosidade: a noção de trabalho como fundamental e o espírito relacionado a algo superior, ou seja, tudo que percebemos como nobre e superior tem a ver com o espírito. A partir daí, todas as nossas avaliações passaram a ter relação com a oposição entre espírito (divino) e corpo (desumano, animal), destaca o autor.

Como o racismo tem a ver com a cultura, todas as culturas do Ocidente vão ser construídas a partir da oposição entre espírito e corpo, o que Souza (2021) chama de gramática moral do racismo, uma vez que todas as formas de opressão são uma só e estão baseadas na oposição entre espírito e corpo (culturas, gêneros, raças etc.). A dominação, portanto, tem que convencer que o indivíduo é inferior. No caso do racismo – fenômeno multidimensional baseado na oposição entre corpo e espírito, ou seja, entre o que é desumano/animal e divino –, busca-se reduzir o outro a sua animalidade, e desumanizar uma pessoa que acaba se percebendo também desumanizada, defende o autor.

De acordo com Souza (2021, p.120-121), o mundo social é avaliado de acordo com a perspectiva de que “povos supostamente do ‘espírito’ são também percebidos como mais honestos e bonitos”, e, inversamente, “todo tipo de preconceito e de racismo implica um processo de ‘animalização’ dos sujeitos, em que o corpo tende a preponderar sobre em relação ao espírito”. Tendo como base essa ideia, algumas “culturas”, classes sociais, “raças” são consideradas superiores, distinguindo-se das inferiores. Assim, “as classes do privilégio são as classes do espírito, enquanto as classes trabalhadoras são as classes do trabalho manual e do corpo”. Portanto, a base da vida social é moral e não econômica, afirma Souza (2021, p.52).

Para Souza (2021, p.116), “a história do Ocidente é a história da construção do indivíduo como ideia moral mais fundamental” e os diversos tipos de racismos “são formas de negar reconhecimento social a indivíduos e grupos sociais”.

A vinculação entre o corpo negro e um animal irracional produz um efeito identitário, tornando a ideia de ser negro como ser incivilizado, afirma Caminha (2020, p.128). A partir dessa ideia, o desenho projetado no corpo negro coloca-o em posição de desigualdade em relação ao corpo branco, acrescenta a autora. Por isso, o corpo branco passa a ser desenhado como o corpo capaz de orientar nossas práticas

políticas, culturais e sociais. Essa visão foi herdada do europeu, colonizador, que inferiorizava o corpo negro e sua cultura.

Assim, no espaço do riso, “o corpo negro incorpora sentidos que o encarcera, tornando-se exemplo de um projeto colonizador”. De acordo com Moreira (2020), as piadas não apenas retratam as características da negritude como esteticamente desagradáveis e moralmente inferior, mas também como animais e criminosos.

Essa noção de inferioridade do corpo negro consolidou um imaginário vinculado à elite intelectual brasileira durante o século XIX. No Brasil, a concepção de muitos intelectuais, há muito tempo, é de que o país compreende a lata de lixo do mundo por ser composto por mestiços. Essa visão perdura até hoje, por isso apenas alguns têm direito a privilégios, que Souza (2021) define como receber tudo facilmente.

Dessa forma, para criticar os privilégios tem que se saber qual a cortina invisível deles, pois a produção da classe marginalizada, que não os possui, está relacionada com a pobreza econômica que atinge grande parte da sociedade brasileira, e é reproduzida infinitamente, provocando o atraso moral, político e social.

A partir dessa concepção, diz Souza (2021), o tema da corrupção surge como a primeira grande marca da elite para unir a classe média branca, acreditando que o homem brasileiro é desonesto – dimensão moral – e criminalizando a cultura popular para se criar a escandalização dessa própria elite pela imprensa. Isso vai encobrir o racismo presente na sociedade e permitir que surjam políticos e outras autoridades unindo o racismo da classe média branca mais o racismo da classe popular, com o pretexto de combate à corrupção.

Percebemos que toda essa roupagem é construída para que se perpetue o racismo e com ele a pobreza no Brasil, de modo a favorecer apenas aqueles que já fazem parte de uma elite que não pretende renunciar aos privilégios, e que, por essa razão, não tem interesse de que todos usufruam uma vida digna. Com isso, quem sempre foi marginalizado e excluído na sociedade continua sem direitos e sem as vantagens da elite.

Voltando a Almeida (2019, p.60), e reforçando essa ideia de Souza (2021), para a segregação não oficial entre brancos e negros que vigora em certos espaços sociais, existem diversas explicações, dentre elas: a de que pessoas negras são menos aptas para o espaço acadêmico; são responsáveis por suas escolhas individuais e a situação socioeconômica não influencia nessas escolhas; por conta de fatores históricos, elas têm menos acesso à educação, por isso, ocupam cargos menos

qualificados e são mal remuneradas; e estão sob o domínio de uma elite branca presentes em todos os espaços de poder e de prestígio.

Embora algumas dessas explicações sejam menos racistas que outras, o que há em comum entre elas é que resultam de elaboração intelectual e não mostram o motivo pelo qual as pessoas negras têm menos acesso à educação nem como e por que têm menos privilégios sociais que as pessoas brancas.

Para não aceitar como normal que o negro não esteja presente no lugar onde o branco domina, é necessário compreender que

O racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afeto estão de algum modo conectados com as práticas sociais (ALMEIDA, 2019, p.63).

Dessa maneira, o racismo se perpetua quando fornece explicações “racionalis” para a desigualdade social e constitui sujeitos que não se abalam com a discriminação e a violência racial, explica o autor. É o que a sociedade brasileira faz quando acha normal que, mesmo tendo a maioria da população composta por pretos, poucos são os que se encontram nas universidades do país, sob a alegação de que essa exclusão não passa de um esforço individual denominado meritocracia.

Por isso, dentro da concepção estrutural do racismo, considera-se que “o racismo como ideologia, molda o inconsciente”, destaca Almeida (2019, p.64), pois a ação do indivíduo, embora consciente, é constituída historicamente de maneira inconsciente. Apesar das denúncias de racismo na TV e nas redes sociais, percebemos que o racismo, por exemplo, é também reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Portanto, para Almeida (2019, p.66-67), “a ideologia não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas”, ou seja, a ideologia não é um produto do imaginário apenas, mas é, sobretudo, uma prática.

As práticas discriminatórias são consequência dessa ideologia que leva uma pessoa branca ou negra a compartilhar coletivamente ideias racistas e reproduzir em seus comportamentos individuais. Sendo assim, é importante uma reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a condição do indivíduo negro para enxergar o mundo além do imaginário racista, acrescenta o autor.

Moreira (2020, p.40) diz que, como ideologia, o racismo é uma prática que está em constante transformação, assumindo diferentes formas em momentos históricos distintos. Acontece que em todas as suas manifestações ele reforça a marginalização de minorias raciais (como são indicados no Brasil, embora sejam maioria), e faz parte de um *projeto racial* que atribuirá significados à forma de domínio que pretende construir, traz a ideia de quantitativo e, por isso, parece-me contraditório.

Cabe aqui, então, identificar os mitos que fundem o sistema de opressão, como afirma Ribeiro (2019, p.18 e 19), destacando que o da democracia racial é o mais nocivo deles, pois “no Brasil houve a transcendência dos conflitos raciais pela harmonia entre negros e brancos, traduzida na miscigenação e na ausência de leis segregadoras”. No entanto, “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo” (RIBEIRO, 2019, p.21), e não refletir sobre o tema, apenas contribui para a perpetuação do sistema de discriminação racial, defende a autora.

Para Schwarcz (2012, p.111), é importante refletir sobre a eficácia e permanência do mito da democracia racial, a fim de compreendê-lo não apenas como um mascaramento intencional da realidade, ou seja, em vez de focar naquilo que o mito da democracia racial contém e esconde, deveríamos pensar um pouco “no que ele afirma, nas recorrências que parecem não fruto do acaso, mas resultado de um excesso de significação: afinal, mesmo desvendando suas falácias, o mito permanece oportuno”. Assim, “a oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução racional”, o que faz com que o brasileiro aceite o preconceito existente, mas continue com a ideia racial acima dos dados e da própria consciência de discriminação, afinal, diz a autora, “somos racistas, mas nosso racismo é melhor, porque mais brando que os outros”, uma versão do mito que cresce entre nós. Por fim, Schwarcz (2012, p.113) acrescenta que mencionar a presença do mito não implica pensar que nada muda, mas que ele “se altera sem se extenuar”.

De acordo com Almeida (2019, p.73), “a superioridade econômica e racial foi estabelecida pela desumanização”, e o racismo foi enquadrado numa versão de humanidade que pode ser controlada, como o “sujeito colonial”, por exemplo, cujas práticas religiosas e culturais, são consideradas exóticas. Em decorrência disso,

a permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à

identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios (ALMEIDA, 2019, p.74).

Isso significa naturalizar as diferenças e culpar a raça por “não conseguir” atingir a camada mais privilegiada da sociedade, mas o próprio sistema atribui vantagens e privilégios às pessoas brancas, diz Almeida (2019, p.74). No entanto, para as classes abandonadas, esses privilégios foram negados, ao contrário do que ocorre com as classes mais privilegiadas.

À vista disso, Almeida (2019, p.77) defende que o “ser branco” e o “ser negro” são construções sociais que validam projetos de dominação que hierarquizam indivíduos. Enquanto o ser branco é resultado de uma construção social de dominação material, de direito e de exploração de trabalho, o negro é produto do racismo, determinado pelo que lhe é externo. Por isso, diz o autor, o negro se faz humano¹⁸ a partir do momento em que ele toma consciência da sua negritude e reage intelectualmente e politicamente contra as condições que lhe são impostas pelo racismo. Almeida (2019) acrescenta que

Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas (ALMEIDA, 2019, p.77).

Por essa razão, a condição de negro e de branco é determinada pelas circunstâncias históricas e políticas de cada país. Destarte, pode haver muitos problemas relacionados a essa questão, dentre eles a meritocracia defendida por muitos para obter êxito em diversos setores da sociedade. Dessa forma, “sendo o racismo um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante, suas formas de legitimação precisam também se modificar”, como defende Moreira (2020, p.40).

Além disso, Souza (2019, p.106) salienta que, num cenário de violência constante sem mudança expressiva até hoje, não é possível, com algumas exceções,

¹⁸ Quando o autor afirma que “o negro se faz humano”, não significa que o negro não seja humano, mas que a sociedade o animaliza, como dito anteriormente, então, ele precisa ter consciência disso para reagir.

a construção de seres humanos com autoestima e autoconfiantes. Nesse contexto, “são produzidos seres humanos com carências cognitivas, afetivas e morais, advindo daí sua inaptidão para a competição social”. Por conseguinte, o racismo histórico e a meritocracia permitem que “a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos”, destaca Almeida (2019, p.81).

Como a meritocracia se manifesta por meio de processos seletivos das universidades e concursos públicos e a desigualdade educacional está relacionada à desigualdade racial, o perfil racial dos ocupantes dos cargos de prestígio no setor público e das universidades mais concorridas acaba reafirmando o imaginário que “associa competência e mérito a condições como branquitude¹⁹, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade”, completa Almeida (2019). Importante frisar que, com essa ideia, não estamos dizendo que todos que compõem o quadro de funcionários na universidade são racistas, mas que ela refrata/reflete o imaginário social. Dificilmente, vemos negros, mulheres, homossexuais ocupando cargos de prestígio não apenas nas universidades, mas no setor público em geral.

No entanto, reforçamos que a ausência de pessoas negras nos espaços de poder deveria ser algo chocante, uma vez que a população negra, quase 56%, é maioria no país. Por isso, uma pessoa branca deve entender que o lugar que ocupa faz parte também dos privilégios que acompanham a cor que têm, e esses privilégios não podem ser naturalizados ou considerados esforço próprio, como enfatiza Ribeiro (2019, p.32). Entretanto, ao contrário do que defende a autora, pessoas privilegiadas acabam atribuindo seu sucesso apenas à meritocracia, desconsiderando todo o processo desigual da sociedade.

Almeida (2019, p.82) esclarece que, no caso do Brasil, o discurso da meritocracia sustenta a negação do racismo e a ideologia da democracia racial. Assim, num país desigual como o Brasil, o discurso da meritocracia acaba sendo

¹⁹ *Branquitude*, de acordo com Moreira (2020, p.42), tem origem na hegemonia que a cultura europeia transmitiu com seu projeto colonial ao longo dos séculos. Com isso, sistema econômico, religião, estrutura política e tradição cultural dos países europeus tornaram-se padrões universais. Esses padrões estão associados a um grupo racial específico com seus diversos predicados positivos, como superioridade cultural, beleza estética, integridade moral, sucesso econômico e sexualidade sadia. Por outro lado, a *negritude* surge a partir de atribuições negativas, em um momento histórico, no qual a raça era objeto de reflexão. As narrativas científicas, políticas e culturais da época eram destinadas a legitimar a exploração das pessoas classificadas como negras. Assim, o racismo cumpriu o papel de justificar hierarquias sociais entre negros e brancos. Portanto, essas duas identidades foram construídas numa relação hierárquica de poder, em função das relações culturais, políticas, históricas e econômicas.

racista, promove a desigualdade social e a conformação ideológica, uma vez que “a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal”. O autor também destaca que a relação entre Estado e sociedade vai além da troca e produção de mercadorias, “as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p.97).

No que diz respeito ao racismo, o “estado de sítio”, sob as condições projetadas no horizonte neoliberal, torna-se a forma de política vigente, na qual o racismo permite a conformação da violência a que muita gente é submetida, o convívio em áreas sem saneamento e o descaso com a educação e com a saúde, que leva ao extermínio de milhares de jovens por ano, acrescenta Almeida (2019). Com isso, a posição social do privilégio, como afirma Ribeiro (2019), vem marcada pela violência, embora isso não signifique que a pessoa privilegiada seja deliberadamente violenta, porém ela faz parte do contexto em que isso se dá, portanto ela colabora para que haja violência também.

No Brasil, contudo, nega-se essa violência e constrói-se uma ideia de um país pacífico. Porém, essa ideia de não violência, de acordo com Chauí (2021, p.37), é um mito que tem como alicerce a narração política da “história feita sem sangue”, que opera para “a construção mítica da sociedade brasileira como a boa sociedade, una, indivisa, pacífica e ordeira”.

Segundo a autora, os meios de comunicação de massa são os responsáveis por disseminar esse mito da não violência através de mecanismos ideológicos que, ao mesmo tempo, afirmam e negam a presença da violência na sociedade brasileira, de modo que

a violência não é percebida ali mesmo onde ela se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos. Mais do que isso, a sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, a *estrutura da sociedade brasileira* (CHAUÍ, 2021, p.41).

No momento em que a sociedade é percebida como não violenta, todo ato de violência é visto como esporádico, ademais as diversas formas de violência – desigualdades econômicas, sociais, culturais, as muitas formas de exclusão, o machismo, o racismo – acabam não sendo considerados violência, mas algo cometido por ‘eles’ (vândalos, desordeiros, bandidos) que não fazem parte do ‘nós’, portanto “eles” não são vistos como gente brasileira, assegura a filósofa.

Entretanto, essa violência está presente na sociedade e é comum na periferia onde pessoas negras são exterminadas. Esse mecanismo de destruição de vidas negras se aperfeiçoa no contexto neoliberal e vai além do encarceramento; a pobreza, a falta de saúde, dentre outros fatores, fazem parte de uma engrenagem social e causam também dor e morte. Sendo assim, “do mesmo modo que a violência em relação aos escravos era ilimitada [...], hoje a matança dos pobres que herdaram a maldição do ódio devotado aos escravos comove poucos dentre os privilegiados” (SOUZA, 2019, p.107).

Dessa forma, instaura-se a necropolítica, postula Almeida (2019), na qual guerra, política, homicídio e suicídio são indistinguíveis, e ela é tida

como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade (ALMEIDA, 2019, p.124).

Para isso, é necessário que cada homem se torne inimigo de outro, na tentativa de sobreviver, pois, segundo Mbembe (2018, p. 62), “é a morte do outro, sua presença física como cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único”. Ademais o sentimento de segurança aumenta quando o inimigo morre. Dessa forma, a sobrevivência é vista como uma forma de poder, argumenta o autor. Esse inimigo é apresentado pelo Estado, pelas mídias, que muitas vezes ajudam a definir quem importa ou não, quem é descartável ou não. Na maior parte das vezes, destaca Ribeiro (2019, p.95), “o Judiciário é uma extensão da viatura policial: não se exige uma investigação detalhada nem se admite o contraditório para quem é acusado pela seletividade do sistema”.

Almeida (2019, p.136) ainda defende que “o racismo é uma relação estruturada pela legalidade”, pois o direito foi colocado a serviço de grupos racistas que ascenderam politicamente, por meio de projetos de discriminação, segregação racial e até mesmo de extermínio. Portanto, legitima-se a violência contra a população negra

e pobre, normalizando o assassinato policial quando se trata de proteger a sociedade de quem é considerado violento – geralmente quem faz parte das classes populares.

No entanto, a vida, a liberdade, a igualdade são valores que devem ser protegidos pelo Estado, inclusive por meio de leis, que muitas vezes não são iguais para o branco e para o preto na sociedade em que vivemos, uma vez que, atrelada ao poder, a lei acaba vinculada também ao racismo. Por essa razão, os negros ainda são injustiçados na sociedade e são tratados diferentemente dos brancos. Enquanto isso ocorrer, é necessário denunciar e lutar por condições de igualdade na sociedade.

Feitas as considerações sobre racismo, apresentaremos as noções teóricas a respeito do funcionamento dos discursos numa perspectiva dialógica, necessárias para a análise do *corpus*.

Capítulo 2. O funcionamento dos discursos em uma perspectiva dialógica

Neste capítulo, retomamos as ideias de Bakhtin (2003, 2010, 2015, 2016 e 2018), de Volóchinov (2013 e 2017), de Medviédev (2019) e de outros estudiosos contemporâneos da teoria dialógica, para os quais a linguagem deve ser pensada na relação com o outro e inserida no meio social. Assim, destacamos os elementos importantes para o estudo da linguagem, das intenções e das visões de mundo dos interlocutores no diálogo com o outro.

2.1 Linguagem e enunciado

Bakhtin (2015) pensou a linguagem mediante a relação com o outro e de maneira indissociável com o meio social. Ele defende que a ciência deveria considerar o homem com suas vivências, já que o meio no qual o homem vive contribui para que ele pense da forma como pensa, como também contribuirá para que ele seja o que ele é. Por essa razão, como ressalta Bakhtin (2015), é importante se estudar a linguagem levando em consideração o contexto no qual os interlocutores estão inseridos, uma vez que o contexto é constitutivo do sentido, além disso ele condiciona o que se deve dizer, com que palavras, em que gênero e como deve ser dito.

Para o filósofo russo, o homem se constitui num processo dinâmico, em constante transformação, que se acaba apenas com a morte; essa transformação se dá por conta da relação com o outro, embora cada ser tenha sua singularidade, e ocupe lugar único no mundo. “Nesse sentido, viver é agir e agir em relação a tudo que não é *eu*, em relação ao *outro*” (grifo do autor) (FARACO, 2009, p. 21); sendo assim, o que o homem percebe, sente, vê, adquire não é igual em nenhum outro ser e, por isso, além de ocupar um lugar único, ele também é responsável pelo que faz, ou seja, ele está sempre se posicionando em relação a valores, complementa Faraco (2009). Sob essa perspectiva de Bakhtin, diz Calazans (2021), a interação dialógica não é apenas uma ação sociocomunicativa, mas, sobretudo, sócio-axiológica, fazendo da linguagem uma mistura de vozes diversas, às vezes essas vozes são mais marcadas e separadas do discurso do outro, às vezes menos marcadas, assimiladas pelo discurso que delas se constituem, como afirma Cunha (2008). A posição axiológica assumida pelo chargista, por exemplo, demonstra essa relação do *eu* com o *outro*,

uma ação que revela valores que ele defende por meio da interação com os discursos circulantes e seu posicionamento crítico diante dos fatos²⁰.

Embora sinta e perceba diferentemente, cada pessoa acaba sendo influenciada pelo meio, e essa influência se dá na interação, no diálogo, o que ratifica a ideia de que a visão de mundo está relacionada ao contexto discursivo do qual as pessoas fazem parte, está relacionada ao tempo e ao espaço, além de ser contingente. Valores e avaliação social não são individuais, mas compartilhados pelos grupos sociais. Por isso, podemos dizer que, numa sociedade estratificada, geralmente pessoas de classes sociais diferentes terão visões diferentes do mundo, uma vez que as classes sociais não são homogêneas. Essas visões são de extrema importância quando se estuda o discurso, pois têm relação com os valores defendidos pelas comunidades a que cada grupo pertence.

Compreendemos, a partir dessas considerações, que a linguagem, segundo Bakhtin (2015, p. 121), se manifestará em contextos, que irão influenciar os sentidos construídos pelos interlocutores participantes desse contexto, como também suas intenções e visões de mundo.

De acordo com Bakhtin (2015), essas visões são construídas na vida cotidiana, na qual se ouve falar do sujeito que fala e daquilo que ele fala. A fala do cotidiano é construída, sobretudo, a partir daquilo que os outros dizem; assim, transmitem-se as palavras dos outros e, ao mesmo tempo, quem transmite emite uma opinião de valor sobre elas. A posição axiológica daquele que enuncia, portanto, é repleta de palavras dos outros, com suas ideologias, crenças e valores. Essa interação se dá por meio do diálogo em uma acepção ampla, no qual a língua se manifesta plenamente. Sendo assim, o diálogo, que toma forma apenas em enunciados concretos, é essencial para se pensar a linguagem, para se pensar o ser no meio social e suas relações com o outro.

Para Bakhtin (2016, p.28), a unidade real da comunicação discursiva é o enunciado, porque o discurso só existe na forma concreta de enunciados dos falantes, sujeitos do discurso. Isso porque “o discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma, não pode existir”. Os limites do enunciado concreto (unidade da comunicação discursiva)

²⁰ Entendemos que todo texto tem posicionamento, tem ponto de vista, mas iremos nos limitar a analisar, nesta tese, como o sujeito autor da charge valora um acontecimento discursivo por meio da charge.

são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso. Dessa forma, acrescenta o autor, todo enunciado comporta um começo absoluto e um fim absoluto; porém, antes de seu início, há os enunciados dos outros; depois de seu término, há os enunciados-respostas dos outros. Na verdade, o enunciado é um elo da cadeia de outros enunciados, pois, de acordo com Bakhtin,

Todo discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos. O discurso voltado para seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios, entrelaça-se em suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros e tudo isso pode formar com fundamento o discurso, ajustar-se em todas as suas camadas semânticas, tornar complexa sua expressão, influenciar toda a sua feição estilística (BAKHTIN, 2015, p.48).

Esse enunciado vivo, ressalta o autor, que surge num determinado momento histórico, toca, portanto, milhares de fios dialógicos vivos. Assim, o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota uma atitude responsiva ativa, concordando ou discordando, e essa atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, dessa forma, o ouvinte acaba se tornando o locutor. Essa orientação dialógica é um fenômeno próprio em qualquer discurso, como evidencia o autor.

Para se entender esse processo dialógico, Bakhtin (2016, p.35) apresenta algumas características constitutivas do enunciado, que serão descritas abaixo.

A primeira delas destaca que é no diálogo real que a alternância dos sujeitos falantes é observada de modo mais direto e evidente, como dito anteriormente. Os enunciados concebidos como respostas dos interlocutores alternam-se regularmente nele. Qualquer réplica está orientada para o objeto do discurso, para o diálogo anterior e para o destinatário, sendo assim, a réplica retoma e acrescenta.

Ao mesmo tempo, as réplicas são ligadas umas às outras, de modo que cada réplica possui um acabamento específico que expressa a posição do locutor com relação a essa réplica, uma posição responsiva. Pode-se dizer, então, que é a partir do que o outro diz que vou falar, isso significa que aquilo que o outro disse dá origem ao meu discurso. De acordo com Bakhtin (2015, p.52), “o discurso surge no diálogo

como sua réplica viva, forma-se na interação dinâmica com o discurso do outro no objeto”.

O autor acrescenta ainda que o discurso vivo está voltado para a futura palavra-resposta, antecipando-a e voltando-se para ela, e que, ao mesmo tempo, ele é formado com base no já dito e voltado para a futura palavra, determinado pelo que ainda não foi dito, mas que pode ser forçado e antecipado pelo discurso responsivo.

A segunda particularidade, indissociável da primeira, é a conclusibilidade²¹ específico do enunciado (BAKHTIN, 2016, p.35). A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno que ocorre a partir da alternância dos sujeitos do discurso, uma vez que, nessa alternância, o locutor disse (ou escreveu) tudo o que queria dizer em um determinado momento e em condições precisas. Essa conclusibilidade é determinada por categorias específicas. O primeiro critério de conclusibilidade do enunciado é a possibilidade de responder a ele, ou seja, ela é necessária para tornar possível uma reação ao enunciado.

Assim, a plenitude acabada do enunciado, que assegura a possibilidade de resposta ou de compreensão responsiva, é percebida pela exaustividade do objeto de sentido, pelo projeto discursivo do locutor e pelas formas típicas da composição e do acabamento do gênero. Esses três elementos estão relacionados na totalidade do enunciado.

O primeiro elemento – a exaustividade do objeto de sentido – pode chegar a uma plenitude quase absoluta nos campos em que os gêneros dos discursos têm uma natureza padronizada e a ausência quase total do elemento criativo, como em alguns campos oficiais ou de ordens militares, por exemplo. Já nos campos de criação, só se pode falar de um mínimo de acabamento, que permite ocupar uma posição responsiva. Importante destacar que

o objeto é objetivamente inexaurível, mas, ao se tornar *tema* do enunciado (por exemplo, de um trabalho científico), ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em que um dado material, em determinados fins colocados pelo autor” (BAKHTIN, 2016, p.36).

O segundo elemento, inseparável do primeiro, é que partimos da intenção verbalizada do falante para medirmos a conclusibilidade do enunciado.

²¹ Importante salientar que, para Bakhtin (2016), a conclusibilidade existe apenas na forma composicional e não na temática.

Essa intenção determina tanto a própria escolha do objeto (em certas condições de comunicação discursiva, na relação necessária com os enunciados antecedentes) quanto os seus limites e a sua exauribilidade semântico-objetal (BAKHTIN, 2016, p.37).

O terceiro elemento – as formas estáveis de gênero do enunciado – diz respeito à escolha do gênero, antes mesmo da vontade discursiva do falante. Essa escolha é determinada pela especificidade de cada campo da comunicação discursiva, por temáticas, pela situação de comunicação, pelos participantes etc. Em seguida, a intenção do falante é aplicada e adaptada ao gênero escolhido.

Voltemos agora à terceira característica do enunciado, a de que ele tem autor. O enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera da comunicação das atividades humanas. Esse autor não é neutro, ele retoma o objeto do discurso do outro e se posiciona, assim, os discursos tornam-se posições ideológicas, pontos de vista que o locutor assume quando os profere. O primeiro elemento do enunciado que o autor (sujeito do discurso), centrado no objeto e no sentido do discurso, escolhe são os meios linguísticos e os gêneros que determinarão as peculiaridades estilístico-composicionais do enunciado. O segundo elemento do enunciado que determinará a composição e o estilo desse enunciado é o elemento expressivo, ou seja, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016, p.47).

Assim como Bakhtin (2016), Volóchinov (2013) postula que essa valoração, revelada pela entonação do autor, tem um papel essencial na construção da enunciação, sobretudo, porque ela é a “expressão sonora da valoração social” (VOLÓCHINOV, 2013, p.175), visto que nossos enunciados são proferidos de acordo com nossas crenças, nossos costumes etc., que são construídos e adquiridos no meio social do qual fazemos parte. Por essa razão, nossos pontos de vista, nossos valores são inerentes aos enunciados que proferimos. A charge, por exemplo, engloba essas características, pois ela é uma retomada modificada em relação ao factual. Assim, o autor da charge retoma e se posiciona, mostrando seu ponto de vista em relação ao acontecimento.

Bakhtin (2016, p.47) diz que o primeiro elemento do enunciado, que determina suas peculiaridades, é a escolha dos meios linguísticos e dos gêneros do discurso

determinada pelas tarefas (pela ideia) do sujeito do discurso (ou autor) centradas no objeto e no sentido. A necessidade de expressividade do locutor ante o objeto de seu enunciado corresponde ao que Bakhtin (2016) chama de segundo elemento do enunciado. A importância e a intensidade dessa fase expressiva variam de acordo com as esferas da comunicação verbal, mas existe em toda parte, pois é impossível que haja um enunciado absolutamente neutro. Não há como não se posicionar diante de outros enunciados; mesmo quando o locutor se diz “neutro”, ele está tomando uma posição que trará consequências.

Diante disso, Bakhtin (2016) afirma que todos os nossos enunciados são plenos de palavras dos outros e trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. Desse modo, diz o autor:

a expressividade de determinadas palavras não é uma propriedade da própria palavra como unidade da língua e não decorre imediatamente do significado dessas palavras; essa expressão ou é uma expressão típica de gênero, ou um eco de uma expressão individual alheia, que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada. (BAKHTIN, 2016, p.55)

A entonação expressiva é um dos recursos usados para expressar a relação emotivo-valorativa do locutor com o objeto do seu discurso. Fora do enunciado, essa entonação não existe, ela não pertence à palavra nem à oração, mas ao enunciado. A emoção, o juízo de valor e a expressão só nascem graças ao processo de sua utilização ativa no enunciado concreto. Assim, quando se está analisando o sentido do texto, o analista lida com valores, que expressam uma postura social, destaca Volóchinov (2013).

Desse modo, na comunicação verbal ativa, a palavra é sempre marcada pela individualidade e pelo contexto. Por isso Bakhtin (2016) destaca que a palavra existe como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade.

Percebemos, com essas considerações, que é importante investigar como os discursos são proferidos, procurando observar qual o propósito de se dizer o que foi

dito e em que situação os discursos estão inseridos. Atentamos também para o fato de que o ponto de vista presente nas charges, por exemplo, demonstra um posicionamento específico, e que vai depender do lugar sócio-histórico de onde o autor fala, em que contexto ele manifestou seu ponto de vista e com que propósito, afinal o social e o histórico são constitutivos do enunciado, conseqüentemente, o enunciado é determinado pelo contexto histórico.

É importante lembrar que, como nossos enunciados estão repletos de palavras dos outros, com sua própria expressividade, seu tom valorativo, que nós assimilamos, reestruturamos e modificamos, a expressividade de um enunciado acaba sendo sempre uma resposta aos enunciados do outro, uma vez que a palavra-resposta é provocada, antecipada pelo discurso vivo, que é construído em função dela.

Como o enunciado está ligado não apenas aos elos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal, quando o enunciado está sendo elaborado pelo falante, os elos que sucedem ainda não existem, o enunciado é elaborado em função da eventual reação-resposta, a qual é o objetivo preciso de sua elaboração. Por essa razão, o papel dos outros, para os quais o enunciado é dirigido, é muito importante. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado para o destinatário, sem o qual não poderia haver enunciado.

A partir das ideias apresentadas, nossa análise envolverá interlocutores, suas histórias, suas memórias, suas relações com os outros, a posição social que ocupa, que vão interferir diretamente nos seus discursos. Não podemos dissociar esses elementos, pois é a relação entre eles que contribuirá para a compreensão dos enunciados.

2.2 Dialogismo

Uma vez que a noção de dialogismo será base para análise deste trabalho, é importante apresentar o conceito de dialogismo formulado por Bakhtin (2015), pois o autor desenvolveu de forma significativa questões sobre ele, embora outros autores que fizeram parte das discussões em sua época também tenham contribuído.

Para Bakhtin (2018a), as relações dialógicas são um fenômeno que penetram tudo o que tem sentido e importância: a linguagem humana, as relações e manifestações da vida humana. Para ele, “onde começa a consciência, começa o

diálogo” (BAKHTIN, 2018a, p.47). Essa consciência só pode existir ao lado de outras consciências, assim como a concepção de mundo existe ao lado de outra concepção de mundo, ou seja, é na interação, na relação com o outro, que eu tomo consciência de mim e me revelo para o outro, diz o autor.

Ao analisar a obra de Dostoiévski, em PPD, Bakhtin (2018a, p.293) afirma que “ser significa comunicar-se pelo diálogo”. De acordo com o autor, por meio do diálogo, o homem não apenas se revela exteriormente como se torna aquilo que é para os outros e para si mesmo. “Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (BAKHTIN, 2018a, p.293).

Como, para Bakhtin (2015), o enunciado vivo toca as linhas dialógicas vivas em torno de um dado objeto de enunciação, o que se constitui como dialogismo são as relações de sentido estabelecidas entre os enunciados, afirma Fiorin (2016). Portanto, pode-se dizer que o dialogismo é constituído por essas relações no sentido lato (mais amplas, mais variadas, mais complexas), como salienta Faraco (2009, p.62).

Fiorin (2016) destaca também que há dois conceitos para o termo. No primeiro conceito, chamado de constitutivo – que não se mostra no fio do discurso –, “dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem”, pois todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado e tem pelo menos duas vozes (FIORIN, 2016, p.27). No segundo, chamado de composicional – que se mostra no fio discursivo –, o enunciador incorpora vozes do outro no enunciado. “São maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso” (FIORIN, 2016, p.37). O autor retoma aqui a proposta de J. Authier-Revuz acerca da heterogeneidade constitutiva e mostra que a orientação dialógica é, de acordo com Bakhtin (2015), um fenômeno próprio de qualquer discurso.

Além disso, Cunha (2019a, p.58) ressalta que o dialogismo não pode ser reduzido ao diálogo, à intertextualidade ou a técnicas de deciframento de textos. O dialogismo bakhtiniano “está no centro de sua concepção de vida”, pois, de acordo com o autor,

tudo o que me diz respeito, a começar pelo meu nome, chega do mundo exterior à minha consciência pela boca dos outros (da minha mãe etc.) com a sua entonação, em sua tonalidade valorativo-emocional. À princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo. Os elementos de infantilismo da

autoconsciência (“Será que um tipo assim mamãe amava...”) às vezes permanecem até o fim da vida (a concepção e a noção de mim mesmo, do meu corpo, do meu rosto e do passado em tons carinhosos). Como o corpo se forma inicialmente no seio (corpo) materno, assim a consciência do homem desperta envolvida pela consciência do outro. Mais tarde começa a adequar a si mesmo as palavras e categorias neutras, isto é, a definir a si mesmo como homem independentemente do *eu* e do *outro* (grifo do autor) (BAKHTIN, 2003, p.373-374).

De acordo com Cunha (2019b, p.155), Bakhtin “via o diálogo numa acepção bem ampla, como confronto de ideias, constitutivo de pensamento, do conhecimento social e humano, da compreensão, da comunicação e da vida humana”. Assim, acrescenta a autora, o dialogismo bakhtiniano “abre perspectivas sem limites para novas interpretações, uma vez que o “sujeito” vive voltado para o outro que é um ser de linguagem”, e esta é concebida, nessa perspectiva, sobretudo, como acontecimento e diálogo. Por isso, Cunha (2012b, p.250) destaca que “o dialogismo coloca o enunciado no centro das relações interdiscursivas, o que conduz a observá-lo não apenas no contexto imediato, mas na sua história”.

À vista disso, toda a vida da linguagem, independentemente do seu campo de emprego, está impregnada de relações dialógicas²², situando-se no campo do discurso, que, por sua vez, é naturalmente dialógico. Então, para se tornarem dialógicas, segundo Bakhtin (2015), as relações dialógicas e concreto-semânticas devem materializar-se, passando para outro campo da existência, tornando-se discurso, ou seja, enunciado, e ganhando autor, criador de dado enunciado.

As relações dialógicas, portanto, são possíveis não apenas entre enunciações integrais, mas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes. Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem.

Por último, as relações dialógicas são possíveis também com a sua própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele. Se de algum modo nós nos separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância face a elas, como que limitamos ou desdobramos a nossa

²² Usarei, neste trabalho, relações dialógicas como sinônimo de dialogismo.

autoridade. Isso significa que, nessa perspectiva teórica, não se pode estudar a palavra, o enunciado, a linguagem sem observar as relações dialógicas estabelecidas entre os interlocutores, que produzem enunciados a partir de outros discursos e criam o novo.

Por essa razão, vale destacar também que o objeto principal do exame de Bakhtin (2018a, p.211) é o “*discurso bivocal*, que surge sob as condições da comunicação dialógica, ou seja, nas condições da vida autêntica da palavra”. “A palavra bivocal é sempre interiormente dialogizada” (BAKHTIN, 2015, p.113). Nela está fixado “o diálogo potencial não desenvolvido e o diálogo concentrado de duas vozes, de duas visões de mundo, de duas linguagens” diz Bakhtin (2015, p.113). É relevante observar que o discurso convencional é sempre um discurso bivocal, pois as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, tornando-se, por conseguinte, bivocais. Portanto, há duas palavras, dois sentidos e duas expressões.

Bakhtin (2018a) ressalta que essa palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica, pois sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nessas palavras, há potencialidade, mas não sentido fixo. Nesse processo, a palavra não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou, havendo, portanto, memória nas palavras. Por isso, a palavra não surge do nada, mas a partir da memória de quem a profere, que a modifica e transforma em sua.

Cunha (2012a, p.255) acrescenta que o processo de retomada do discurso do outro pode se dar por meio da alusão, que “é proposta para ser reconhecida pelo outro e só pode ganhar corpo se reconhecida”, o que pressupõe “uma comunidade de memórias interdiscursivas que se encontram para identificar um segmento do já-dito, na troca atual”. Essa comunidade é composta pelos leitores/interlocutores que acompanham o evento no momento discursivo e partilham uma memória coletiva.

Essa noção de memória retoma a ideia de que a palavra nunca será neutra na língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou desprovida das vozes dos outros, ela sempre será repleta dessas vozes. No contexto de quem a recebe, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outros; até o próprio pensamento já encontra a palavra povoada oriunda de outros discursos.

Isso significa que, embora cada sujeito seja individual, essa individualidade se constitui na relação com o outro, o que remete à alteridade. No entanto, o fato de termos a singularidade não quer dizer que não possamos ter pontos em comum em nossas interpretações.

Por essa razão, cabe aqui destacar que Bakhtin (2018a) apresenta uma visão de que tudo é dinâmico e inacabado, tudo está se transformando, tendo, portanto, um caráter histórico. Nessa visão, a concepção de homem também é dinâmica; não se pode pensar num ser pronto e acabado. Essa ideia vale, é claro, para alguém que, numa sociedade racista, pode desconstruir ideias racistas e tornar-se antirracista. O processo de constituição plena do homem só se completa com a morte. Não temos o controle dos discursos que nos constituem, ao mesmo tempo, não somos capazes de dizer quais os discursos que nos constituem. Observamos, a partir dessas considerações, que Bakhtin (2018a) postula uma teoria do discurso, na qual a questão social e sua diversidade têm grande peso.

Dessa maneira, o filósofo russo apresenta uma concepção de linguagem socialmente estratificada, heterodiscursiva. A linguagem é heterogênea, assim como o sujeito, que, ao mesmo tempo é único, e essencialmente social. Para Bakhtin (2018a), A língua única é apenas um construto teórico, pois todo enunciado surge a partir de um diálogo social, a partir do já dito e jamais indiferente a valores. Assim também ocorre com as charges, por exemplo, produzidas a partir de diversas vozes que dialogam e, levando em conta os discursos circulantes, o chargista apresenta seu posicionamento axiológico.

2.3 Heterodiscurso

O conceito de dialogismo é essencial para se compreender o que Bakhtin (2015) chama de heterodiscurso²³, também importante para termos uma visão mais ampla do que seja o diálogo no discurso, composto por diversas vozes sociais e formando outras novas vozes sociais, visto que, como afirma Faraco (2009, p.58), “para Bakhtin, importa menos a heteroglossia como tal e mais a dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece”, porque, dessa forma, elas vão estabelecer relações de apoio,

²³ O termo heterodiscurso aparece na tradução da Editora 34, em 2015, mas em outras encontram-se heteroglossia e plurilinguismo.

contraposição, paródia, polêmica, dentre outras mais. Em outras palavras, destaca Faraco (2009), o plurilinguismo dialogizado é o verdadeiro ambiente de um enunciado, pois há o entrecruzamento contínuo das vozes sociais, formando novas vozes sociais. De acordo com o autor, o que move a consciência é a dinâmica, é a dialogização. Quando uso as vozes, estou produzindo outras vozes, assim, o chargista, por exemplo, situa-se com base na voz social, e enuncia a partir de outras vozes. Essa voz social reflete o posicionamento do chargista e de qualquer autor em qualquer gênero. No caso da charge, esse posicionamento aparece como denúncia.

Em Teoria do romance I, Bakhtin (2015) apresenta o conceito de heterodiscurso como produto da estratificação interna de uma língua que compreende toda a diversidade de vozes e de discursos dos grupos na sociedade. Por meio do romance, tomado como um todo verbalizado, Bakhtin (2015) apresenta a visão de uma linguagem social, pois, segundo ele, o romance é um heterodiscurso social artisticamente organizado, às vezes de línguas e de vozes individuais, e, por ser social, há estratificação interna, o que é comum a toda língua em cada momento de sua existência histórica, premissa indispensável do gênero romanesco.

Essa visão de estratificação é fundamental para o estudo da língua e para a compreensão do discurso, porque são essas vozes individuais e sociais que constituem a língua viva. Assim, como afirma o autor, “a vida social viva e a formação histórica criam no âmbito de uma língua nacional abstratamente única uma pluralidade de universos concretos, de horizontes verboideológicos sociais e fechados” (BAKHTIN, 2015, p.63).

Isso acontece porque, em cada momento de sua formação, a língua é estratificada em camadas não só de dialetos, mas também em linguagens socioideológicas, que pertencem a grupos de profissionais, de gêneros, de gerações etc. Essa questão é importante porque ela ressalta a necessidade de se estudar a língua a partir dos seus falantes, considerando os fatores socioideológicos, que vão influenciar diretamente na construção dos seus discursos.

Ademais, essa estratificação e contradição reais são a dinâmica da vida da língua: a estratificação e o heterodiscurso se ampliam e se aprofundam na medida em que a língua está viva e se transformando. Esse heterodiscurso, assim como a língua, é um heterodiscurso dialogizado, porque, quando o enunciado vivo de um determinado momento histórico-social toca os fios dialógicos vivos, envolvidos pela consciência socioideológica em torno de um dado objeto de enunciação, ele não pode

deixar de ser participante ativo do diálogo social. É desse diálogo que surge o enunciado, como sua continuidade, como sua réplica, numa relação direta com o diálogo e não como algo à parte.

A concepção do seu objeto, por parte do discurso, é um ato complexo, pois qualquer objeto, por um lado, é aclarado, e, por outro, é obscurecido pelas opiniões sociais heterodiscursivas, ou seja, “qualquer que seja o objeto do discurso do falante, ele não se torna objeto do discurso em um enunciado pela primeira vez, e um determinado falante não é o primeiro a falar sobre ele” (BAKHTIN, 2016, p.60). O próprio objeto do discurso desse falante – que não é um Adão mítico – se torna, segundo Bakhtin (2016, p.61), “um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos [...] ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc.”.

Se o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, e se forma na interação dinâmica com o discurso do outro no objeto, a concepção do seu objeto pelo discurso será, necessariamente, dialógica. Dessa forma, a réplica de qualquer diálogo real encerra uma dupla existência, ela é construída e compreendida no contexto de todo o diálogo, o qual se constitui a partir das suas enunciações (do ponto de vista do falante) e das enunciações de outrem (que participa da formação do discurso e, principalmente, da compreensão ativa, percebendo o discurso como oposição ou reforço e enriquecendo-o).

Os interlocutores desse diálogo pertencem a grupos sociais diferenciados e, por essa razão, geralmente, constroem discursos com pontos de vista diferentes. Assim, é importante se estudar a língua levando em consideração a sua estratificação, uma vez que, como destaca Bakhtin (2015), cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, cada uma das suas camadas sociais, tem a sua linguagem e seus fatores de estratificação.

Em cada momento histórico, essa língua, cujos falares do heterodiscurso entrecruzam-se, apresentará novos falares socialmente típicos, pois “todas as línguas do heterodiscurso [...] são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas da sua compreensão verbalizada, horizontes concreto-semânticos e axiológicos específicos” (BAKHTIN, 2015, p.67).

Como tais, todas elas podem ser confrontadas, podem servir de complemento mútuo entre si, podem se opor umas às outras e se corresponder dialogicamente. Isso significa que o discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre seu objeto, por isso não podemos desconsiderar essa orientação externa.

Desse modo, quando observamos as charges com temática racista divulgadas nas mídias, por exemplo, percebemos que há pontos de vista que denunciam uma realidade factual e que os discursos presentes nas charges trazem com eles crenças e convicções ideológicas, que são retomadas histórica e socialmente pelos autores das charges, tornando-as também antirracistas.

2.3.1 Hibridização

De acordo com Bakhtin (2015), o diálogo das linguagens não é somente o diálogo das forças sociais coexistentes, mas é também o diálogo dos tempos, das épocas, dos dias, daquilo que morre, vive, nasce, fenômeno que podemos observar nas charges. Aqui a coexistência e a evolução se fundem conjuntamente na unidade concreta e indissolúvel de uma diversidade de linguagens, denominado por ele de hibridização. De acordo com o autor,

hibridização é a mistura de duas linguagens sociais no âmbito de um enunciado – o encontro, no campo desse enunciado, de duas diferentes consciências linguísticas divididas por uma época ou pela diferenciação social (ou por ambas) (BAKHTIN, 2015, p.156).

No caso da vida e da formação das línguas vivas, Bakhtin (2015) destaca que a hibridização inconsciente não intencional é um dos elementos mais importantes, pois, no plano histórico, a hibridização contribui para a mudança das línguas e das linguagens. Para estudar o diálogo híbrido das linguagens, Bakhtin (2018a) utiliza a obra de Dostoiévski, pois ela representa uma revolução na poética do romance, no tocante, principalmente, à construção dialógica da ideia da personagem, do gênero, do discurso.

Para Bakhtin (2018a), Dostoiévski, como conhecedor da alma humana, sabe que a diversidade é constitutiva do universo humano. Dessa consciência da diversidade, decorrem as múltiplas vozes que o representam, razão por que Dostoiévski ausculta as vozes do universo social como um diálogo sem fim, no qual vozes do passado se cruzam com vozes do presente e fazem seus ecos se propagarem no sentido do futuro. Por isso o discurso polifônico, cujas vozes presentes na obra são equipolentes, é sempre um discurso aberto, um discurso das questões

não resolvidas, um discurso inacabado, assim como suas personagens, que não são modeladas de acordo com as leis da existência imediata.

Bakhtin (2018a) analisa a importância da multiplicidade de vozes no romance de Dostoiévski, o papel dessa multiplicidade de vozes como o traço característico mais importante do seu romance, a autonomia e a plenivalência de cada “voz”, desenvolvida por Dostoiévski. Essas considerações do filósofo sobre a obra de Dostoiévski são importantes também porque trazem noções relevantes para o estudo da linguagem.

O caráter essencialmente dialógico em Dostoiévski não se esgota em suas personagens, pois o romance polifônico é inteiramente dialógico. As relações dialógicas estão presentes não apenas no romance, mas, como defende Bakhtin (2018a, p.47), elas “são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo o que tem sentido e importância”. Para ele, onde começa a consciência começa o diálogo. Assim como no romance, na vida, o diálogo é essencial, pois ele perpassa todas as relações humanas.

No interior do “grande diálogo” construído por Dostoiévski, há uma orquestração das vozes, podendo-se perceber o discurso que retoma a voz do outro, porém de forma não marcada, mas sabe-se que é um discurso circulante, tal como se dá a composição dos discursos na vida real. Existe uma retomada de outros discursos que circulam nos diversos contextos para a construção de outros discursos.

Assim, a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoiévski é uma posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim, que afirma a autonomia, a liberdade interna, a falta de acabamento e de solução do herói, afirma Bakhtin (2018a).

O herói dostoiévskiano não é apenas um discurso sobre si mesmo e sobre seu ambiente imediato, mas também um discurso sobre o mundo: ele não é apenas um ser consciente, é um ideólogo; o discurso sobre o mundo se funde com o discurso confessional sobre si mesmo. A verdade sobre o mundo, segundo Dostoiévski, é inseparável da verdade do indivíduo, de modo que não existe a verdade, mas uma visão do indivíduo sobre o mundo. Essa visão do indivíduo sobre o mundo está presente em todos os gêneros no momento de sua composição e não pode ser dissociada, no momento da interpretação desses gêneros, de outros discursos circulantes em outro momento nem do contexto imediato.

Bakhtin (2018a) ressalta ainda que Dostoiévski sabia representar a ideia do outro, conservando-lhe toda a plenivalência enquanto ideia, mas mantendo simultaneamente a distância, sem afirmá-la nem a fundir com sua própria ideologia representada. Na criação dostoiievskiana, a ideia se torna objeto de representação artística, e o próprio autor tornou-se um grande artista da ideia; como consequência, o herói de Dostoiévski é um homem de ideias.

Em cada personagem principal de Dostoiévski, há uma ideia não resolvida, e todas precisam resolver uma ideia. É nessa solução da ideia que reside toda a vida autêntica e a própria falta de acabamento dessas personagens. Separadas da ideia em que vivem, sua imagem será totalmente destruída; assim, o herói na ideia é visto através da ideia, enquanto vemos a ideia nele e através dele. Assim, como o herói em Dostoiévski, as ideias do autor das charges, por exemplo, podem ser vistas a partir do meio em que ele vive e a partir do que ele propõe como reflexão e defende em seus textos.

Bakhtin (2018a, p.98) acrescenta, como segunda condição da criação da imagem da ideia em Dostoiévski, “a profunda compreensão que ele tem da natureza dialógica do pensamento humano, da natureza dialógica da ideia”. Segundo o autor, Dostoiévski conseguiu ver, descobrir e mostrar o verdadeiro campo da vida da ideia. Na obra de Dostoiévski, “a ideia não vive na consciência individual isolada de um homem: mantendo-se apenas nessa consciência, ela degenera e morre”. Dessa forma,

somente quando contrai relações dialógicas essenciais com as ideias dos *outros* é que a ideia começa a ter vida, isto é, a formar-se, desenvolver-se, encontrar e renovar sua expressão verbal, gerar novas ideias. O pensamento só se torna pensamento autêntico, isto é, ideia, sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializado na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a ideia (grifo do autor) (BAKHTIN, 2018, p.98).

A ideia quer ser ouvida, entendida e “respondida” por outras vozes e de outras posições, defende Bakhtin (2018a, p.98). Como o discurso, a ideia é por natureza dialógica; “a ideia é um *acontecimento vivo*, que irrompe no ponto de contato dialogado entre duas ou várias consciências”. Segundo Bakhtin (2018a, p. 98), foi essa descoberta artística da natureza dialógica da ideia, da consciência e de toda a

vida humana focalizada pela consciência (e pelo menos partícipe da ideia) que o tornou o grande artista da ideia.

Com isso, o enredo de aventura em Dostoiévski está totalmente a serviço da ideia. Esse enredo coloca o homem em situações extraordinárias, o que permite que o herói de sua obra seja aquele que determina o contexto em que ele está, defende Bakhtin (2018a).

Aqui é importante enfatizar que, a partir das considerações feitas sobre a obra de Dostoiévski, Bakhtin (2018a) apresenta questões sobre o diálogo, o discurso ideológico, a influência do mundo sobre o indivíduo, a visão do indivíduo sobre o mundo, dentre outras questões que são fundamentais para o estudo da linguagem viva e por essa razão são destacadas aqui.

Bakhtin (2018a) chama a atenção também para o fato de que a obra de Dostoiévski, segundo alguns críticos, teve grande influência de gêneros da Antiguidade Clássica e da época do Helenismo, nas quais se formam e se desenvolvem numerosos gêneros, bastante diversos exteriormente, mas interiormente cognatos, constituindo, por isso, um campo especial da literatura que os antigos denominaram de sério-cômico. Esses gêneros têm relação com o folclore carnavalesco, comum também em Dostoiévski, que falaremos adiante para compreendermos a linguagem carnavalesca presentes nas charges com temática racista.

2.4 Ponto de vista e discurso alheio

É impossível haver um enunciado absolutamente neutro, afirma Bakhtin (2016, p.47), “o estilo do enunciado é determinado sobretudo pelo seu aspecto expressivo”. De acordo com o autor, não tem nada que não seja valorado (no sentido axiológico), viver é se posicionar a cada momento. Bakhtin (2010b) também afirma que o ponto de vista do sujeito é único no lugar de sua existência. Essa localização espacial não é concreta, o lugar atual da minha existência é metafórico. No momento em que me posiciono, eu ajo e me torno participante da vida real, complementa o autor. Assim, todo enunciado revela uma posição valorativa frente a um acontecimento sócio-histórico e/ou a discursos circulantes.

De acordo com Cunha (2012a, p.22), as formas e indícios de retomada-modificação desses discursos circulantes “estão ligados ao ponto de vista e aos

modos como os enunciadores interpretam, reacentuam e reorientam esses discursos”. A autora chama a atenção para o fato de que, embora fundamental para a interpretação dos sentidos, transformar o ponto de vista em instrumento de análise é uma tarefa complexa, pois muitas vezes só conseguimos identificá-lo parcialmente.

Segundo a linguista, essa dificuldade que há em se dar uma definição ou descrição linguística se deve ao fato de o ponto de vista ser elaborado dialogicamente, na confrontação com outro ponto de vista, ou seja, “há diferentes pontos de vista porque o “objeto” considerado, uma pessoa, um evento, um julgamento expresso não pode não ser percebido em diferentes perspectivas, campos e entornos” (aspas da autora) (CUNHA, 2012, p.27). Por fim, ela afirma que o enunciador constrói seus argumentos e expõe fatos a partir do seu ponto de vista, fazendo apelo a valores e a ideologias, para provocar pró-discursos e não para evitar os contradiscursos.

Quando observamos as charges com temática racista, percebemos que elas expõem um ponto de vista do autor, com valores e ideologias, a fim de mostrar uma realidade e, ao mesmo tempo, confrontar ideias muitas vezes tidas como normais pela sociedade. Dessa maneira, pode-se ironizar, criticar e até mesmo idealizar uma sociedade consciente de que o racismo continua presente e é necessário combatê-lo.

Considerando que o ato criativo envolve “um complexo processo de transposições refratadas da vida para a arte” – como afirma Faraco (2017, p.39) ao discutir as ideias de Bakhtin sobre o autor-pessoa e o autor-criador –, uma vez que é o autor-criador quem compõe o objeto, a transposição de planos da vida para a arte se dá a partir de um certo viés valorativo. Segundo Faraco (2017), o autor-criador é

uma posição refratada e refratante. Refratada porque se trata de uma posição axiológica conforme recortada pelo viés valorativo do autor-pessoa; refratante porque é a partir dela que se recorta e se reordena esteticamente os eventos da vida (FARACO, 2017, p.39).

Assim, não apenas descreve, mas também interpreta esses eventos do mundo. Por essa razão, embora Bakhtin tenha tratado essa questão no romance, podemos ousar dizer que autores de outros gêneros se enquadram nessa definição de autor-criador, a partir do momento em que eles vivem enquanto pessoas um acontecimento e fazem um recorte desse acontecimento para criar e, ao mesmo tempo, expor o ponto de vista a respeito desse acontecimento.

O ponto de vista, como posicionamento, resulta, pois, do lugar de quem fala, tempo, valores, e como resultado do trabalho de todas as forças estratificadoras, uma vez que a língua não conserva formas e palavras neutras; ao contrário,

a língua, para a consciência que nela vive, não é um sistema abstrato de formas normativas, mas uma opinião concreta e heterodiscursiva sobre o mundo. Todas as palavras exalam uma profissão, um gênero, uma corrente, um partido, uma determinada obra, uma determinada pessoa, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra exala um contexto e os contextos em que leva sua vida socialmente tensa; todas as palavras e formas são povoadas de intenções (BAKHTIN, 2015, p.69).

Desse modo, como não há palavra neutra, a palavra da língua é semialheia e só se torna palavra quando o falante a satura de sua intenção, de seu acento, assumindo o domínio da palavra com sua aspiração semântica e expressiva. Logo, como acrescenta Volóchinov (2013), toda palavra é valorada, não se centra em si mesma, mas surge da situação extraverbal. De acordo com Volóchinov (2013, p.196), “Qualquer palavra dita ou pensada não é somente um ponto de vista, mas um ponto de vista avaliativo”. Esses pontos de vista serão distintos, dependendo de quem pronuncia a palavra, uma vez que mostra relações diferentes com a mesma realidade.

Medviédev (2019, p.183) chama essa valoração de avaliação social e diz que ela está presente em cada palavra viva, pois o enunciado, além de ser um conjunto material peculiar (sonoro, pronunciado, visual), é “uma parte da realidade social”. Como o enunciado é um ato social, o seu sentido possui um significado social e histórico, além do contexto imediato em que é realizado. A própria presença do enunciado é histórica e socialmente significativa, sendo ele um acontecimento da história, ainda que infinitamente pequeno. O social e o histórico estão na constituição de qualquer enunciado vivo e concreto. Dessa forma, no caso do racismo, os pontos de vista defendidos por uma parte da sociedade são constantemente questionados, pois não coincidem com os que lutam por mudanças e por igualdade racial, gerando uma tensão constante nas relações.

O próprio sentido da palavra-enunciado é inteiramente determinado pelo conjunto das condições histórico-sociais e pela situação concreta desse enunciado individual a partir do momento em que se torna objeto de discussão aqui e agora, de uma forma e não de outra, diz Medviédev (2019).

Existe uma ligação histórica, orgânica e atual que é estabelecida entre o sentido, o enunciado e a situação concreta histórico-social, e existe apenas para aquele enunciado e para aquelas condições de realização. Essa ligação é criada e depois destruída e recriada em novas formas e nas condições de um novo enunciado, acrescenta o autor. A avaliação social, portanto, é

a atualidade histórica que reúne a presença singular de um enunciado com a abrangência e a plenitude do seu sentido que individualiza e concretiza o sentido e compreende a presença sonora da palavra aqui e agora (MEDVIÉDEV, 2019, p.184).

Essa avaliação atualiza o enunciado no sentido de sua presença factual e de seu significado semântico, além de determinar a escolha do conteúdo, da forma e da ligação entre eles. Por isso, ressalta Medviédev (2019, p.185), é impossível compreendermos o enunciado fora de sua atmosfera axiológica e de sua orientação avaliativa no meio ideológico. Assim, “entender um enunciado significa entendê-lo no contexto de sua contemporaneidade e da nossa (caso elas não coincidam)”. A avaliação social vai nos levar além dos limites do enunciado para outra realidade, reforça o autor.

A avaliação social determina, portanto, todos os aspectos do enunciado, mas dentre eles destaca-se a entonação expressiva, que reflete a singularidade histórica de cada enunciado. Segundo Volóchinov (2013), é o contexto que determinará a entonação, pois ela

sempre se encontra no limite entre o verbal e o extraverbal, entre o dito e o não dito. Mediante a entonação, a palavra se relaciona diretamente com a vida. E antes de tudo, justamente na entonação o falante se relaciona com os ouvintes: a entonação é social por excelência (VOLÓCHINOV, 2013, p.82).

Dessa forma, entoando e gesticulando, o homem ocupa uma posição social ativa em relação aos valores determinados; da mesma forma, essa posição social ativa é determinada pelas mesmas condições de sua existência; ou seja, ela tanto determina como é determinada, defende o autor.

Diferentes avaliações atuam no limite de uma mesma língua, pois, do ponto de vista axiológico, as possibilidades da língua estão inseridas no círculo de avaliações

dos grupos sociais que, quando diferentes, não dispõem de um mesmo arsenal linguístico, diz Medviédev (2019).

Há, como se vê, não apenas uma diversidade de vozes na língua, mas há também o aspecto histórico, que transforma a língua do ponto de vista social e axiológico. Dessa maneira, Bakhtin (2015) defende que não há um mundo fora de sua compreensão social heterodiscursiva, e não existe linguagem fora das intenções heterodiscursivas que a estratificam. A partir dessas ideias, neste trabalho, consideraremos o ponto de vista como tomada de posição, repleto de valores, em relação ao objeto do discurso, uma vez que esses valores expressam a postura social do autor da charge.

Nessa diversidade de vozes da língua, há sempre transmissão do discurso do outro. Bakhtin diz que qualquer conversa é repleta de transmissões e de interpretações das palavras dos outros. Por isso, é importante estudar também as formas de transmissão do discurso de outrem, mas sem dissociá-las dos procedimentos de elaboração deste discurso, do seu enquadramento contextual e dialógico.

Volóchinov (2017, p.249) define que “o ‘discurso alheio’ é o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre o enunciado”, e acrescenta que tudo aquilo que falamos é apenas o conteúdo ou o tema do nosso discurso, porém o enunciado alheio não é apenas o tema do nosso discurso, uma vez que pode entrar no discurso e na construção sintática, mas manter a sua independência semântica sem destruir o tecido discursivo do contexto que o assimilou. O autor ainda diz que para ser mais do que um enunciado alheio, é necessário também introduzi-lo na construção do discurso.

Essa transmissão do discurso de outrem é importante, sobretudo, nas retomadas dos acontecimentos e dos discursos que serão analisados no *corpus* deste trabalho, pois, além de transmitir um acontecimento e um discurso, o autor das charges avaliará e transmitirá seu ponto de vista sobre eles, uma vez que, como afirma Bakhtin (2016, p.62), não se pode separar o enunciado do elo da cadeia discursiva do qual ele faz parte. Assim, ele não pode ser separado nem dos elos precedentes, “que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas”, nem dos subseqüentes, que, embora ainda não

existam, “o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado”.

É também importante atentarmos para o fato de que, incluído no contexto, o discurso do outro sempre sofre mudanças semânticas, como afirma Bakhtin (2015), por mais precisa que seja a sua transmissão, pois o contexto que emoldura o discurso do outro cria um fundo dialogante, cuja influência pode ser muito grande. Isso significa que, dentro do contexto, o sentido da palavra do outro pode ser deturpado, por exemplo, dependendo da intenção de quem está proferindo o discurso. Portanto, destaca o autor, “só posso falar da palavra do outro com o auxílio dessa mesma palavra do outro, é verdade que inserindo nela minhas intenções e iluminando-a a meu modo com o contexto” (BAKHTIN, 2015, p.151).

Assim sendo, as charges com temática racista, por exemplo, partem de um acontecimento, sobre o qual o chargista tem um ponto de vista. Muitas vezes o propósito do chargista é confrontar ideias e atitudes de pessoas pertencentes a grupos com realidades distintas, mostrando o descompasso que há entre essas ações. Esse confronto se dá a partir de uma visão carnavalesca que apresenta a sociedade pelo avesso, provocando algumas vezes riso, com a utilização da ironia e do sarcasmo, porém, sobretudo, seriedade, uma vez que denuncia injustiças e cobra ações mais efetivas e menos perversas para as ditas minorias, mas que compõem maior parte da sociedade.

Faremos agora uma breve revisão sobre o conceito de ironia, essencial para a compreensão do sentido das charges analisadas, sem a pretensão de que ela seja ampla e exaustiva. Em primeiro lugar, é importante salientar que a ironia pode restaurar o equilíbrio da vida, de forma que pode estabilizar o instável, quando restaura o equilíbrio da vida sendo levada muito a sério, ou desestabilizar o estável, no momento em que a vida não é levada de forma suficientemente séria, destaca Alvarce, baseando-se em autores que trabalham o tema (2009, p.24).

Outra questão levantada pela autora diz respeito à exclusão da ironia: em que ocasiões esperamos que a ironia seja excluída, uma vez que pode haver muita crítica e ironia tanto nas artes verbais quanto nas artes não verbais como na pintura ou escultura artísticas, por exemplo. Por ter um conceito vago, instável e multiforme, cada estudioso segue as orientações que lhe são mais convenientes acerca da ironia, acrescenta a autora. No caso deste trabalho, utilizaremos as categorias e definições que se ajustam ao material selecionado para a análise.

Começaremos destacando que a ironia teve grande relevância na literatura como arte. De acordo com Calazans (2021), a ironia passa por diversas fases que alternam com a análise do comportamento humano e como recurso estético. Interessa-nos aqui o conceito romântico de ironia, destacado pela autora no percurso histórico que ela faz para conceituar ironia.

De acordo com Calazans (2021, p.100), o conceito romântico de ironia “apontava o elemento como forma de libertação para o autor”, identificando-se, assim, com a carnavalização do discurso literário, cuja proposta era dissimular, abolindo, com isso, a coerência e contestando o domínio do racional.

Brait (2008) acrescenta que a ironia pode ser usada como mecanismo dialógico de confronto, defesa e argumentação. Além disso, ela auxilia no desvendamento de valores morais, culturais e sociais de uma sociedade, reforça a autora. Ademais, Brait (2008) ressalta que a ironia só se realiza quando o produtor da ironia procura chamar a atenção do enunciatário para ter sua adesão. Segundo a autora,

a ironia aparece como infração à lei da coerência, ou seja, a ironia se produz porque o mesmo enunciado entra ao mesmo tempo em duas classes, a saber, a dos argumentos favoráveis e a dos argumentos desfavoráveis a uma mesma proposição. Daí resulta a percepção da contradição, que existe não do ponto de vista de uma verdade referencial, mas do ponto de vista de um valor argumentativo (BRAIT, 2008, p.117).

Por fim, é relevante frisar também que, na Idade Moderna, o sério se apresenta como inacabado na Literatura, “fruto de um problema apresentado cujas respostas ainda estão em construção”, como afirma Calazans (2021, p.101), o que pode ter aberto espaço para a ironia, que, embora ligada ao discurso cômico, não é necessariamente engraçada, mas de confronto, defesa e argumentação. Assim, a ironia se revela como uma estratégia discursiva, fundamentada na contradição, mas não qualquer contradição, e sim aquela de valor argumentativo. Dessa forma, a ironia

passa a ser uma estratégia da carnavalização a partir da qual as narrativas também passam a relativizar aquilo que parecia estável, tornando possível a compreensão das diversas dimensões humanas e sociais. Dissolvem-se aí as hierarquias, as crenças, os valores e todos os sistemas fechados, engessados (CALAZANS, 2021, p.102).

Essa breve explanação sobre o conceito de ironia será considerada posteriormente na análise das charges deste trabalho, daí a sua importância.

Uma vez que consideramos essencial para a compreensão dos sentidos e da composição das charges, apresentaremos um pouco da história da carnavalização e suas características no próximo capítulo.

Capítulo 3. A carnavalização nas charges com temática racista do Brasil

Estudaremos neste capítulo a história da carnavalização, sob a perspectiva de Bakhtin, e as particularidades da linguagem carnavalesca, algumas delas presentes na charge, gênero que se destaca pela linguagem verbo-visual, essencial para sua compreensão.

Como sabemos, as festividades marcaram a civilização humana, e Bakhtin (2010a, p.07), quando fala de uma delas, o carnaval, destaca que, durante a festa, a própria vida era representada e interpretada: “o carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso”, a forma efetiva da vida é apresentada como uma forma ideal ressuscitada. Além disso, afirma Bakhtin (2010a), essas festividades sempre tiveram um conteúdo que exprimia uma concepção do mundo e uma relação marcada com o tempo, pois ligavam-se a períodos de crise na vida da natureza, da sociedade e do homem. O carnaval, ao contrário da festa oficial, era uma liberação temporária do regime vigente, uma “abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (BAKHTIN, 2010a, p.08), oposta ao cotidiano.

As festividades carnavalescas tinham como propósito opor-se à verdade oficial estabelecida, apresentada como eterna e indisputável. No carnaval, uma nova vida era organizada e dedicada à renovação do mundo e ao recomeço (RENFREW, 2017).

Era uma festa que apontava para um futuro incompleto, que se opunha ao aperfeiçoamento e à regulamentação. Essa visão contrária à ideia de acabamento, perfeição, imutabilidade e eternidade se manifestava por meio de formas de expressão dinâmicas e mutáveis. Por isso todas as formas e símbolos da linguagem carnavalesca estão impregnados de renovação e da consciência da relatividade das verdades e das autoridades no poder. É a segunda vida, o segundo mundo que se constrói como um “mundo ao revés”, diz Bakhtin (2010a, p.10).

Ressaltamos que Rabelais enfatiza a adequação espaçotemporal com o intuito de se contrapor às assimilações simbólicas e hierárquicas do universo em linha vertical medieval. Além disso, afirma Bakhtin (2018b), Rabelais cria um universo espaçotemporal adequado para um novo homem e para novas formas de contato humano. Assim, ele destrói os vínculos habituais das coisas e das ideias, e cria vínculos inesperados, imprevistos do ponto de vista da lógica, visto que

entre as belas coisas deste nosso mundo, foram estabelecidos laços falsos consolidados pela tradição, consagrados pela religião e pela ideologia oficial, os quais deformam a verdadeira natureza das coisas. As coisas e ideias foram unificadas por falsas relações hierárquicas hostis à sua natureza, foram separadas e distanciadas umas das outras por toda sorte de segmentos e ideais sobrenaturais que impedem as coisas de se encontrarem em sua viva corporeidade (BAKHTIN, 2018b, p.121 e 122).

Era necessário, então, destruir tudo o que era falso e reconstruir um mundo rompendo os falsos vínculos hierárquicos entre as coisas e as ideias. Assim, “a destruição do velho quadro do universo e a construção de um novo estão indissolúvelmente entrelaçados em Rabelais” (BAKHTIN, 2018b, p.122).

Era preciso encontrar uma nova forma de tempo e uma nova relação do tempo com o espaço, com o novo espaço terrestre [...] Precisava-se de um novo cronotopo²⁴ que permitisse vincular a vida real (a história) à terra real (BAKHTIN, 2018b, p.167).

Essa quebra entre o velho e o novo no espaçotemporal também pode ser observada nas charges, uma vez que o chargista critica a falsa hierarquia que há entre os homens como forma de levar o leitor a uma reflexão a respeito do novo, de uma nova contiguidade entre as coisas e as ideias.

Assim sendo, o carnaval permite uma libertação das normas e exigências sociais presentes no discurso oficial. Bakhtin (2010a) defende essa liberdade, em detrimento do discurso oficial e do poder monológico, a partir do estudo que fez do carnaval e da carnavalização na literatura, investigando a *literatura cômica popular* no período da Idade Média e do Renascimento. Durante o período medieval, diz o autor, os atos, ritos e espetáculos cômicos ocupavam lugar importante na vida do homem e apresentavam uma diferença em relação às formas de culto e às cerimônias oficiais sérias da igreja e do Estado feudal. Esses ritos e espetáculos cômicos

ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média

²⁴ Bakhtin (2018, p.11) chama “*cronotopo* (que significa ‘tempo-espaço’) a interligação essencial das relações de espaço e tempo”, que “determina a unidade artística de uma obra em sua relação com a autêntica realidade” (p.217). Numa obra, o cronotopo sempre inclui o elemento axiológico que só pode ser destacado do cronotopo artístico numa análise abstrata. Portanto, “na arte e na literatura, todas as determinações de espaço-tempo são inseparáveis e sempre tingidas de matiz axiológico-emocional” (p.217).

pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas. Isso criava uma espécie de *dualidade do mundo* e cremos que, sem levá-lo em consideração, não se poderia compreender nem a consciência cultural da Idade Média nem a civilização renascentista (grifo do autor) (BAKHTIN, 2010a, p.04-05).

De acordo com Bakhtin (2010a), durante a Idade Média, o riso viveu e se desenvolveu fora da esfera oficial da ideologia e da literatura elevada, na praça pública, principal palco das ações carnavalescas, onde todos poderiam participar. A literatura paródica se destacou nesse período por ser recreativa e por proporcionar lazer nas ocasiões, cuja atmosfera era de liberdade e de licença.

Todavia, durante o Renascimento, acrescenta o autor, o riso separou-se do popular e penetrou o seio da ideologia e da literatura “superior”, sobretudo na obra de Rabelais, para quem a principal fonte do riso é o movimento da vida. Dessa forma, as fronteiras entre as literaturas oficial e não-oficial diminuíram. No Renascimento, o riso tem um valor de concepção de mundo, é uma das formas de se exprimir a verdade sobre o mundo em sua totalidade, sobre a história e sobre o homem, diferentemente, mas não menos importante do que é sério. Nesse período, a espontaneidade carnavalesca invadiu muitos campos da vida oficial e da visão de mundo.

O Renascimento é a culminância da vida carnavalesca, diz Bakhtin (2018a, p.148). Foi nessa época que ocorreu a carnavalização da linguagem e a “espontaneidade carnavalesca levantou muitas barreiras e invadiu muitos campos da vida oficial e da visão de mundo”, transformando todos os gêneros da grande literatura.

Durante o Renascimento, há o florescimento do “realismo grotesco”, remetendo ao “inacabamento da existência” (BAKHTIN, 2010a, p.27 e 28). O realismo grotesco remete a um tipo específico de imagem da cultura popular cômica em todas as suas manifestações. Segundo o autor russo, a construção do grotesco remete a épocas muito antigas, e se limitava a desenvolver-se em domínios considerados “inferiores” das artes plásticas. Contudo, nos fins da Antiguidade, esse tipo de imagem é renovado e começa a abarcar todas as esferas da arte e da literatura. O florescimento do realismo grotesco acaba por ser “o sistema de imagens da cultura cômica popular da Idade Média e o seu apogeu é a literatura do Renascimento”, época em que o termo “grotesco” aparece.

Em um primeiro momento, o termo teve sua acepção restrita a um tipo de pintura encontrada nas escavações feitas em Roma, depois foram descobertas decorações semelhantes em outras partes da Itália. De acordo com Bakhtin (2010a, p.28), as características desse tipo de pintura remetiam às formas livres de vegetais, animais e humanos que se confundiam e transformavam entre si. No grotesco, não havia fronteiras claras que dividiam os “reinos naturais” como no quadro habitual do mundo. Com isso o movimento deixa de ser o de formas acabadas num mundo estável, e passa a ser percebido e expresso “na transmutação de certas formas em outras, no eterno *inacabamento* da existência”. Essa liberdade artística era vista como uma “alegre ousadia, quase risonha” (BAKHTIN, 2010a, p.29).

Nos séculos XVII e XVIII, o grotesco era ligado à cultura popular, reduzido ao cômico de baixa qualidade. Já no Romantismo, o princípio do riso sofre uma transformação, pois “no grotesco romântico o riso se atenua, e toma a forma de humor, ironia e sarcasmo. Deixa de ser jocoso e alegre” (BAKHTIN, 2010a, p.33). O riso subsiste, mas seu aspecto regenerador e positivo é reduzido ao mínimo.

Calazans (2021, p.97) esclarece que, enquanto a filosofia pré-Renascimento entendia o riso como regenerador, ambivalente, bivocal e dialógico, após o Renascimento, o riso passou a ser entendido como uma forma difamatória de ver o mundo. Dependendo dos objetivos do autor, ao penetrar nos diferentes gêneros, o riso pode sofrer transformações e até ser diminuído, mas nunca calado, complementa a autora.

A perda regeneradora do grotesco suscita novas mudanças. Assim o grotesco da Idade Média e do Renascimento são bem diferentes do romântico, apresentado como terrível e alheio ao homem, o que é costumeiro e habitual torna-se insensato e duvidoso.

Ao contrário da cultura popular, as imagens do grotesco romântico procuram aterrorizar os leitores, acrescenta Bakhtin (2010a). Porém, com esse método grotesco romântico, capaz de superar qualquer dogmatismo e caráter limitado, descobre-se o indivíduo complexo e inesgotável, um caráter infinito interior do indivíduo que era estranho ao grotesco da Idade Média e do Renascimento, diz o autor.

No século XX, há o renascimento de um novo grotesco, afirma Bakhtin (2010a, p.40), que se distinguem em duas linhas: o grotesco modernista, que retoma as tradições do grotesco romântico; e o grotesco realista, que retoma as tradições do

realismo grotesco e da cultura popular, refletindo algumas vezes a influência das formas carnavalescas.

No realismo grotesco (sistema de imagem da cultura cômica popular), as imagens referentes ao princípio material e corporal, herança da cultura cômica popular, aparece sob a forma universal, festiva e utópica. De acordo com Bakhtin (2010a), o princípio material corporal é profundamente positivo, uma vez que não aparece sob a forma egoísta nem separado dos demais aspectos da vida. Esse princípio

é percebido como *universal e popular*, e como tal opõe-se a toda *separação das raízes materiais e corporais do mundo*, a todo *isolamento e confinamento em si mesmo*, a todo caráter ideal abstrato, a toda *pretensão de significação destacada e independente da terra e do corpo* (grifo do autor) (BAKHTIN, 2010a, p.17).

Desse modo, o porta-voz do princípio material e corporal não é o ser biológico isolado nem o indivíduo egoísta, mas o povo que, na sua evolução, cresce e se renova constantemente, diz Bakhtin (2010a). As manifestações da vida material e corporal são atribuídas a uma espécie de corpo popular, coletivo e genérico. A abundância e a universalidade determinam o caráter *alegre e festivo* das imagens referentes à vida material corporal. Mas o traço marcante do realismo grotesco é o *rebaixamento*, uma vez que “todas as coisas sagradas e elevadas são reinterpretadas no plano material e corporal” (BAKHTIN, 2010a, p.325).

Esse rebaixamento tem um caráter topográfico, concreto e perceptível, e penetra as imagens rabelaisianas, dirigindo para um futuro alegre, mas, ao mesmo tempo, rebaixando e ridicularizando as pretensões do indivíduo isolado à eternidade: “esses dois aspectos, a ridicularização-rebaixamento do antigo e de suas pretensões e o alegre futuro real do gênero humano, fundem-se na imagem do ‘baixo’ material e corporal, único, mas ambivalente” (BAKHTIN, 2010a, p.332).

Ao contrário do mundo medieval, em que o alto e o baixo, o inferior e o superior tinham uma significação absoluta, tanto no que se refere ao espaço como no que se refere ao valor: o melhor era superior e o mau era inferior, na época de Rabelais (o grande porta-voz do riso carnavalesco no Renascimento, segundo Bakhtin (2010a, p.11), o mundo hierárquico da Idade Média ruía. O pensamento filosófico, o conhecimento científico, a prática humana e a arte buscavam um novo modelo. Rabelais utiliza o procedimento folclórico do mundo às avessas, “a fim de retirar e

liberar a realidade concreta do objeto, a fim de mostrar a sua verdadeira fisionomia material e corporal, a sua verdadeira existência real, do outro lado de todas as regras e apreciações hierárquicas” (BAKHTIN, 2010a, p.353).

A preocupação de Rabelais não estava em contestar a imortalidade da alma fora do corpo, mas residia na outra imortalidade relativa, ligada ao corpo, à vida terrestre, à experiência vivente. Tratava-se “da imortalidade da semente, do nome, das ações e da cultura humanas” (p.355). Assim, Rabelais não fazia alusão à renovação, ao rejuvenescimento biológico do homem nas gerações seguintes, mas considerava o aspecto biológico inseparável dos aspectos social, histórico e cultural. (p.356).

Com isso, Rabelais procurou destruir o quadro oficial da época e dos seus acontecimentos e, ao destruir as ideias oficiais, a falsa seriedade, o falso impulso histórico, ele preparou o terreno para uma nova seriedade e um novo impulso histórico, afirma Bakhtin (2010a, p.387).

Em todos esses casos, no entanto, o princípio carnavalesco, segundo Bakhtin (2018a), abole as hierarquias, nivela as classes e cria outra vida, livre das regras e das restrições convencionais. Durante o carnaval, tudo o que é marginalizado e excluído, o insano, o escandaloso, o aleatório se apropria do centro, numa explosão libertadora.

Nesse período, todas as barreiras, todas as normas e proibições são temporariamente suspensas, estabelecendo-se um novo tipo de comunicação, baseado num “contrato” livre e familiar. É um período de alegria de abrangência universal, dirigida a tudo e a todos. De acordo com o autor, vive-se uma vida desviada de sua ordem habitual, sem restrições, pois, durante o carnaval:

revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive etária) entre os homens. (BAKHTIN, 2018a, p.140)

O carnaval também criou uma linguagem de formas concreto-sensoriais simbólicas, que não pode ser traduzida em sua plenitude para a linguagem verbal, porém Bakhtin (2018a) chama de literatura carnavalesca aquela que sofreu a influência de diferentes modalidades de folclore carnavalesco (antigo ou medieval),

pois, na linguagem da literatura, houve essa transposição. “Assim, o gênero carnalizado deixa de constituir apenas ideias soltas e torna-se um conjunto de atitudes, uma visão de mundo, criando o conceito de cosmovisão carnavalesca” (CALAZANS, 2021, p.95).

Todo o campo do sério-cômico constitui o primeiro exemplo desse tipo de literatura. Para o autor, o problema da carnavalização da literatura é uma das importantíssimas questões de poética histórica, predominantemente de poética dos gêneros, porque a carnavalização nos dá a noção de inversão de valores.

No entanto, variando de grau, todos os gêneros estão impregnados de uma cosmovisão carnavalesca específica e alguns deles são variantes literárias diretas dos gêneros folclórico-carnavalescos orais. A cosmovisão carnavalesca “determina-lhes as particularidades fundamentais e coloca-lhes a imagem e a palavra numa relação especial com a realidade”, diz Bakhtin (2018a, p.122). É o que acontece com o gênero charge, por exemplo, cuja imagem e a palavra fundem-se, muitas vezes, para mostrar sarcasticamente uma realidade, levando o leitor à reflexão sobre a realidade e a uma possível reação sobre um acontecimento, que poderá provocar a mudança dessa realidade.

Por essa razão, a carnavalização é outro elemento que merece atenção para o estudo da linguagem, visto que permite que as pessoas façam algo completamente diferente do que elas são e do que parte da sociedade prega como natural. Porém, utilizando-se de uma linguagem carnalizada, o chargista relativiza as leis, com isso, as charges com temáticas racistas, por exemplo, desconstroem a “máscara social” usada para conter o preconceito, porque elas apresentam um mundo relativizado, diferente do factual, do que é comum e, dessa forma, denunciam os abusos cometidos contra os negros.

Por outro lado, a ideia de renovação também é algo interessante para o estudo da linguagem, já que o carnaval é a festa do tempo que tudo destrói e tudo renova, o que pode aparecer também nas charges com temática racista, pois elas apresentam, às vezes diretamente ou de forma velada, essa ideia de mudança e de renovação, quando mostram as injustiças e os atos cometidos contra os pretos em detrimento às ações dirigidas ao branco, o que pode levar o leitor à reflexão a respeito de sua realidade e à luta por uma outra sociedade menos injusta para o negro.

A partir das considerações sobre a carnavalização e de sua relação com o riso, é necessário destacar que, como abordado por Alvarce, (2009, p.72), o riso será

tratado aqui sobretudo como “um tipo de discurso que instaura, em vez da certeza, a possibilidade; em lugar do unísono, o ambivalente; em vez do maniqueísmo, a tensão e o elemento instável”. Consideraremos também que o riso aparece nas charges com a função de questionar as certezas, as verdades absolutas, caracterizando o riso carnavalesco nelas presentes, ou seja, a liberdade do riso propõe uma discussão sobre verdades preestabelecidas, possibilitando novas possibilidades de pensamento.

Com essa ideia sobre o sentido do riso, serão tratados assuntos sérios construídos ironicamente, embora muitas vezes aparentemente não risível para os mais sensíveis. No entanto, para alguns estudiosos, não há nada que atrapalhe mais o acontecimento do risível do que o sentimentalismo, sendo a emoção o maior inimigo do riso, esclarece Alvarce (2009 p.105). Dessa forma, pessoas menos sensíveis e mais racionais tendem a rir das situações, ainda que sejam marcadas por certa tragédia, quando há uma intenção séria, uma preocupação em denunciar uma injustiça, acrescenta a autora, por exemplo, como acontece nas charges com temática racial.

Nesse caso, o riso não se contrapõe ao sério, nem se constitui como indiferença em relação à situação apresentada, mas é consequência da “percepção crítica realizada entre as malhas da ironia”, conforme se deixa a emoção de lado, explica Alvarce (2009, p.106).

Os conceitos pelos quais a razão “pensa” a realidade estão sempre sujeitos a um desnudamento que revele sua falsidade, tornando-se objeto do riso. A partir desse raciocínio, o sujeito racional e pouco emotivo estará mais suscetível ao riso, pois “maior será o choque entre a sua razão e a efetividade”, complementa Alvarce (2009, p.107). O riso percebido dessa forma pressupõe, sempre, uma atitude filosófica, e possibilita que o homem

reconheça, veja e apreenda uma “realidade outra”, que a “razão séria” – aquela instituída pela “ordem” – não atinge. Logo, é um riso que torna factível a passagem do “pensado”, “imposto”, “convencionado” ao impensado e ao novo, alargando o saber do sujeito e permitindo, consequentemente, que ele goze de um pouco mais de liberdade (aspas da autora) (ALAVARCE, 2009, p.112 e 113).

Esse riso pode aparecer, por exemplo, nas charges com temática racista, mostrando verdades sérias, entre elas a feiura, a criminalização e a animalização –

principais temáticas encontradas em piadas racistas. Temáticas que, segundo Caminha (2020, p.129), “ecoam traços de um imaginário histórico do riso no audiovisual brasileiro e permanecem como tessituras cômicas nas redes sociais, direcionado para a produção simbólica de corpos negros como alvos risíveis”.

A autora defende a tese de que nossos corpos são orientados politicamente a sentir o outro através das emoções vinculadas ao ato de rir, inferiorizar e desumanizar corpos negros, pois a imagem de recreação contida no riso racista serve como escudo protetor da “imagem social de pessoas brancas”, que se esconde na ideia da inexistência de uma ação racista através do riso, mas, na verdade, faz parte de uma política colonizadora que faz da raça um dos critérios centrais de discriminação (CAMINHA, 2020, p.129). Nesse caso, o riso entendido como não sério é ostentado como um espaço que separa diversão e política, diz a autora. A imagem de recreação do corpo negro passa a ser vinculada como aquele que deve ser subjugado, temido e odiado, acrescenta a autora. Por meio da violência do humor, com o riso racista, por exemplo, “o riso pode ser apreendido como uma instância central de validação de um imaginário hegemônico”, aponta Caminha (2020, p.142).

Além dessas questões importantes e reais, na nossa análise, consideraremos o riso como ato político de denúncia e nunca oposto ao sério, pois, seguindo a ideia sobre o riso no Renascimento, descrita por Bakhtin (2010a, p.105), “o verdadeiro riso ambivalente e universal, não recusa o sério, ele purifica-o e completa-o” e “impede que o sério se fixe e se isole da integridade inacabada da existência cotidiana”.

Ademais, de acordo com Bakhtin (2018a, p.184), o carnaval é uma grandiosa cosmovisão que, com o seu contentamento das mudanças e sua alegre relatividade, libertava a sociedade, hostil aos processos de formação e à mudança, tendente a absolutizar um dado estado da existência e do sistema social, dessa seriedade. Essa cosmovisão, diz o autor, liberta do medo, aproxima o mundo do homem e o homem do homem, “com seu contentamento com as mudanças e sua alegre relatividade, opõe-se somente à seriedade oficial unilateral e sombria”.

Além disso, no carnaval, acrescenta Bakhtin (2018a, p.140), todos os participantes são ativos da ação carnavalesca; não há apenas a contemplação do carnaval, mas vive-se nele; “vive-se uma vida carnavalesca”, desviada do habitual. As leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, revogam-se durante o carnaval, dando espaço à quebra da hierarquia, do medo, da reverência, da etiqueta etc. Qualquer espécie de desigualdade é quebrada entre os

homens, o que impera é a ideia da renovação. O carnaval triunfa sobre o processo de mudança, e não sobre aquilo que muda.

A partir dessa ideia, Bakhtin (2018a, p.140 e 141) apresenta quatro categorias presentes no carnaval: a primeira delas é que toda **distância** entre os homens é eliminada, havendo o livre contato familiar entre os homens. Isso significa uma aproximação mesmo entre aqueles que estão separados por barreiras intransponíveis, assim, comportamento, gesto e palavras se libertam de qualquer posição hierárquica e da ordem habitual, um novo “*modus de relações mútuas do homem com o homem*”; a segunda categoria é a **excentricidade**, que, organicamente relacionada com a categoria do contato familiar, permite que os aspectos ocultos da natureza humana se revelem e se expressem, “é a vida deslocada do seu curso habitual”; a terceira categoria, as **mésalliances** carnavalescas, está relacionada à familiarização, no momento em que a livre relação familiar estende-se a tudo: valores, ideias, fenômenos e coisas, e, dessa forma, “o carnaval aproxima, reúne, celebra os esponsais e combina o sagrado com o profano, o elevado com o baixo, o grande com o insignificante, o sábio com o tolo, etc.”; por fim, relacionada a isso está a **profanação**, quarta categoria, formada pelos sacrilégios carnavalescos, pelas indecências, relacionadas com a força produtora da terra e do corpo, e pelas paródias dos textos sagrados e bíblicos. Essas categorias todas, afirma o autor,

não são *ideias abstratas* da igualdade e da liberdade, da inter-relação de todas as coisas ou da unidade das contradições etc. São, isto sim, “ideias” concreto-sensoriais, espetacular-rituais vivenciáveis e representáveis na forma da própria vida, que se formaram e viveram ao longo de milênios entre as mais amplas massas populares da sociedade europeia. Por isso foram capazes de exercer enorme influência na literatura *em termos de forma e formação dos gêneros* (grifo do autor) (BAKHTIN, 2018a, p.141).

É importante destacar a natureza ambivalente das imagens carnavalescas, que, simultaneamente, destrói e renova o mundo. De acordo com Bakhtin (2018a, p.144), “todas as imagens do carnaval são biunívocas”, imagens pares escolhidas de acordo com o contraste, além do emprego de objetos ao contrário. Essa é uma manifestação da **excentricidade** carnavalesca, pois trata-se da violação do que é comumente aceito, deslocando-se do seu curso habitual.

O riso carnavalesco exemplifica essa ambivalência, diz Bakhtin (2018a, p.145), pois “nele se fundiam a ridicularização e o júbilo”. Ele também está dirigido para a mudança de poderes, de verdades e da ordem universal. Dessa forma, “o riso abrange os dois polos da mudança, pertence ao processo propriamente dito de mudança, à própria crise”. O riso carnavalesco tinha também força criativa de interpretação e mudança de um fenômeno. As imagens carnavalescas vivas geravam o riso ambivalente e criativo, fundindo elementos opostos, como o elogio e o impropério.

O riso carnavalesco não é uma reação individual diante de um fato cômico isolado, mas é o riso festivo que Bakhtin (2010a, p.10) chama de patrimônio do *povo* (o caráter popular é inerente à natureza do carnaval), além de ser *universal* (atinge todas as pessoas e coisas), e *ambivalente* (ao mesmo tempo é “alegre e cheio de alvoroço, burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita”).

A partir da segunda metade do século VXII, a vida carnavalesca-popular entra em declínio. Apesar disso, continuaram existindo o carnaval de rua e seus festejos, porém perderam o sentido e a antiga riqueza de formas e símbolos. Contudo, o carnaval, que antes era fonte de carnavalização e formador de gênero, cedeu lugar à influência da literatura. Isso mudou também o caráter da carnavalização na literatura, afirma Bakhtin (2018a, p.150), e “a carnavalização se torna tradição genuinamente literária” e de gênero. Nessa literatura desligada do carnaval, os elementos carnavalescos sofrem modificação e são reinterpretados.

No entanto, a natureza da menipeia – gênero que exerceu grande influência na literatura cristã antiga e na literatura bizantina, e que continuou em épocas posteriores: na Idade Média, nas épocas do Renascimento e da Reforma e na Idade Moderna – é impregnada de carnavalização. Na menipeia, emprega-se a lógica carnavalesca do “mundo às avessas” tanto para representação do inferno quanto para o plano terrestre, afirma Bakhtin (2018a, p.152), como também essa lógica penetra o núcleo filosófico dialógico da menipeia. A paródia, com sua natureza carnavalesca, é um elemento inseparável da sátira menipeia, pois, ao parodiar, cria-se o duplo destronante do mesmo “mundo às avessas” da menipeia, acrescenta o filósofo russo.

Na Idade Moderna, a introdução da menipeia em outros gêneros carnavalizados é acompanhada de diversas variantes, continua Bakhtin (2018a, p.157), as peculiaridades do gênero menipeia foram aplicadas diferentemente por diversas correntes literárias e foram se renovando. Nos tempos modernos, a denominação genérica de “menipeia” se aplica à literatura como denominação da

essência do gênero, e não, como ocorria na Antiguidade, de um determinado cânon de gênero, conclui o autor.

Para interpretar corretamente o carnaval e o problema da carnavalização, o autor destaca que devemos deixar de lado interpretações simplistas e banais do fenômeno, e observá-lo como “uma grandiosa cosmovisão universalmente popular dos milênios passados” (BAKHTIN, 2018a, p.184). Assim, como destaca Bernardi (2018), a intenção de Bakhtin é evidenciar o carnaval não apenas como forma cultural específica, mas como uma cosmovisão poderosa capaz de captar a energia popular de tal modo que se pode falar de um sujeito coletivo em relação aos eventos carnavalescos. Com isso, diz a autora, a energia carnavalesca possibilita transformações socioculturais ao contaminar tudo e todos.

Por meio da linguagem carnavalesca, contaminada pelo riso e pela paródia, dois mundos, irremediavelmente separados, dialogaram. Além disso, “o homem do povo tomava consciência crítica da existência de dois mundos – o mundo oficial, normativo, onde viviam os donos do poder, e o mundo extraoficial, onde viviam os homens oprimidos pelo poder”, acrescenta Bernardi (2018, p.78). Durante alguns dias, porém, havia uma alteração dessa ordem e os oprimidos traziam à tona o avesso da vida, rindo-se do opressor e ridicularizando-o. No entanto, esses valores éticos, estéticos e sociais, para Bakhtin, variam de acordo com as épocas e com os sujeitos em suas interações ou grupos sociais, lembra a autora.

Para o autor russo, diz Bernardi (2018, p.85), “o isolamento da cultura cômica medieval só foi rompido quando esta conseguiu penetrar em todas as esferas da vida ideológica, emprestando-lhes novos valores”, uma vez que a espontaneidade apenas numa determinada época do ano não se constituía como uma força transformadora, pois o povo continuava oprimido nos demais dias do ano.

A visão carnavalesca também se desenvolve a partir da teoria dialógica, uma vez que a carnavalização tornou possível a criação da estrutura aberta do grande diálogo na obra de Dostoiévski. Essas relações dialógicas, como já dito, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem.

Nas charges com temática racista, por exemplo, são proferidos pontos de vista contrários a atitudes e a pontos de vista extremamente preconceituosos, que antes

eram expostos com mais cautela, e hoje são defendidos como verdade única, até por parlamentares que incitam ódio e preconceito²⁵. Pior, o discurso de quem luta contra o preconceito e defende o respeito para com todas as pessoas de qualquer cor é considerado exagerado e sem nexos, pois, para muitos, não existe racismo no Brasil. As charges, no entanto, ensejam a visualização do cenário atual e a reflexão sobre a possibilidade de um mundo que denuncia e critica o que é considerado normal e vislumbra uma mudança para melhor.

É importante ressaltar aqui que, considerando que a linguagem é atividade, acontecimento e que todo discurso é orientado para o outro²⁶, parte-se sempre do dado para construir o novo; o “sujeito” heterogêneo constitui-se na relação de alteridade, mas cria sempre o “novo”; o que se fala sobre o objeto será sempre pensado/atravesado por outros; por isso qualquer discurso será sempre produto de outros discursos.

Ao se constituir na atmosfera do “já dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, mas que já era esperado, formando-se, portanto, o diálogo vivo. Essa visão não exclui o sujeito autor das charges que, para produzir seu discurso, estabelece essa relação entre o que foi dito, e obviamente também o influenciou, e a resposta ao seu enunciado.

Nossos enunciados, portanto, como explica Faraco (2009, p.86), são heterogêneos porque emergem de uma multidão de vozes interiorizadas como resposta ativa no diálogo social. Dessa forma, mesmo que não enxerguemos como tal, nossos enunciados são sempre discurso citado, porque já incorporamos muitas das vozes citadas aos nossos discursos e não percebemos sua alteridade. Outras vezes, percebemos como palavras de outrem, mas as utilizamos *bivocalizadas* em nossos enunciados, ao mesmo tempo palavra do outro com nossa perspectiva, citando-as diretamente ou não, “são aceitas incondicionalmente ou são ironizadas, parodiadas, polemizadas direta ou indiretamente, estilizadas, hibridizadas”.

Sendo assim, nosso interlocutor terá um grande peso naquilo que diremos e, embora tentemos influenciá-lo, o modo de pensar de qualquer pessoa será influenciado pelo grupo do qual ela faz parte, suas ideias serão construídas, inspiradas

²⁵ https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=18579. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

²⁶ De acordo com Cunha (2019a, p. 60), a ideia de que todo discurso não pode deixar de se orientar para o “já dito” corresponde ao *dialogismo interdiscursivo*, e a propriedade inerente a todo discurso de ser orientado para o ouvinte corresponde ao *dialogismo interlocutivo*.

por grupos e influenciará outros grupos, cujos valores são construídos pela sociedade e, no caso do racismo, mesmo que inconsciente, é socialmente partilhado como algo normal, como algo natural para grande parte dos brasileiros. O racismo, portanto, não apenas é aprendido, mas também todas as crenças e valores são orientados pela entonação, “expressão sonora da valoração social” (VOLÓCHINOV, 2013, p.175), que, de acordo com Volóchinov (2013), se orienta em direção ao ouvinte e ao objeto da enunciação.

Esses discursos comprovam a ideia de que, como Volóchinov (2013) destaca, a enunciação reflete em si a interação social entre o falante, o ouvinte e o herói. Essa enunciação é repleta de valorações, que determinam a seleção das palavras pelo autor e a percepção dessa seleção pelo ouvinte. O tom principal do estilo de uma enunciação se determina em função de quem se trata e em que relação se encontra com o falante: se é superior, inferior ou igual a este na escala da hierarquia social.

Dessa forma, como tudo é ideológico, os discursos contribuem para reproduzir identidades sociais, relações sociais, conhecimentos e crenças dos grupos sociais, mas também podem contribuir para transformá-las. Pode-se afirmar, então, que as ideologias e os preconceitos étnicos são adquiridos, muitas das vezes, por meio da comunicação, e legitimados no discurso reproduzido e compartilhado dentro do grupo dominante.

Volóchinov (2013) ressalta que tanto o falante quanto o ouvinte são participantes da enunciação e ocupam posições interdependentes. Cabe aqui, então, destacar também a importância da compreensão, pois, de acordo com o autor, a compreensão contém sempre os elementos da resposta, uma vez que concordamos ou discordamos do que ouvimos, e respondemos a enunciação de nosso interlocutor com palavras e/ou com gesto. Dessa forma, Volóchinov (2013), assim como Bakhtin, defende que qualquer interação verbal se desenvolve sob a forma de diálogo. De acordo com os autores, ressalta Faraco (2009, p.66), as relações dialógicas são “relações entre índices sociais de valor” que partem de todo enunciado, entendido como unidade de interação social e como um complexo de relações entre pessoas socialmente organizadas.

Assim, diz Volóchinov (2013), ideologia de classe começa a fazer parte de qualquer construção verbal – por meio da entonação, da escolha e da disposição das palavras –, que expressa com a própria forma a relação existente do falante com o

mundo e com os homens, a relação com aquela situação específica e com aquele auditório específico.

No caso desta tese, sob a perspectiva dialógica do discurso, levaremos em consideração que todo discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta, como afirma Bakhtin (2015), com opiniões alheias, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. Faz-se importante discutir a articulação desses discursos sob essa perspectiva, porque o discurso-resposta aparece nas charges a partir de outros discursos, porém já esperado a surgir, porque faz parte da crença de outros grupos sociais com os quais os autores compartilham ideias semelhantes.

No que se refere ao nosso objeto de estudo, podemos dizer que como o branco sempre ocupou um espaço de maior peso do ponto de vista socio-hierárquico, a orientação social da enunciação condiz com o que o branco pensa e propaga na mídia comercial. O discurso da elite que se diz “branca” (embora a grande maioria resulte do processo de miscigenação de portugueses, indígenas, africanos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos), por exemplo, construiu uma forma de racismo, influenciando outros grupos a acreditarem que não existe racismo. Por meio do uso seletivo de fontes de informação e seleção de assuntos para as histórias, a mídia comercial, muitas vezes, decide quais atores serão apresentados para o público, o que será dito a respeito deles e como será dito, e o negro, nesse cenário, também é excluído, o que nos faz perceber que as atitudes dos brancos em relação aos negros são muitas vezes racistas e discriminatórias. Analisar, portanto, a carnavalização presente em charges com temática racista é importante, pois poderá contribuir para a desconstrução do discurso racista que, em muitos casos, condiz com aquilo que parte da sociedade acredita e vê como comum e normal, mas, sobretudo, para observar como o discurso do chargista é construído utilizando a carnavalização para dialogar com os discursos circulantes e, ao mesmo tempo, defender seu posicionamento axiológico.

Para termos uma compreensão melhor do gênero charge e de sua composição verbo-visual, na próxima seção, discutiremos algumas questões que também serão essenciais para a análise do *corpus*.

3.1 O gênero charge e sua composição verbo-visual

Bakhtin (2016) utiliza o campo da atividade humana para mostrar que a língua se efetua em forma de enunciados, que refletem as condições específicas de cada campo. Dessa forma, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos e através deles a vida entra na língua, diz o filósofo russo. De acordo com Bakhtin (2016, p.12), embora cada enunciado particular seja individual, “cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*” (grifo do autor).

Assim, a comunicação se dá por meio de gêneros e nós aprendemos a língua em gêneros. Se os gêneros não existissem e não tivéssemos domínio deles, se tivéssemos que criá-los pela primeira vez em nossos discursos, a comunicação discursiva não seria possível, diz o autor. Encontramos uma grande diversidade de gênero padronizada disponíveis no nosso cotidiano que “a vontade discursiva individual do falante só se manifesta na escolha de um determinado gênero e ademais na sua entonação expressiva” (BAKHTIN, 2016, p.39).

Bakhtin (2016) destaca também que toda compreensão do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva, por essa razão o ouvinte se torna falante. Na vida real, diz Bakhtin (2015, p.55), “toda interpretação concreta é ativa: familiariza o interpretável com *seu* horizonte concreto-expressivo e está indissolúvelmente fundida com a resposta, com a objeção-aceitação motivada (ainda que implícita)” (grifo do autor). A interpretação amadurece na resposta, elas se condicionam mutuamente de modo que uma é impossível sem a outra, complementa o autor. Assim, os falantes não esperam uma compreensão passiva, mas uma resposta, uma concordância, uma execução, como é o caso dos autores das charges com temática racista, por exemplo, que incitam uma reação da sociedade às injustiças cometidas contra os negros, uma vez que

a interpretação ativa, ao familiarizar o interpretável com o novo horizonte do interpretador, estabelece uma série de inter-relações complexas, consonantes e heterossonantes com o objeto da interpretação, enriquece-o com novos elementos. É exatamente essa interpretação que o falante leva em conta. Por isso sua diretriz centrada no ouvinte é uma diretriz centrada no horizonte especial, no universo especial do ouvinte, insere elementos absolutamente novos em seu discurso; porque aí ocorre uma interpretação de diferentes contextos, de diferentes pontos de vista, de diferentes horizontes, de diferentes

sistemas expressivos-acentuais, de diferentes “línguas” sociais. O falante procura orientar sua palavra – e o horizonte que a determina – no horizonte do outro que a interpreta, e entra em relações dialógicas com elementos deste horizonte (aspas do autor) (BAKHTIN, 2015, p.55).

Para Medviédev (2019, p.193), “o gênero é uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado”, pois uma obra só se torna real quando toma a forma de um determinado gênero e é na relação com o gênero que o significado construtivo de cada elemento pode ser compreendido. De acordo com o autor, o gênero é uma totalidade essencial, acabada e resolvida do enunciado artístico. No entanto, o acabamento, um dos problemas mais essenciais na teoria do gênero, é conhecido no sentido amplo da palavra em nenhum campo de criação ideológica, com exceção da arte. Em nenhum lugar, há obras essencialmente acabadas e esgotadas. Nos campos da criação ideológica, é possível apenas um acabamento composicional do enunciado e não um acabamento temático dele.

De acordo com Medviédev (2019, p.195), existe uma dupla orientação da totalidade artística de qualquer gênero: “a obra é orientada para os ouvintes e os receptores, e para determinadas condições de realização e de recepção”, ou seja, é produzida levando em consideração seu auditório e a relação dele com o autor, como também “a obra está orientada na vida, como se diz, de dentro, por meio de seu conteúdo temático”, assim ela está em contato com diferentes aspectos da realidade, ocupando certo lugar, concedido pela vida, enquanto corpo sonoro real disposto entre as pessoas, que se apresentam organizadas de determinada forma. Isso significa que o gênero é orientado tematicamente no tempo em que ele é produzido, levando em consideração seus acontecimentos, problemas etc., além de seus receptores.

O tema da obra transcende a língua, acrescenta Medviédev (2019), ele é considerado o tema do todo do enunciado, considerado como determinado ato socio-histórico. Entretanto, as formas do todo, ou seja, as formas do gênero, determinam o tema. Isso significa que as duas orientações da obra são interdependentes. São essas formas do enunciado (e não da língua) que desempenham um papel essencial na tomada de consciência e na compreensão da realidade. Assim, o gênero, conjunto de meios de orientação coletiva, pode nos levar a refletir sobre diversos aspectos dessa realidade. Essa compreensão, portanto, desenvolve-se e origina-se no processo de comunicação social ideológica, afirma Medviédev (2019).

O gênero charge, por exemplo, segue essa dupla orientação, ao mesmo tempo em que é orientada para determinados grupos organizados socialmente, ela também reflete e refrata cada momento da história e chama a atenção para determinados acontecimentos, levando esses grupos à compreensão e à reflexão sobre o fato e sobre sua realidade. Para isso, ela utiliza a linguagem carnavalesca, por meio de texto verbal e não verbal, para ironizar, criticar e denunciar os acontecimentos numa determinada época.

De acordo com Cunha (2012a, p.251), a charge é um gênero constituído na maioria das vezes por desenho e escrita, alguns sem escrita, e tem como propósito comentar e se posicionar de forma condensada sobre fatos contemporâneos, no momento específico em que se estabelece a relação discursiva entre os eventos. Sendo assim, a imagem na charge é fundamental para a compreensão do seu sentido.

Dionísio (2006, p131), quando ressaltou a importância da imagem para a compreensão, defendeu que imagem e palavras mantêm uma relação muito próxima. Como a nossa sociedade tem uma relação constante com o visual, devemos considerar o que diz a autora quando afirma que representação e imagens são textos que revelam as nossas relações com a sociedade e não apenas formas de expressão para divulgação de informações. Ademais, haverá uma lacuna no sentido do texto, caso o material visual não seja considerado juntamente com o verbal.

Brait (2013) reforça essa ideia quando afirma que a construção de sentidos de uma foto passa pelo tipo de relação que se estabelece entre os dois principais elementos focalizados. A autora considera que o enunciado verbo-visual é uma dimensão enunciativo-discursiva reveladora da autoria.

Para Brait (2009), a articulação entre elementos verbais e visuais forma um todo indissolúvel em determinados textos. Nesses textos, segundo a autora, a verbo-visualidade se apresenta como constitutiva, impossibilitando o tratamento excludente do verbal ou do visual. Nesse caso, o verbal e o visual participam com a mesma força e importância na construção do sentido. Por isso, a autora chama a atenção para a importância dos estudos envolverem a “dimensão verbo-visual de um enunciado”, uma vez que a linguagem verbal e visual desempenha papel constitutivo na produção de sentidos, como já era apontado pelos estudos de Bakhtin e do chamado círculo que, segundo a autora, trouxeram contribuições para uma teoria da linguagem em geral e não somente para uma teoria da linguagem verbal. No projeto discursivo verbo-visual, o verbal sinaliza a maneira como o leitor deverá compreender o visual. Assim,

as sequências verbais e visuais definem o enunciado como um todo verbo-visual, reforça Brait (2013). As charges, por exemplo, fazem parte das produções de caráter verbo-visual em circulação.

Importante lembrar que as imagens são históricas e dependentes de variáveis técnicas e estéticas que fazem parte do contexto histórico de quem as produziram e das diferentes visões do mundo que existem na sociedade, como afirma Mauad (2004). Não apenas as imagens, mas, como defende Bakhtin (2016, p.20), não se pode falar de gênero sem a situação, afinal “os gêneros discursivos são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”.

Dessa forma, a interpretação das ilustrações, como aponta Calazans (2021), passa por dois momentos. No primeiro, o leitor percebe a imagem como um conjunto de traços que se combinam para formar uma figura; e, no segundo, o leitor busca a interpretação, a partir das suas referências construídas por elementos culturais, sociais, históricos, entre outros que irão determinar a construção do sentido. Com isso, afirma Calazans (2021, p.114), temos vários contextos envolvidos na leitura da imagem: o intracontexto representado pela relação entre os traços; o intercontexto referente ao dialogismo da imagem de uma história com outra; e o extracontexto presente nas esferas de produção e circulação da história.

Percebemos, a partir dessas questões, a importância de se trabalhar a imagem atrelada ao texto verbal e sempre a partir do contexto em que os elementos verbais e visuais estão inseridos. Ressaltamos, ao analisar as charges, que devemos observar como se dá a relação texto/imagem, de que forma essa relação contribui para reforçar a carga sociocultural, historicamente construída e imbricada nelas, e isso está atrelado ao posicionamento axiológico do autor da charge. Não podemos esquecer que os elementos visuais — o tipo e tamanho da letra, fotos, desenhos, cores — são importantes na construção do sentido. Tudo que compõe o texto, o não-verbal e o verbal, constitui elemento de significação, que remete a significantes quase sempre conhecidos.

Assim como há regras de leitura para textos verbais, há também regras de leitura para os textos visuais. Essas regras, segundo Mauad (2004, p.25), resultam de uma disputa pelo significado adequado às representações culturais. Isso quer dizer que os leitores constroem os sentidos a partir da situação na qual os textos visuais estão inseridos; e essa situação varia historicamente. Ressalta a autora que, se a

cultura comunica, o que prevalece na estrutura e sentido da imagem é a ideologia da classe dominante.

Dessa forma, diante da importância da relação entre os elementos verbais e visuais, vale ressaltar que assim como se aprende a ler e a produzir os textos verbais, também é preciso aprender a ler os textos não-verbais, determinando algumas regras e estruturas formais para formulá-los e interpretá-los. Quando se escreve um texto, são escolhidos os termos mais adequados e a ordem em que eles devem aparecer, produzindo determinado significado para leitores específicos. O mesmo processo ocorre na formulação de um texto não-verbal; no entanto, na maioria das vezes, o porquê de escolher determinados elementos, cores e formas, não é analisado como essencial no processo de construção do sentido. Como cada elemento que constitui uma imagem transmite significado, é necessário compreender como isso se dá nos diversos gêneros discursivos, no caso específico desta tese, nas charges. As representações de mundo produzidas por meio de textos verbais e visuais podem ser elaboradas com diferentes estruturas, cada uma delas com uma diferente função e com diferentes produções de significados.

Quando priorizamos o verbal para a compreensão de sentidos dos textos, subestimamos, muitas vezes, estratégias importantes para a leitura, que podem estar imbricadas na estrutura visual. Por essa razão, é relevante também se fazer a análise com ênfase nas estruturas visuais, porque todos os elementos não estão em vão em determinados espaços e não são produzidos aleatoriamente. Assim, os elementos visuais devem ser lidos da mesma maneira como são lidas as estruturas verbais, buscando uma interpretação dos sentidos que circulam por ambas. Essa leitura do visual é fundamental numa época em que elementos visuais estão constantemente presentes nos textos e exigem um aperfeiçoamento, tanto para a produção quanto para a compreensão do sentido desses textos.

Com isso, reforçamos que, se um texto faz parte de uma complexa relação interativa entre a linguagem, a cultura e os sujeitos históricos que operam nesses contextos, podemos dizer que os elementos visuais (tipo de letra, espaçamento, negrito, itálico, disposição em parágrafos, dentre outros) contribuem essencialmente para que isso ocorra. Nos diversos gêneros, o escritor pode jogar com diferentes formas visuais em situações sociais diversas e as possibilidades de orquestração entre imagem e palavra podem surpreender o leitor, agradando-o ou não, afirma Dionísio (2006).

Na análise das charges, por exemplo, é essencial focalizar os elementos visuais atrelados ao verbal (quando está presente) para acesso ao sentido. É necessário observar como o uso de recursos linguísticos e não linguísticos nelas presentes contribuem para a compreensão do sentido. Os elementos visuais, considerados como características composicionais desses gêneros, uma vez que numerosos significados podem ser obtidos pelo leitor a partir de tamanho e tipo de letras, fotos, cores etc., são utilizados com intenção de atingir objetivos e grupos específicos.

Podemos afirmar, então, que a imagem e o linguístico são igualmente visuais nas charges, pois esses elementos se misturam e, além de contribuir para a construção e compreensão do texto, contribuem para a caracterização do gênero.

Feitas essas considerações, apresentaremos nosso percurso metodológico e partiremos para a análise do nosso *corpus*.

Capítulo 4 – Método e Metodologia

Antes de iniciarmos a análise dos dados, é necessário explicitarmos algumas considerações metodológicas importantes, partindo, primeiramente, do conceito de método e metodologia.

Dentre os mais variados conceitos para método apresentados por Richardson (2012), será adotado o conceito de que o método é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo; o método é, na verdade, o próprio processo de investigação para se chegar ao resultado.

Diferentemente do método, a metodologia são os procedimentos e regras utilizados por determinado método. Em outras palavras, “o método científico é o caminho da ciência para chegar a um objetivo. A metodologia são as regras estabelecidas para o método científico” (RICHARDSON, 2012, p.22).

Neste trabalho, o método utilizado será o qualitativo, pois “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 2012, p.79), embora entendamos que a quantidade também seja importante.

Assim, optamos pela análise qualitativa porque visamos aprofundar questões relacionadas à carnavalização nas charges e a importância dela para a apreensão do posicionamento axiológico do chargista e da compreensão dos sentidos. Ademais, poderemos observar como a charge pode contribuir para a conscientização do processo de mudança de determinado grupo, a partir da denúncia de uma realidade tida como normal.

O *corpus* da nossa pesquisa será composto por seis charges com temática racista que apresentam e criticam acontecimentos de cunho racial, e tiveram grande repercussão entre 2019 e 2021 na mídia brasileira e estrangeira, aparecendo em telejornais e em jornais digitais de diversas partes do Brasil e do mundo. Essas charges denunciam como funciona a sociedade que privilegia o branco no Brasil e, ao mesmo tempo, combatem o racismo, a partir da perspectiva do sujeito autor da charge. Dentre as vinte e duas charges coletadas, seis foram selecionadas por denunciarem episódios que tiveram grande repercussão na mídia na época em que ocorreram. Ademais, elas dialogam não apenas com outros discursos, mas diretamente entre os pares que foram separados para a análise.

A escolha do gênero charge se justifica não apenas por chamar atenção de um público bastante diversificado, por conta do conteúdo que aborda e pela sua extensão, como também por dialogar com um fato atual ao mesmo tempo que reporta a acontecimentos semelhantes em outros momentos, tornando-se, em algumas situações, atemporal (embora a charge tenha um caráter efêmero) pela causa que defende. Além disso, é um gênero discursivo que mescla ironia, humor e crítica, característicos da linguagem carnavalesca, objeto de estudo deste trabalho, que contribui para a compreensão do ponto de vista do chargista.

De acordo com Cunha (2009, p.31), “na charge, as palavras formam um amálgama com a imagem na constituição dos sentidos”. As charges têm o propósito de criar uma representação crítica, humorística, satírica de um acontecimento específico e ganham mais força expressiva quando a sociedade enfrenta momentos de crise, acrescenta a autora. Assim, elas dialogam com outros textos e com outros discursos, em uma relação interdiscursiva, a partir de uma situação enunciativa.

Como o gênero charge é construído para comentar um evento, ele não pode prescindir dos discursos anteriores, porém as formas de retomadas diferem bastante de outros gêneros: “a charge, que constrói sua enunciação por meio de linguagem visual e verbal, toma de empréstimo palavras de outrem para fazer a representação do evento, de forma humorística” (CUNHA, 2009, p.36). Funciona, portanto, sob o modo da alusão, reiterando pontos de vista circulantes na mídia, complementa a autora, ao mesmo tempo em que os chargistas apresentam seu posicionamento axiológico.

A coleta das charges que compõem o *corpus* se deu num momento de crise política, social e econômica no Brasil²⁷, e, nesse contexto de crise, alguns líderes políticos reforçavam (e reforçam atualmente) publicamente preconceitos ainda presentes na sociedade brasileira.

Por conseguinte, pudemos ver um aumento significativo de casos de racismo apresentados nas redes sociais e nos noticiários em geral²⁸. Esses comportamentos preconceituosos nos fizeram refletir sobre o fato de muitos brasileiros se despirem da roupagem cínica de que no Brasil não há racismo.

²⁷ Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/19/brasil-caminha-para-maior-crise-economica-de-sua-historia.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

²⁸ Fonte: <https://projetocolabora.com.br/ods16/brasil-registrou-mais-de-12-mil-crimes-de-odio-em-2019/> ; Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Bastou aparecer um dito “patriota” para os racistas crescerem em números, porque tiveram coragem de se assumirem racistas, e em casos, porque se acharam no direito de perseguir, agredir e até matar quem eles excluem da sociedade, desrespeitando direitos conquistados com muita luta durante séculos – podemos constatar isso, por exemplo, com o aumento de grupos neonazistas em 270% nos últimos 03 anos²⁹.

Além disso, apesar de o racismo estar presente na sociedade brasileira, ele é cometido sem que muitas vezes tenhamos consciência disso. Por isso é comum encontrarmos notícias de que o racismo não é admitido entre os brasileiros, como se vê na revista Exame³⁰. De acordo com matéria publicada, em abril de 2021, a partir de dados da pesquisa do Instituto Locomotiva, 84% do brasileiro percebe o racismo, mas apenas 4% desse grupo se considera preconceituoso.

Observamos, com isso, como esse comportamento racista ainda é comum na sociedade brasileira, uma vez que está enraizado na sua formação, e é tido como normal mesmo que essa sociedade seja formada por uma maioria negra. Vimos também que o branco ainda ocupa os maiores cargos públicos e que o preto continua sendo injustiçado e excluído.

Com tantas injustiças cometidas contra os negros e pela normalidade com que são tratados os casos de violência contra o preto, resolvemos analisar como são organizadas as denúncias em charges para combater o racismo no Brasil, e mostrar como a carnavalização presente nesse gênero evidencia e, ao mesmo tempo, denuncia o racismo, utilizando-se da ironia e do sarcasmo, para ressaltar a posição axiológica do sujeito autor das charges.

É importante salientar também que a seleção do *corpus* foi feita com o intuito de destacar como as charges combatem os discursos de cunho racista que circulam entre os diferentes grupos na sociedade, e que influenciam atitudes violentas cometidas por esses grupos (policiais, brancos ricos, mídia etc.), tornando-se, assim, antirracistas. As charges foram encontradas no Instagram e no Twitter, nas páginas dos próprios chargistas ou em jornais digitais.

²⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

³⁰ Fonte: <https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-4-se-considera-preconceituoso/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

A análise será fundamentada numa perspectiva dialógica do discurso, uma vez que, segundo Volóchinov (2013 e 2017) – além de Bakhtin (2003, 2010, 2015, 2016 e 2018), Medviédev (2019), dentre outros – a linguagem é constituída de valores, e esses valores expressam a postura social dos grupos. Sendo assim, é importante investigar como os discursos contribuem (ou não) para a reprodução do racismo, a fim de buscar alternativas para conscientizar a população da importância de uma reflexão para a necessidade de mudança da visão e de uma luta conjunta contra o discurso racista e atitudes preconceituosas da sociedade. Neste trabalho, a investigação se deu a partir das charges e dos discursos circulantes que contextualizam e conduzem à posição axiológica do chargista.

Vale ressaltar que esta pesquisa é de cunho social crítica e se fundamenta na procura coletiva para solução de problemas, como apresenta Richardson (2012). A investigação crítica, segundo o autor, é variada e flexível, e só assume uma forma específica quando aplicada ao estudo de um fenômeno particular.

Assim, a pesquisa social crítica é de grande relevância para os analistas do discurso, que veem todo discurso como *prática social*. As pessoas empregam o discurso *para fazer coisas*, destacam Bauer & Gaskell (2002); e,

como atores sociais, nós estamos continuamente nos orientando pelo *contexto interpretativo* em que nos encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto (grifo dos autores) (BAUER & GASKELL, 2002, p.248).

De acordo com os autores, é importante ressaltar que a noção de "contexto interpretativo" não é fechada.

Ele é empregado não simplesmente para se referir aos amplos parâmetros de uma interação, tais como onde e quando ela tem lugar, e a quem a pessoa está falando ou escrevendo, mas também para atingir características mais sutis da interação, incluindo os tipos de ações que estão sendo realizadas, e as orientações dos participantes. Como um analista de discurso, a pessoa está envolvida *simultaneamente* em analisar o discurso e em analisar o contexto interpretativo (grifo dos autores) (BAUER & GASKELL, 2002, p.249).

Além disso, para os autores da teoria dialógica, o contexto, como dissemos, além de constitutivo de sentido, determina a entonação e o sentido da palavra-

enunciado. É relevante também destacarmos, sobretudo, que o discurso é dinâmico e inacabado, que não é neutro e que ele já deriva de outro contexto, impregnado de valores. Por isso, quando proferimos um discurso, interagimos com os interlocutores e inserimos nossas opiniões como resposta a outros discursos já proferidos, como defendem os autores russos. Apesar de as palavras não serem de ninguém, elas são ouvidas ou lidas apenas em certos enunciados ou em determinadas obras individuais, “e aí as palavras já não têm expressão apenas típica, porém expressão individual externada com maior ou menor nitidez (em função do gênero) determinada pelo contexto singularmente individual do enunciado”, destaca Bakhtin (2016, p.53).

Assim, consideraremos que a expressão do enunciado é determinada pelo conteúdo semântico-objetual desse enunciado e “pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (BAKHTIN, 2016, p.58). A partir deles, determinamos o que queremos destacar, as repetições e a escolha de expressões (mais duras ou mais brandas), determinamos o tom, ou seja, “a expressão do enunciado, em maior ou menor grau, *responde*, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado” (grifo do autor) (BAKHTIN, 2016, p.58).

Cada charge, na sequência, dialoga mais explicitamente entre as duplas selecionadas – Charges 1 e 2; Charges 3 e 4; charges 5 e 6 – e traz questões relevantes relacionadas a acontecimentos discutidos demasiadamente em várias mídias na época em que ocorreram, dentre elas, as mídias digitais de onde as charges foram retiradas. Vale salientar que os casos mostrados nas charges a seguir não são isolados, mas recorrentes na vida do preto pobre que, na maioria das vezes, não têm a mesma repercussão que tiveram os casos das charges selecionadas para este trabalho.

Para finalizar, ressaltamos que nossas categorias de análise são o dialogismo e a carnavalização, a fim de mostrar como o sujeito valora um acontecimento discursivo por meio da charge com temática racista.

Seguem abaixo as charges selecionadas e agrupadas tendo em vista o contexto em que ocorreram e o diálogo explícito que estabelecem entre elas.

Charges 1 e 2

Figura 1 – Racismo é crime



Fonte: charge em cartaz na exposição **(Re)existir no Brasil. Trajetórias Negras e Brasileiras. Racismo é Crime**, na Câmara dos Deputados, em Brasília, feita cartunista Carlos Latuff, no Dia da Consciência Negra em 2019.

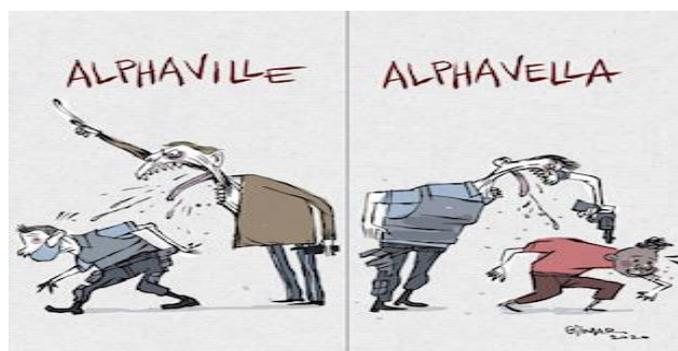
Figura 2 – Enquanto isso, no Congresso Nacional...



Fonte: publicada no Brasil247, em 20 de novembro de 2019

Charges 3 e 4

Figura 3 – Alphaville e Alphavella



Fonte: publicada no Blog do Gilmar, em 31 de maio de 2020

Figura 4 – Vivendas da Barra e Jacarezinho



Fonte: publicada no Instagram do Cartunista Gilmar, *cartunistas_das_cavernas*, no dia 07 de maio de 2021

Charges 5 e 6

Figura 5 – Morte de Miguel



Fonte: charge de LZZM publicada em 05 de junho de 2020

Figura 6 – Mãe de Miguel



Fonte: publicado em 04 de junho de 2020, Brasil247

As charges acima serão contextualizadas e analisadas abaixo, no capítulo 5.

5. A linguagem carnavalesca e o posicionamento axiológico do sujeito nas charges com temática racista

Para a análise do *corpus*, partiremos da premissa já discutida de que todo enunciado vivo, surgido de modo consciente num determinado momento social e histórico, toca milhares de fios dialógicos vivos em torno de um dado objeto de enunciação, e não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social, como afirma Bakhtin (2015). Consideraremos que os enunciados não têm significados fixos, como defende o autor, e que

a noção de interpretação está ligada não apenas ao que está na forma, mas também ao que é estável e partilhado: a um conjunto de não-ditos subjacentes a nossa percepção e modo de estar no mundo. (CUNHA, 2019b, p.156)

Por essa razão, será relevante para a análise considerar que o discurso é sempre marcado pela individualidade e pelo contexto, que não existe enunciado absolutamente neutro e que, quando se está analisando o sentido do texto, lida-se com valores. Daí, ao estudar o discurso, observaremos como ele foi proferido, procurando qual a intenção de se dizer o que foi dito.

A relação entre o velho e o novo no espaçotemporal também foi observada nas charges, uma vez que, o chargista critica a falsa hierarquia que há entre os homens e denuncia o racismo dentro desse quadro, por exemplo, como forma de levar o leitor a uma reflexão a respeito do novo, de uma nova contiguidade entre as coisas e as ideias.

É importante também considerar que a réplica de qualquer diálogo real encerra uma dupla existência, ela é construída e compreendida no contexto de todo o diálogo, o qual se constitui a partir das suas enunciações (do ponto de vista do falante) e das enunciações de outrem (que participa da formação do discurso e, principalmente, da compreensão ativa, percebendo o discurso como oposição ou reforço e enriquecendo-o).

Assim, não deixaremos de observar que as palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, portanto, acreditamos que a palavra não surge do nada, mas a partir da memória de quem a profere, que a modifica e transforma em sua.

A estratificação e o heterodiscurso dialogizado serão fundamentais para apreendermos as percepções do chargista, a partir das vozes históricas e sociais que constituem a charge, que fazem surgir, como continuidade do enunciado, a réplica do autor das charges com seu posicionamento axiológico.

Focalizaremos, como objeto de análise, questões sobre racismo estrutural e questões relacionadas à branquitude que predomina no poder do Brasil, porque contribuem para a continuidade do racismo. Será fundamental, portanto, para a compreensão das charges, as considerações relativas à realidade do negro historicamente construída no Brasil, pois, como afirma Gomes (2019, p.31), oficialmente a escravidão acabou no Brasil, mas “o problema do negro” nunca foi resolvido. Esse problema diz respeito aos discursos circulantes sobre racismo e pode revelar o abandono da população negra, em todos os sentidos, incluindo o acesso à educação que lhe foi negado.

É importante reforçar que as atitudes racistas, ou a ignorância sobre questões a respeito do racismo e da história do negro no Brasil, não podem continuar. É necessário que a visão do negro escravizado e submisso, tida como algo “normal”, seja revertida. Essa mudança de atitude e o conhecimento sobre os fatos relativos à história do negro podem ajudar à compreensão de que o acesso à educação, à saúde e ao emprego é um direito de todos e não algo exclusivo do branco. Portanto, compreender como processo histórico e político cria as condições sociais para que os negros sejam discriminados, além de denunciar e combater o racismo é essencial para conquistarmos uma sociedade mais justa.

Considerando as ideias apresentadas, seguiremos com a análise do *corpus* coletado.

5.1 Análise das Charges 1 e 2

Figura 1



Charge em cartaz na exposição ***(Re)existir no Brasil. Trajetórias Negras e Brasileiras. Racismo é Crime***, na Câmara dos Deputados, em Brasília, feita cartunista Carlos Latuff, no Dia da Consciência Negra em 2019.

A primeira charge fez parte da exposição ***(Re)existir no Brasil. Trajetórias Negras e Brasileiras. Racismo é Crime***, em cartaz no corredor entre os anexos 2 e 3 da Câmara dos Deputados, em Brasília, no Mês da Consciência Negra, em novembro de 2019. Ela foi feita pelo cartunista Carlos Latuff, a figura mostra um jovem negro no chão algemado e assassinado, vestindo a camisa do Brasil, em primeiro plano. Em segundo plano, um policial de costas, saindo do local, com uma arma na mão. O cano da arma apresenta traços ondulados para indicar que ela havia sido usada há pouco tempo. Além disso, havia um texto, cujo título era o genocídio da população negra³¹, que acompanhava a charge exposta, com dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) sobre a violência policial contra jovens negros. Os dados publicados pelo Ipea revelavam que, no ano de 2017, 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil eram negras. Isso significa que, para cada indivíduo não negro vítima de homicídio houve quase 3 indivíduos negros mortos³².

³¹ Fonte: vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/deputado-do-psl-arranca-obra-de-exposicao-veja-o-video/. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

³² Fonte: <http://sindieletromg.org.br/posts/a-charge-destruida-na-camara-o-genocidio-e-a-marginalizacao-do-negro-que-o-brasil-quer-esconder>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Figura 2



Publicada no Brasil247, em 20/11/2019

A segunda charge dialoga diretamente com a primeira, uma vez que mostra o deputado Coronel Tadeu, do PSL e da PM de SP, rasgando a charge de Latuff (charge1) na Câmara dos Deputados e limpando as mãos após rasgá-la. Ademais a charge destruída aparece no chão, indicando que o sangue do jovem morto estava escorrendo também naquele momento em que o parlamentar rasgou a charge, limpou as mãos e virou as costas para o problema. O deputado considerou que a ilustração do cartunista Carlos Latuff era uma ofensa à classe policial e, por isso, publicou um vídeo, em frente à obra, em que explica sua decisão: “Estou aqui no salão da Câmara. Tá havendo uma manifestação sobre o racismo é crime. É claro que o racismo é crime. É a coisa mais abominável hoje no seio da nossa sociedade brasileira e mundial. Isso é racismo (deputado aponta para o trabalho de Carlos Latuff). Policial de boina preta arma na mão. Sujeito negro. Isso quer dizer o quê? Que a polícia só mata preto. Isso aqui não vai ficar na parede. Isso aqui é contra a polícia. Polícia tá para defender a sociedade. Um abraço para vocês. Eu vou queimar esse cartaz. Que não deveria estar aqui”³³.

Apesar de não haver legenda na charge 1, presumimos, pelo contexto em que ela foi exposta – mês da consciência negra, na Câmara dos Deputados –, que o assassino do jovem é o policial, e que o racismo é cometido até por parte daqueles que têm a obrigação de proteger a população. Com isso, Latuff ressalta, a partir da imagem, que a violência policial no Brasil tem a ver com a cor da pele.

³³ Fonte: //vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/deputado-do-psl-arranca-obra-de-exposicao-veja-o-video/. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

Essa charge também remete a acontecimentos divulgados na mídia constantemente – e muitas das vezes não sensibilizam as pessoas, por se tratar de morte de pessoas pretas e pobres, algo corriqueiro e pouco importante para a sociedade – em que pessoas negras de todas as idades são desrespeitadas e até mortas, o que provoca uma reação do sujeito autor da charge ao que vem acontecendo com o negro, principalmente enquanto vítima da violência policial.

O racismo denunciado na charge ganha destaque também pelo fato de o jovem negro, vestindo uma camiseta com a bandeira do Brasil, estar algemado – portanto, sem ter como reagir ou se proteger da violência policial –, e mesmo assim sendo morto por quem deveria defendê-lo dos perigos e da violência, um policial que se distancia do corpo negro portando a arma que atingiu o jovem, cujos projéteis se encontram próximo ao corpo.

A imagem também remete ao descaso de quem está no poder – no caso da charge, o policial, em posição hierárquica superior, “de costas” para o jovem negro morto –, e vai além, remete ao abuso de poder do policial quando se trata da relação com o negro, o que aponta novamente para o racismo no Brasil, mostrando mais um corpo negro com o qual as autoridades não se importam.

Observamos, com isso, que o genocídio do corpo negro pode fazer parte de um projeto político legalizado pelo Estado e que o racismo permite a conformação da violência a que muita gente é submetida. Quanto a essa questão, constatamos que o apagamento de vidas negras é justificado a partir do momento em que há um investimento simbólico em desumanizar e criminalizar o corpo negro, o que contribui para que haja ações violentas contra esse corpo como defende Caminha (2020).

Dessa forma, a imagem e as cores, elementos importantes na composição das charges, dialogam não apenas com um acontecimento de um contexto mais próximo, mas com vários episódios de violência policial no Brasil – Em 2019, por exemplo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros foi de 29,2, enquanto a dos não negros foi de 11,2, aponta o Atlas da Violência³⁴ em 2021. Os negros têm mais que o

³⁴ O **Atlas da Violência** é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Ipea sobre violência e segurança pública. Fonte: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre#:~:text=O%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia%20%C3%A9,sobre%20viol%C3%Aancia%20e%20seguran%C3%A7a%20p%C3%ABblica>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

dobro de chances de serem assassinados em ações policiais no Brasil, diz o Atlas³⁵. Dados obtidos em 2020 mostram que uma pessoa negra é morta pela polícia a cada 04 horas³⁶. Esses dados apenas reforçam o que já sabemos, que a violência contra o negro continua.

Além disso, percebemos que, nas charges 1 e 2, os textos verbal e visual são calculados e delimitados para que o leitor chegue ao sentido a partir das pistas indicadas pelo autor, retratando a violência policial e o descaso com vidas pretas. Portanto, os elementos visuais, compostos por fotos, desenhos e cores, ocupam uma posição essencial na construção do sentido.

Essas imagens revelam as relações presentes na sociedade. Por conseguinte, o autor das charges não apenas as utiliza para divulgação de informações, mas para produzir visões do mundo que existem na sociedade, por isso as imagens fazem parte do contexto histórico de quem as produziu. A partir dessas imagens, Latuff não apenas consegue apresentar a ideologia da classe dominante como também ironizá-la e criticá-la ao mesmo tempo, uma vez que mostra o descaso das instituições (representadas pela polícia e pelo parlamentar) para com o negro na sociedade.

A charge 2, diferentemente da 1, configura-se como uma reação a um acontecimento específico referente à atitude de um parlamentar, também policial, ao ver a charge 1 exposta no corredor da Câmara dos Deputados. Essa reação-resposta à ação e ao enunciado do Coronel demonstra que a charge, assim como outros gêneros, é construída a partir das palavras dos outros, com sua própria expressividade, seu tom valorativo, que o autor da charge reestrutura e modifica. Assim, a expressividade do enunciado do chargista é uma resposta à atitude e ao enunciado do parlamentar, uma resposta provocada pela ação do deputado e construída em função dela, o que comprova a ideia de Bakhtin (2015) de que só posso falar da palavra do outro com o auxílio dessa mesma palavra do outro, inserindo nela minhas intenções a partir de um contexto.

Constatamos, assim, que a réplica³⁷ do chargista ao discurso e à ação do parlamentar é construída e compreendida a partir do contexto que envolve o discurso

³⁵ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

³⁶ Fonte: <http://observatorioseguranca.com.br/uma-pessoa-negra-e-morta-pela-policia-a-cada-quatro-horas/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

³⁷ Qualquer réplica está orientada para o objeto do discurso e para o diálogo anterior, assim, ela remota e acrescenta.

presente na charge 1, o discurso-reação do Coronel Tadeu à charge 1, e o discurso presente na charge 2, esse último se constitui a partir do ponto de vista do chargista que se opõe ao do Coronel. Com isso, percebemos a dialogização nas charges, quando o chargista situa sua voz social, a partir de outras vozes, e se posiciona diante das situações. Além disso, existem outros discursos circulantes na sociedade com os quais tanto o deputado quanto o chargista dialogam e influenciam em seus posicionamentos axiológicos.

Essa reação do chargista crítica, ao mesmo tempo, a conduta e o discurso do parlamentar, uma vez que eles reforçam a ideia de que não há violência gratuita contra o negro no Brasil, nem injustiças são cometidas por parte dos policiais contra os negros. Mostra implicitamente que a postura do deputado, retirando a charge da exposição e rasgando-a, apenas instiga atitudes e discursos de ódio propagados na sociedade e não resolve o problema da discriminação racial.

O comportamento do Coronel, mais uma vez, demonstra a desatenção do poder público para os casos de racismo e para a violência contra o negro brasileiro. O autor da charge apresenta isso por meio da imagem do deputado na charge 2 que, igualmente ao policial da charge 1, está “de costas” para a charge que ele destruiu e ainda limpando as mãos, reforçando o desprezo para o que ela representa, e mostrando a falta de comprometimento em relação à violência racial cometida por policiais brasileiros.

Além disso, a arma que o deputado porta indica não apenas que ele é policial, mas que provavelmente tem a mesma conduta violenta dos colegas, por isso os defende. O parlamentar, que deveria lutar para proteger o cidadão contra a violência, acaba contribuindo para que ela se perpetue contra o negro, afinal o sangue negro derramado no chão, destacado na charge 2, sugere não ter importância para o poder público.

Ações como essas do parlamentar acabam corroborando com a atitude de superioridade e de distinção de determinados grupos brancos de classe mais privilegiada no país e, com isso, legitimando e tornando merecida a posição de domínio que ocupam.

Essa atitude do parlamentar, por exemplo, pode influenciar a conduta social entre as classes de um mesmo país, além do mais, acaba definindo as ideias dominantes e estabelecendo comportamentos das pessoas comuns, sem que elas tenham consciência disso, atrelando assim a posição social do privilégio à violência.

Com isso, o procedimento do parlamentar possibilita também que o branco se sinta superior ao negro, por isso não se sensibiliza ao inferiorizá-lo ou oprimi-lo.

Além disso, o posicionamento do deputado contribui para que o racismo se perpetue a partir do momento em que o Coronel Tadeu fornece explicações “racionais” para a violência racial cometida pelo policial, e estimula outros a não se abalarem com a discriminação. Agindo assim, ele colabora com a visão de que o racismo é algo “natural” e “normal”, porque alguns grupos se apropriam de determinados espaços, inserem neles suas marcas, e os definem como seus territórios. Essa demarcação de espaço contribuiu também para uma segregação racial e social, comum no nosso país.

Em ambas as charges, a linguagem carnavalesca se faz presente por meio da ironia e do sarcasmo, o que reforça o posicionamento axiológico do autor da charge e de outros discursos nela representado pela denúncia social. Na charge 1, o negro é morto por quem ironicamente deveria protegê-lo e, na charge 2, a indignação do parlamentar, que deveria ser contra a violência dos policiais para com os negros, é contra quem denuncia a violência – o autor da charge. A ironia, portanto, reside no fato de que autoridades pagas para defender a população, ao contrário, representam uma ameaça para o cidadão negro.

Latuff utiliza a linguagem carnavalesca para sarcasticamente denunciar a prática abusiva dos policiais e dos parlamentares nas charges analisadas, destacando a inversão de valores presentes na sociedade, que busca reduzir o outro a sua animalidade, e desumanizar uma pessoa por ela ser preta e pobre, fazendo parecer que essa desumanização é algo natural. A partir de condutas como a do policial e a do parlamentar, a morte, muitas vezes, passa a ser vista como necessária para justificar os riscos à economia e à segurança, tornando-se inclusive ético matar para conseguir essa proteção. Assim, o negro é visto como inimigo e o sentimento de segurança aumenta quando ele morre.

O autor da charge denuncia também que essa normalização da conduta de pessoas hierarquicamente superiores na sociedade, em relação à violência contra o negro no Brasil, apenas reforça a ideia sobre a herança histórica desse grupo, descendente dos escravos “libertos” que foram abandonados, e que atualmente continua abandonado, pobre, odiado e desprezado, como eram seus ancestrais.

A linguagem carnavalesca também se apresenta nas charges quando corrobora ironicamente a ideia de que a hierarquia social permite que alguns sejam

vistos como superiores e dignos de privilégios, e outros sejam vistos como inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante.

O chargista ratifica ainda a ideia de que a estrutura social, política e econômica contribui para que essa situação se perpetue, uma vez que os que estão no topo hierárquico dessa estrutura, apesar de reconhecerem que todos precisam de uma vida digna, não agem para que isso ocorra. Não há, por exemplo, consciência do deputado de que lugares que pessoas brancas ocupam também fazem parte dos privilégios que acompanham a cor que têm, e esses privilégios não deveriam ser naturalizados, mas estendidos a todos, independentemente de cor da pele.

A posição valorativa do chargista na charge 2 frente ao comportamento do parlamentar reforça a sua posição sobre a violência racial apresentada na charge 1. Na charge 1, o chargista ironiza a atitude do policial e, na charge 2, ironiza a do parlamentar, pois ambos deveriam combater o crime e, ao contrário, estão se portando como criminosos. Com as charges 1 e 2, Latuff não apenas apresenta seu ponto de vista axiológico, mas retoma o aspecto histórico da violência racial, dialogando com os discursos circulantes, assim como expõe e critica crenças e valores dos grupos sociais que pensam como o deputado Tadeu.

Entendemos que o autor da charge, ao expor seu ponto de vista, busca denunciar a desigualdade entre os homens e leva o leitor a refletir sobre uma renovação necessária, no caso uma mudança sobre o comportamento da sociedade em relação ao racismo.

Assim, dentre as quatro categorias presentes no carnaval, percebemos que, nas charges 1 e 2, a primeira delas é que a *distância* entre os homens é eliminada, uma vez que a posição valorativa do autor das charges está liberta de qualquer posição hierárquica e da ordem habitual, do ponto de vista do chargista representado na charge. Não há uma preocupação com quem é hierarquicamente superior, no caso o deputado enquanto autoridade, mas a exposição dos atos desse deputado que deveria combater a violência racial, e, ao contrário, contribui para que ela se perpetue. Dessa forma, aspectos ocultos da natureza humana são revelados, deslocando a vida do seu curso habitual, o que constitui a *excentricidade* carnavalesca. Ademais, a *mésalliance* carnavalesca também está presente, a partir da familiarização dos valores e ideias, quando há uma aproximação do “grande com o insignificante”, no caso o policial – que tem a função de proteger, embora muitas vezes não cumpra com sua obrigação – e o jovem negro assassinado – desprezado pela sociedade.

Ao mesmo tempo, observamos uma crítica às atitudes de quem está hierarquicamente no poder por meio da representação de quem está embaixo, já que “a verdadeira riqueza e abundância não residem na esfera superior ou mediana, mas unicamente no baixo” (BAKHTIN, 2010a, p.323). No realismo grotesco, a orientação para o baixo é própria das formas da alegria popular. Ao mesmo tempo que indicava lutas, golpes e morte, indicavam também criação. No rebaixamento, todas as coisas sagradas e relevadas eram reinterpretadas no plano material e corporal. Os rebaixamentos não tinham um caráter moral abstrato, mas topográficos e concretos, tendiam para “um centro incondicional e positivo, para o princípio da terra e do corpo, que absorvem e dão a luz” (BAKHTIN, 2010a, p.325).

Nas charges 1 e 2, essas imagens do baixo corporal ambivalente rebaixam e ridicularizam as pretensões do indivíduo isolado, com o jovem morto no chão – por meio da ação do policial e do parlamentar, que estão acima do jovem assassinado. Ao mesmo tempo, tratam da imortalidade relativa ligada ao corpo, à vida terrestre, às experiências vividas, que estão relacionadas à “imortalidade da semente, do nome, das ações e da cultura” – com a morte do jovem negro e seu corpo no chão. A partir dessas questões, podemos dizer que as imagens do baixo corporal também remetem à renovação dos aspectos sociais, históricos e culturais, ao aperfeiçoamento da vida. Assim como em Rabelais, nas charges 1 e 2, “a morte é um momento indispensável no processo de crescimento e de renovação do povo, é a outra face do nascimento” (BAKHTIN, 2010a, p.357). O chargista nos leva a pensar em uma nova sociedade na qual as instituições existam para defender o direito do cidadão, sem preconceito racial e social, e sem violência, a partir do que expõe nas charges.

Depreendemos também que a natureza ambivalente das imagens carnavalescas compõe as charges analisadas, uma vez que os elementos das imagens foram escolhidos de acordo com o contraste que estabelecem entre eles: policiais e parlamentares não combatem a violência racial e são criticados pelo chargista por suas ações. Há uma manifestação da *excentricidade* carnavalesca, pois trata-se da crítica do que é comumente aceito, deslocando-se do seu curso habitual e levando o leitor a refletir sobre uma possível mudança, o que constitui o riso carnavalesco. Um riso, nesse caso, da situação bizarra do policial e do parlamentar, que reforçam o preconceito racial e não cumprem o papel que deveriam cumprir.

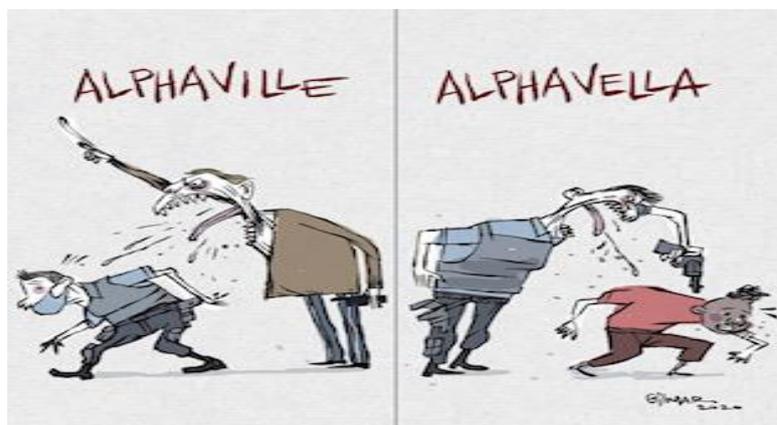
No riso carnavalesco, que pertence ao processo propriamente dito de mudança, a crise aparece como força criativa de interpretação e mudança de um

fenômeno, como o “movimento da vida” e, no caso das charges 1 e 2, o riso aparece como escárnio, como ironia, como uma concepção de mudança de mundo. Por meio dessa ironia, dessa crítica feita nas charges, o povo toma consciência dos dois mundos nos quais vivem os donos do poder no mundo oficial – o policial e o deputado –, e os homens oprimidos pelo poder no mundo extraoficial – os negros. O opressor é ridicularizado quando os pontos de vista contrários a atitudes e a outros pontos de vista extremamente preconceituosos são expostos.

Por fim, considerando que a compreensão do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva, que surge do diálogo social, como sua continuidade, podemos dizer que o autor das charges com temática racista incita a uma reação da sociedade às injustiças cometidas contra os negros. O tema da charge, por sua vez, é um ato sócio-histórico, cujo enunciado desempenha um papel essencial na tomada de consciência e na compreensão da realidade.

5.2 Análise das Charges 3 e 4

Figura 3



Publicado em 31/05/2020 no Blog do Gilmar

Em maio de 2020, o cartunista Gilmar fez uma charge retratando a diferença da ação policial em bairros distintos, com pessoas de cores e classes sociais diferentes. No condomínio Alphaville, em Santana de Parnaíba, São Paulo, a equipe da Polícia Militar de São Paulo foi ao local após um chamado feito pela esposa de um empresário. Ela disse que estava sendo agredida pelo marido e a polícia foi verificar a denúncia de violência de gênero. Ao chegar no local, o empresário aos gritos protagonizou atos de desacato, ameaça, resistência e injúria: “Você é um bosta. É um merda de um PM que ganha mil reais por mês, eu ganho 300 mil reais por mês. Quero que você se f***, seu lixo do cara***! Você não me conhece. Você pode ser macho na periferia, mas aqui você é um bosta. Aqui é Alphaville, mano! Não pisa na minha calçada, não pisa na minha rua. Eu vou te chutar na cara, filho da p***”, gritou o empresário para os policiais. Enquanto isso, os policiais assistiam a tudo calados e sem nenhum tipo de reação ao desacato do empresário. Após as agressões do empresário, os agentes pediram reforço ao Comando de Grupo Patrulha e o homem foi conduzido à Delegacia de Defesa da Mulher³⁸.

Em contrapartida, a charge 3 mostra uma outra cena, desta vez na favela, que ironicamente o chargista chama de “Alphavella”. Lá a postura do policial é completamente diferente da adotada no condomínio de luxo.

³⁸ Fonte: <https://noticiapreta.com.br/voce-pode-ser-macho-na-periferia-mas-aqui-e-um-bosta-aqui-e-alphaville-diz-empresario-que-xingou-pm/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

No mesmo mês do caso em Alphaville, maio de 2020, João Pedro, um adolescente de 14 anos foi assassinado em casa, no Complexo do Salgueiro, comunidade do Rio de Janeiro, enquanto brincava com outras crianças na casa dos seus tios. No momento da operação policial, o grupo correu para dentro de casa, os policiais arrombaram o portão e invadiram a casa atirando. De acordo com os peritos, provavelmente o menino estava deitado ou agachado para se proteger dos tiros, mesmo assim, um dos mais de 70 tiros espalhados pelos três cômodos da casa atingiu João Pedro³⁹.

Essa ação policial, dentre muitas outras, mostra como o preto da favela é tratado pelos policiais, diferentemente do tratamento dado ao branco rico, o que leva os cidadãos, muitas vezes, a questionar sobre o racismo estrutural presente na sociedade e a criticar a ação dos policiais, como é feito na charge.

Figura 4



Publicada no Instagram do Cartunista Gilmar, dia 07 de maio de 2021

A charge 4 remete a dois episódios mais uma vez envolvendo policiais interagindo com pessoas brancas ricas e pretos moradores de favela. O primeiro deles ocorreu no condomínio de luxo Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro, onde a polícia encontrou 117 fuzis numa das casas em 2019 e, mesmo sendo a maior apreensão de fuzis na história do Rio, ninguém morreu. Porém, a outra operação, em maio de 2021, foi considerada a mais letal do Rio de Janeiro com 27 mortos e apreensão de 23 armas e 12 granadas.

³⁹ Fonte: <https://noticiapreta.com.br/laudo-aponta-que-joao-pedro-foi-assassinado-com-um-tiro-de-fuzil-pelas-costas/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

A Polícia Civil garantiu que todos os 27 mortos por seus agentes eram suspeitos de envolvimento com o tráfico e que todos teriam morrido em confronto com os policiais, porém, desse total, apenas quatro eram inicialmente alvo da operação da polícia, dois dos mortos não tinham ficha criminal e somente 12 tinham anotações por crimes relacionados ao tráfico. Esse tipo de atuação deixa claro que não se trata de algo pontual, mas de uma realidade da população negra moradora de favela e periferia, cujos direitos são constantemente violados.⁴⁰

A partir da contextualização das duas charges, constatamos que a charge 4 dialoga diretamente com a charge 3, pois ela é a reprodução da mesma imagem da charge 3 com legendas diferentes, reiterando a ação policial passiva em um condomínio de luxo no Rio de Janeiro, porém truculenta na favela do mesmo Estado. Observamos também que o que determinará a entonação expressiva do autor é o contexto, que demonstra, em momentos diferentes, ações truculentas contra o negro por parte de policiais, e, mesmo que não coincidam os contextos nos quais houve os acontecimentos, ambas as charges reforçam as injustiças contra o negro e a indignação do chargista. Nesse caso, percebemos um discurso que retoma a voz do outro – a charge 4 reporta a acontecimentos semelhantes expostos na charge 3 – e remete a outros discursos que circulam nos diversos contextos para a construção de outros discursos.

Existe uma relação histórica importante para se compreender o sentido como também histórico-social, pois as charges 3 e 4 não reportam apenas a fatos específicos, mas a situações recorrentes de injustiças contra o negro, por isso a repetição da imagem e a mudança apenas do local e dos enunciados, embora a entonação expressiva do autor reflita a singularidade histórica de cada momento.

Por isso, como disse Medviédev (2019), jamais compreenderemos o enunciado fora de sua atmosfera axiológica e de sua orientação avaliativa no meio ideológico. A avaliação social vai nos levar além dos limites do enunciado para outra realidade, reforça o autor.

Nas charges 3 e 4, a violência racial é explicitada nos casos revelados pelo chargista Gilmar. As imagens mobilizam saberes partilhados e, ao mesmo tempo, o autor insere argumentos nas formas visual e verbal. Para o negro, pelo que

⁴⁰ Fontes: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/jacarezinho-6-fuzis-25-mortos-vivendas-da-barra-117-fuzis-0-mortos/> e <https://www.dw.com/pt-br/o-que-j%C3%A1-se-sabe-sobre-o-massacre-do-jacarezinho/a-57498522>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

constatamos na imagem, o policial representa uma ameaça, mas, quando lida com o branco rico, quem sofre ameaça é o policial. Verificamos que as duas charges dialogam com outros discursos circulantes na sociedade, os discursos das mídias – que veiculam casos de violência racial – e os discursos dos internautas – que representam parte da sociedade indignada com a violência ou dos que aprovam a ação dos policiais na favela.

Além disso, embora tenham sido publicadas em épocas diferentes, no diálogo entre elas, o chargista indica comportamentos idênticos dos policiais. Essa ideia é reforçada historicamente pelos discursos que circulam, dialogam e se apoiam na sociedade a partir do contexto em que as charges estão inseridas.

Esses casos de violência, como sabemos, reforçam o discurso de ódio propagado na sociedade, discurso presente entre aqueles que se sentem superiores pela situação de domínio em que se encontram, e se acham merecedores da própria dominação, por isso se acham no direito de humilhar e oprimir quem consideram “inferior”. É o que o chargista mostra na parte esquerda da charge 3 em que um branco rico humilha o policial, que, embora seja autoridade, está invadindo o território de quem se considera superior pela posição de privilégio que ocupa na sociedade. Assim, o corpo desproporcional, carnalizado, realça o poder do ‘maior’ sobre o ‘menor’, daquele que tem maior prestígio socioeconômico ou algum tipo de poder sobre o outro.

Em contrapartida, no lado direito da charge 3, o oprimido se torna opressor, por estar confrontando com preto pobre. O policial, que não reage aos gritos do branco rico, desrespeita, humilha e até mata pretos pobres da favela em suas operações. Desse modo, o chargista reforça a ideia de que existe uma realidade completamente diferenciada no comportamento dos policiais, dependendo de com quem eles estão interagindo, deixando claro que existe segregação racial no Brasil, reafirma a presença do preconceito racial na medida em que, dependendo da cor, as pessoas são tratadas diferentemente, e novamente ilustra a situação com o corpo desproporcional, carnalizado, representando o poder do ‘maior’ sobre o ‘menor’.

Importante lembrarmos aqui que as imagens rebaixadas, o movimento para baixo, que compõem as imagens rabelaisianas conduzem aos infernos, onde se encontram o carnaval, o banquete, a batalha e os golpes, as grosserias e imprecações (BAKHTIN, 2010a, p. 338 e 339). Enquanto, no quadro medieval, o alto e o baixo, o inferior e o superior tinham uma significação absoluta, tanto no que se referia ao

espaço como no que se referia ao valor – o mal era inferior e o melhor, superior –, na época de Rabelais, esse modelo de mundo com seu sistema unilateralmente vertical, extratemporal, com seu alto e baixo, estava em plena desorganização. Na luta em favor de um novo quadro, Rabelais utiliza o procedimento folclórico da “hierarquia às avessas”, do “mundo às avessas”, da “negação positiva”, permutando o alto e o baixo, misturando os planos hierárquicos “a fim de retirar e liberar a realidade concreta do objeto, a fim de mostrar a sua verdadeira fisionomia material e corporal, a sua verdadeira existência real, do outro lado de todas as regras e aparições hierárquicas” (BAKHTIN, 2010a, p.353). Assim, ele busca a terra real, o tempo histórico real, não no alto, mas no baixo.

Nas charges, como em Rabelais, percebemos que essa relação desproporcional dos corpos mostra a “hierarquia às avessas”, ao mesmo tempo que questiona e ridiculariza a conduta policial que não apenas reforça o racismo presente na sociedade, embora muitos neguem que ele exista no Brasil, como deixa clara a relação entre classe e raça no nosso país, pois a cor da pele não é considerada o principal atributo do branco considerado melhor e superior ao de outras raças, mas também seus traços morais e culturais atrelados ao poder econômico – essa ideia é explicitada pelo branco que humilha o policial no caso exposto na charge 3. Aqui, como em Rabelais, “o corpo humano se torna o medidor concreto no mundo, medidor do seu peso real e do seu valor para o homem” (BAKHTIN, 2018b, p.123). A estrutura anatômica se desvela na ação e é representada pelo corpo não individual, impessoal, da espécie humana, exposto em sua estrutura e em todos os processos de sua vida. (p126). Essas questões reforçam a concepção de que o racismo compreende a organização econômica e política da sociedade e é por isso considerado uma manifestação normal da sociedade. Ademais, a raça continua sendo aceita como um elemento para o estabelecimento das diferenças sociais.

Constatamos que mais uma vez a violência racial é retratada nas charges através da linguagem carnavalesca que reforça o posicionamento axiológico do autor no combate ao racismo, mostrando que, dependendo da cor, as pessoas são tratadas diferentemente. De forma sarcástica, Gilmar denuncia a maneira desigual com que os negros são tratados na sociedade brasileira, e o privilégio do branco em detrimento das desvantagens do negro em uma sociedade visivelmente racista. Ao dialogar com os acontecimentos, o autor engloba, em sua réplica, o contexto do diálogo e se posiciona diante dos acontecimentos e das enunciações de outrem.

Embora muitas pessoas brancas não entendam que o lugar que ocupam faz parte dos privilégios que acompanham a cor que têm, é importante conscientizar a sociedade em geral de que a posição social do privilégio acompanha a cor da pele, e não apenas o esforço próprio, e vem marcada por um contexto de violência com o qual todo branco direta ou indiretamente colabora, por isso a morte do preto comove poucos privilegiados.

Nas duas charges, Gilmar demonstra essa realidade e reforça que o racismo existe. O racismo assume uma dominação social, econômica e política no Brasil, eliminando o reconhecimento de que todos precisam de uma vida digna, portanto, o preto pobre não precisa ser respeitado e deve ser reduzido à sua animalidade, desumanizando-o. Justifica-se, assim, a violência racial. Esse posicionamento axiológico do chargista pode ser visto nas charges, através da imagem e do texto verbal inserido nelas, por meio dos corpos desproporcionais, indicando a violência e a humilhação sofridas pelos policiais e pelos negros, mas ressaltando que o preto pobre e favelado está sempre em desvantagem.

Por meio dos elementos verbo-visuais que compõem as charges, o autor retoma uma realidade factual e, ao mesmo tempo, se posiciona, mostrando seu ponto de vista em relação ao acontecimento. Mesmo em contextos diferentes, o ponto de vista presente nas charges é o mesmo, ou seja, o autor das charges denuncia que a violência policial é racial e mostra a forma diferenciada de como o branco e o preto são tratados, a partir de contextos concretos em momentos diferentes.

Ao mesmo tempo, crenças e convicções ideológicas da sociedade são retomadas histórica e socialmente e criticadas pelo autor das charges. O que é comum na sociedade, no caso a violência racial, é depreciado nas charges analisadas. Cabe aqui enfatizar que o mito da democracia racial apenas encobre os conflitos raciais. É importante reconhecer o racismo para combatê-lo. Se acharmos que os conflitos são pontuais, que o outro é racista e eu não, que o racismo não existe por conta da cor da pele, mas pela situação econômica do negro, isso nos impedirá de refletir sobre o problema racial no país.

Além disso, o chargista confronta ações de pessoas pertencentes a grupos com realidades distintas, mostrando a contradição que há entre essas ações. Esse confronto se dá a partir de uma visão carnavalesca que apresenta a sociedade pelo avesso, o que pode provocar risos, um riso sarcástico, pois o autor debocha da ação covarde policial, mas também seriedade, pois denuncia injustiças e abusos cometidos

contra o negro pobre, e leva os leitores a uma reflexão para que cobrem ações mais efetivas e menos perversas para as ditas “minorias”, ou seja, a linguagem carnavalesca empregada por Gilmar indica renovação – pois denuncia uma realidade considerada comum, mas que deve ser modificada – e, ao mesmo tempo, tomada de consciência da relatividade das verdades e das autoridades no poder, para que haja a renovação, assim como faz Latuff nas charges 1 e 2.

A linguagem carnavalesca das charges 3 e 4 apresenta o grotesco, o bizarro e, simultaneamente, ironiza as atitudes do policial e do branco rico. A ironia é utilizada como um elemento subversivo à ordem e ao poder. O policial, considerado autoridade, é ridicularizado pelo branco rico, e a ação do policial contra aquele que é marginalizado é ironizada pelo chargista. Portanto, na imagem das charges 3 e 4, as hierarquias são abolidas, assim como as regras e restrições convencionais são relativizadas tanto pelo branco rico, quanto pelo policial, mas sobretudo pelo chargista, que expõe e, ao mesmo tempo, critica e satiriza as ações dos dois, aceitas passivamente pela sociedade. A ironia, portanto, é utilizada como estratégia pelo chargista para promover a subversão à “ordem” estabelecida, bem como, um instrumento de crítica social e de denúncia das injustiças cometidas contra os negros.

Mais uma vez, percebemos que a carnavalização presente no gênero charge permite a noção de inversão de valores, pois imagem e palavra fundem-se para mostrar sarcasticamente uma realidade, levando o leitor à reflexão sobre a realidade e a uma possível reação sobre um acontecimento, que poderá provocar a mudança dessa realidade. No caso das charges 3 e 4, a mudança é relativa à postura dos policiais, e à conscientização de quem eles são e como devem proceder com as pessoas da periferia, assim como agem com pessoas brancas e ricas, ou seja, respeitosamente; além do mais, esse respeito deve ser recíproco.

Com isso, dentre as quatro categorias presentes no carnaval, assim como nas duas primeiras charges analisadas, nas charges 3 e 4, observamos que a *distância* entre os homens é eliminada, pois a posição valorativa do autor das charges está liberta de qualquer posição hierárquica e da ordem habitual. O chargista denuncia a ação de quem é hierarquicamente superior na sociedade, em suas ações covardes contra o branco rico – por não impor sua autoridade e se deixar humilhar por quem deveria respeitá-lo – e contra o preto pobre – por se sentir superior a ele e agir com violência. Percebemos também a *mésalliance* carnavalesca com a familiarização dos valores e ideias, na aproximação do “grande com o insignificante” – representados

pelo branco e o policial, e pelo policial e o negro – e uma crítica às atitudes de quem está hierarquicamente no poder econômico e social.

Compreendemos que há ambivalência nas imagens carnavalescas que compõem as charges analisadas, pois são estabelecidos contrastes entre eles: policiais são vítimas da violência verbal dos brancos ricos, mas com os pretos pobres são violentos. Há também *excentricidade* carnavalesca, pois Gilmar critica na charge o que é comumente aceito, levando o leitor a refletir sobre uma possível mudança do que é habitualmente aceito – policiais violentos e brancos ricos prepotentes.

No tocante ao riso carnavalesco, que pertence ao processo de mudança, notamos, nas charges 3 e 4, que esse riso aparece como escárnio, como ironia, como uma concepção de mudança de mundo: zomba-se da humilhação sofrida por aquele que humilha o preto, algo habitual para a população, mas que pode e deve ser modificado. Por meio dessa ironia, dessa crítica feita nas charges, o povo toma consciência dos dois mundos nos quais vivem os donos do poder no mundo oficial – homem branco rico que humilha o policial –, e os homens oprimidos pelo poder no mundo extraoficial – os negros que são massacrados pelos policiais. Os opressores então são desmoralizados quando as atitudes autoritárias e preconceituosas são denunciadas e criticadas.

Essa carnavalização presente nas charges incita a uma reação da sociedade às injustiças cometidas contra os negros, a partir do momento em que uma coletividade compreende a sua realidade. Ademais, como “todo desvelamento de contradições desloca inevitavelmente para o futuro” (BAKHTIN, 2018b, p.92), no momento em que há essa compreensão da coletividade, surge com ela a possibilidade de mudança, no caso aqui analisado, a partir dos pontos de vista do autor inseridos nas charges.

5.3 Análise das Charges 5 e 6

Figura 5



Charge de LZMZ publicada com um texto de Urariano Mota, em 05/06/2020⁴¹

Miguel, uma criança de 05 anos, morreu ao cair do nono andar de um prédio de luxo conhecido como "Torres Gêmeas" no bairro São José, em Recife, enquanto sua mãe passeava com o cachorro da patroa, que ficou responsável pela criança, enquanto fazia as unhas no seu apartamento.

A charge é apresentada com um texto de Urariano Mota intitulado "Miguel, os 5 anos mortos, e a escravidão" que remete ao caso e revela o horror da injustiça de classes no Brasil e o descaso da morte de negros. A patroa deixou que uma criança de 05 anos fosse ao encontro da mãe, e, quando o elevador parou no nono andar, o menino saiu do elevador e acabou caindo.

Figura 6



Publicado em 4 de junho de 2020, Brasil247

⁴¹ <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/urariano-mota-miguel-os-5-anos-mortos-e-a-escravidao/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

A charge 06 mostra a empregada doméstica, profissão de Mirtes, mãe do menino Miguel, passeando com o cachorro de sua patroa, enquanto sua patroa fazia as unhas e “cuidava” de Miguel. A imagem da mulher com o cão e o discurso supostamente da patroa “E vê se não demora” sugerem a realidade das mulheres pretas que trabalham como empregadas domésticas e o valor normalmente que elas têm para os patrões. Esse valor vai sendo atrelado ao fato de a patroa não ter tido cuidado com a criança e deixado que ela fosse atrás da mãe, o que resultou na morte de Miguel. Como sabemos, esse não é um caso isolado de um preto que morre. Muitas mães pobres e pretas, assim como a de Miguel, perdem seus filhos assassinados, enquanto trabalham, algo que já se tornou corriqueiro para a sociedade, embora pouco divulgado pela mídia, ao contrário do caso de Miguel.⁴²

Mais uma vez, percebemos que a sensação de superioridade e de distinção de pessoas que estão em situação de domínio, legitimando e tornando merecida a própria dominação é apresentada nas charges 5 e 6, o que possibilita que o branco se oponha ao negro como superior, sentindo-se no direito de oprimir-lo. Dessa forma, o branco se apropria de determinados espaços e não permite que o negro faça parte dele. Assim, as duas charges, que dialogam a partir da trágica morte de Miguel, objetivam mostrar como a segregação racial está presente no país que humilha e mata corpos negros.

A linguagem carnavalesca presente nessas charges ironicamente mostra como são tratadas pessoas brancas e pretas. De acordo com as imagens, enquanto a negra, empregada doméstica, passeia e cuida do cachorro da patroa, a branca, loira, que mora em um dos prédios da elite pernambucana, faz as unhas e não cuida do filho da empregada. Percebemos esse diálogo entre as duas charges a partir do contexto em que estão inseridas, e também do conhecimento sobre a realidade da empregada doméstica no Brasil, que não é muito diferente da realidade de Mirtes, mãe de Miguel.

Como discurso ideológico, as relações sociais colocadas pelos chargistas demonstram um posicionamento axiológico diante da situação trágica da morte de Miguel, como também diante do preconceito étnico presente na relação de trabalho

⁴² Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/04/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-de-predio-no-recife>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

entre a empregada doméstica preta (mãe de Miguel) e a patroa branca. Essas relações indicam valores compartilhados pela sociedade e devem ser questionados.

O posicionamento axiológico dos autores das charges 5 e 6 evidencia e, ao mesmo tempo, opõe-se ao racismo ironicamente mostrado nas imagens: a exclusão das pessoas pretas e pobres por uma elite branca que se acha superior pelos privilégios que tem. Com isso, muitos brancos veem os negros como inferiores, incapazes e merecem servir as pessoas brancas, por essa razão, não são dignos de ser tratados como os brancos, são, portanto, desprezados, como ilustrado na imagem com a patroa fazendo as unhas enquanto a criança preta está morta no prédio.

Nessa charge 5, a segregação é apresentada quando a patroa branca é ilustrada em primeiro plano sem se importar com o pequeno corpo negro que aparece em segundo plano na charge, ou seja, estão não apenas em planos diferentes, mas pertencem a mundos totalmente distintos. Novamente, o corpo desproporcional – da patroa comparado com o da criança –, portanto, carnavalizado, está presente na charge, indicando o poder do ‘maior’ sobre o ‘menor’, do que tem maior prestígio socioeconômico ou algum tipo de poder sobre o outro.

Existe o rebaixamento de caráter topográfico, concreto e perceptível, mas, ao mesmo tempo, ridicularizam-se as pretensões do indivíduo que se sente superior, no caso a patroa. Há, portanto, uma ambivalência nessa imagem por mostrar a contradição da verdadeira existência, na qual o “grande” não demonstra grandeza nas ações, por não se importar com a vida do “pequeno” Miguel. Assim, com a morte do menino, desmascaram-se a hipocrisia e a falsa seriedade do “grande”, e se busca uma nova seriedade, uma renovação, não biológica, com a morte de Miguel, mas uma mudança histórica.

Percebemos, com isso, que, repetidamente, as charges analisadas destacam o racismo associado à dominação econômica e social. Para combatê-lo, portanto, são necessárias mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas.

Entendemos também que, com essas críticas, os chargistas desnudam a realidade e estimulam as pessoas à luta por uma vida decente para todos, a partir do momento em que levam os leitores à compreensão do preconceito que move a sociedade dominada por maioria branca, como também à reflexão de que não se pode desumanizar uma pessoa por ela ser preta e pobre.

Atentamos também para o fato de que as charges mostram que a posição social do privilégio vem marcada pela violência, e, no caso de Miguel, negro e pobre, a

violência herdada pelo ódio da casa grande⁴³ aos escravos, e por essa razão comove poucos privilegiados, embora no contexto das charges 5 e 6, esse ódio não esteja explícito. Ademais, apesar de o caso Miguel ter uma grande repercussão na mídia, não significa que a sociedade tenha se comovido. A patroa não foi presa, tentaram incriminar a vítima, por querer ficar com a mãe, e Mirtes segue lutando por justiça.

Constatamos que os chargistas se posicionam diante da realidade factual, mostrando o ponto de vista em relação ao acontecimento. Na charge 5, LZMZ mostra o descaso da branca em relação à morte da criança preta e, na charge 6, Nando Mota destaca semelhança da relação entre patroa e empregada preta com os proprietários dos escravos ainda presentes no Brasil: a empregada que não pôde proteger o filho tinha que cuidar até do cachorro da patroa, obedecendo a suas ordens. Ao mesmo tempo que ela cuida do animal, ela é animalizada pela patroa. Essa animalização do corpo negro é representada na charge pela coleira também no pescoço da empregada, presa ao sistema hierárquico injusto a que ela é submetida.

Assim, como outros enunciados, as charges acabam sendo uma resposta a outros enunciados, pois é provocada e construída em função de fatos e enunciados que se sucedem. Ao mesmo tempo que o chargista assume uma posição axiológica, ele induz os interlocutores à compreensão e à avaliação da realidade.

Os chargistas confrontam ações de pessoas pertencentes a grupos com realidades distintas, mostrando o descompasso que há entre essas ações. A partir de uma visão carnavalesca, assim como nas charges analisadas anteriormente, os autores das charges 5 e 6 apresentam a sociedade pelo avesso, utilizando-se da ironia e revelando injustiças contra os negros.

Os elementos presentes nas charges e o que eles simbolizam estão impregnados de renovação e da consciência da relatividade das verdades, o que leva a uma libertação das normas e exigências sociais presentes no discurso oficial: o comportamento da patroa branca na charge desconstrói a “máscara social” usada para conter o preconceito e denuncia os abusos cometidos contra os negros na “casa grande”. Essa desconstrução leva à necessidade de renovação e de mudança.

Dentre as categorias presentes no carnaval, a *excentricidade* se destaca nas charges 5 e 6, por deslocar a vida do seu curso habitual e permitir que os aspectos ocultos da natureza humana sejam revelados: o comportamento de indiferença e

⁴³ Expressão que remete ao livro de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*.

desprezo da patroa pela morte do menino na charge 5, e a desumanização da empregada na charge 6.

Os dois mundos nos quais vivem os donos do poder e os oprimidos podem ser vistos e ridicularizado nas charges, assim o povo pode se conscientizar e lutar por mudança. São proferidos pontos de vista contrários às atitudes da patroa e ao preconceito da sociedade para que haja reflexão sobre a possibilidade de um mundo que contradiz o que é considerado normal no atual, isso significa que numa nova realidade o negro deve ser tratado com dignidade e respeito.

As imagens das charges 5 e 6 revelam as relações da sociedade escravocrata, na qual ainda vivemos, embora haja exceções, que trazem historicamente uma relação de ódio e de indiferença entre senhor/escravo – patrão/empregado, e, por meio delas, o chargista expressa não apenas seu ponto de vista axiológico, mas as visões da própria sociedade, na qual quem tem prestígio econômico domina e ignora a dor de quem não tem. Assim, a escolha das palavras, das cores, da estrutura composicional contribuirá para a compreensão do significado e do posicionamento que os autores das charges assumem diante do fato.

Considerações Finais

Neste trabalho, investigamos a charge com o intuito de analisar o modo como o chargista expõe seu ponto de vista axiológico, utilizando-se de uma linguagem carnavalesca para denunciar e criticar eventos que envolvem violência racial.

As análises mostram que o dialogismo é o modo central de constituição dos sentidos nas charges, que retomam por meio da alusão ao já-dito, ao não dito, o enunciado. Constatamos que o enunciado está voltado para o seu objeto e para o discurso do outro sobre ele (BAKHTIN, 2016, p.61), não há como dissociar essa relação. Dessa forma, o chargista apresenta um novo olhar sobre os eventos e reforça seu posicionamento diante do que é divulgado na mídia e de vários outros discursos circulantes na sociedade, ao mesmo tempo que retoma e comenta esses discursos a partir do contexto a que se referem, o que ressalta as potencialidades dialógicas e ideológicas do gênero charge. Ademais, dialogando com outros discursos, as charges com temática racista analisadas neste trabalho contribuem para o combate ao racismo no Brasil, configurando-se, assim, como antirracistas.

Podemos dizer, então, que a linguagem carnavalesca não apenas está presente no gênero charge, mas contribui essencialmente para a construção do posicionamento axiológico antirracista dos sujeitos chargistas. Por meio da carnavalização nas charges com temática racista, o chargista, além de criticar o racismo, de maneira irônica e sarcástica, procura também conscientizar a sociedade de que, muitas vezes, não acredita que o racismo faz parte da realidade brasileira, ficando mais difícil combatê-lo.

Além disso, a linguagem carnavalesca nessas charges reflete e refrata o racismo, considerando questões históricas, sociais e ideológicas, de modo que leva o leitor a pensar em um outro ideal de sociedade menos racista e mais justa, denuncia o discurso racista e o preconceito contra negros, reproduzido por uma parcela significativa da sociedade brasileira.

Para isso, nas charges com temática racista analisadas, o chargista confronta as ações das pessoas pertencentes a grupos com realidades distintas, mostrando ações contraditórias ao que se espera de uma sociedade séria. Esse confronto se dá a partir de uma visão carnavalesca que apresenta a sociedade pelo avesso, por meio do sarcasmo e da ironia, mostra injustiças e revela ações perversas contra o negro.

Nesse confronto, imagem e palavra são fundamentais, pois contribuem para incitar o leitor à reflexão sobre a realidade e a uma possível reação sobre um acontecimento, que poderá provocar a mudança dessa realidade. Assim, muitas ações tidas como comuns são denunciadas e atitudes preconceituosas são questionadas e passam a ser vistas como abusivas. As charges mostram, portanto, a possibilidade de renovação com a desconstrução do preconceito, a partir do riso, da ironia, do sarcasmo que expõe a concepção de mundo diferentemente da vida oficial.

Nas charges analisadas, por exemplo, o policial que mata em vez de proteger, e que não reage quando é humilhado por um branco rico da mesma forma como age com um preto pobre, quebra a nossa expectativa; dessa forma, o sério torna-se risível pela contradição que apresenta. Portanto, o chargista apresenta um assunto sério construído ironicamente. Nesse caso, são as ações contraditórias que provocam o riso e não o acontecimento propriamente dito.

Desse modo, o que nos faz “rir” é a junção de imagens com ideias adicionais contrárias. Entretanto, essas ideias não devem nos conduzir à imagem de um riso que se opõe ao “sério”, ao “oficial”, mas ao riso que aparece quando compreendemos que “o ‘ridículo’ ou o ‘absurdo’ não estão na realidade concreta, mas, sim, no sujeito, que acredita que sua razão pode dar conta de prever todas as nuances do mundo efetivo” (ALAVARCE, 2009, p.107).

A ambivalência do riso irônico carnavalesco presente nas charges permite que o leitor perceba o “mundo às avessas”. Os autores das charges não apenas inserem seus pontos de vista axiológicos, mas confrontam, por meio das imagens das charges, com outros pontos de vista de uma realidade racial que necessita de mudanças. Como as ideologias e os preconceitos étnicos são adquiridos por meio da comunicação, e legitimados no discurso reproduzido e compartilhado dentro do grupo dominante, essas mudanças são difíceis e demoradas, por isso é necessária uma mudança da postura de quem detém os privilégios econômicos, políticos e sociais.

Obviamente, muitas das vezes, esse grupo privilegiado terá opiniões e valores baseados no contexto em que vivem, por isso é necessário que os menos favorecidos tenham consciência do espaço que ocupam e lutem por mudança na sociedade. Com isso, o ponto de vista entendido como tomada de posição, repleto de valores em relação ao objeto do discurso, expressa a postura social do autor da charge e aparece como um discurso-resposta aos acontecimentos, comportamentos violentos contra o negro e outros discursos circulantes, criticados nas charges.

Para atingir esse objetivo, o chargista utiliza a linguagem carnavalesca, por meio de texto verbal e visual, quando este está presente, para ironizar, criticar e denunciar os acontecimentos numa determinada época, sendo então essencial, nesse gênero, focalizar esses elementos para a compreensão do sentido. Dessa forma, imagem e elementos linguísticos se misturam para a construção e compreensão do texto e para a caracterização do gênero. Contribuem, com isso, para a compreensão da posição axiológica do autor, que sempre está impregnada de valores a partir de um contexto que determinará a entonação do discurso e a imagem adequada para expressar essa posição.

Posto isso, esperamos ter contribuído para a compreensão de que a carnavalização, presente nas charges com temática racista, que se configuram como antirracistas, é essencial para que os chargistas assumam sua posição axiológica. Dessa forma, eles não apenas revelam o racismo presente na sociedade, mas apresentam o mundo diferente do oficial, ironizando-o, e, sobretudo, levam a sociedade à reflexão contra a dominação racista. As charges, portanto, são pontos de vista axiológicos repletos de influências das crenças e valores dos grupos sociais dos quais os autores fazem parte.

Sabemos que ainda há muitas questões importantes que podem ser aprofundadas, relacionadas ao discurso antirracista e à carnavalização, que não conseguimos fazer agora, vemos, portanto, a possibilidade de trabalhos futuros nos quais essas questões possam ser estudadas, em outros gêneros discursivos e por outro ângulo, de modo que consigamos perceber como o autor constrói seu ponto de vista e nos revela um outro olhar sobre a sociedade e as relações que nela construímos. Por fim, esperamos melhores relações em direção a um futuro mais justo para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALAVARCE, Camila da Silva. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos – SP: Pedro e João editores, 2010b. PDF
- BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance I: A estilística*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2018a.
- BAKHTIN, Mikhail. *Teoria do romance II: as formas do tempo*. São Paulo: Editora 34, 2018b.
- BAUER, Martin W. & GASKELL (editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BERNARDI, Rosse Marye. Rabelais e a sensação carnavalesca do mundo. In: *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2018.
- BETHENCOURT, Francisco. *Racismo: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2ª ed. Campina: Unicamp, 2008.
- BRAIT, Beth. A palavra mandioca do verbal ao verbo-visual. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, v.1, n.1, p.142-160, 1º sem. 2009.
- BRAIT, Beth. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, 8 (2): 43-66, Jul./Dez. 2013.
- BRAIT, Beth. Enunciado, enunciado concreto, enunciação. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2017. p.61-78.
- CALAZANS, Janaina de Holanda Costa. *O gênero das últimas questões: os quadrinhos de Mafalda e a menipeia*. 2021. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021.

CAMINHA, Marina. O humor racista midiático: as políticas da dor e do ódio como desenho risível do corpo negro. In: *ArtCultura Uberlândia*, v. 22, n. 41, p. 126-147, jul.-dez. 2020.

CUNHA, Dóris de Arruda C. O outro no discurso: representação e circulação. In: DE PAULA, L. e STAFUZZA, G. *Círculo de Bakhtin: concepções em construção*. Campinas: Mercado de Letras, 2019a. p.53-78.

CUNHA, Dóris de Arruda C. Linguagem, diálogo, ponto de vista, interpretação: uma leitura de artigos de opinião. In: BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz; FRANCELINO, Pedro Farias (orgs.). *Linguagem e conhecimento* (Bakhtin, Volóchinov, Medviédev). Campinas: Pontes Editores, 2019b. p.153-181.

CUNHA, Dóris de Arruda C. Reflexões sobre o ponto de vista e a construção discursiva de comentários de leitores na web. In: *Revista Investigações*, Vol.25, nº2, 2012a. p.21-41.

CUNHA, Dóris de Arruda C. Dialogismos e ponto de vista: um estudo da charge. In: *Eutomia: revista de literatura e linguística*, Vol.01, nº09, 2012b. p.244-263.

CUNHA, Dóris de Arruda C. Circulação, reacentuação e memória no discurso da imprensa. In: *Bakhtiniana*, São Paulo, Vol. 01, nº02, 2o sem. 2009. p. 23-39.

CUNHA, Dóris de Arruda C. Do discurso citado à circulação dos discursos: a reformulação bakhtiniana de uma noção gramatical. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, Vol.15, nº22, jan./jun. 2008. p.129-144.

DIJK, Teun A.van. *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*. São Paulo: Contexto, 2021.

DIONÍSIO, Angela P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; & BRITO, K. S. (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2017. p.37-60.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, NEVES, Paulo Sérgio da Costa e SILVA, Paula Bacellar. A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. In: *Revista Brasileira de Educação* V. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

MAUAD, Ana M. Fotografia e história: possibilidade de análise. In: CIAVATTA, M. & ALVES, Nilda (org.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2017. p.167-176.

MEDVIÉDEV, Pável N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2019.

MOREIRA, Adilson. *Racismo recreativo*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

PEREIRA FILHO, Ernesto Luiz. Reflexões sobre a igualdade racial. In: *Cadernos de Educação – Ano XV, n. 23, jul./dez. 2010 – 2 ed.* Brasília: CNTE, 1996–Semestral - ISSN 1982-758X.

RENFREW, Alastair. *Mikhail Bakhtin*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3^oed. 14^a reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Celso José. O Estatuto da Igualdade Racial: Avanços, limites e potencialidades. In: *Cadernos de Educação – Ano XV, n. 23, jul./dez. 2010 – 2^a ed.* Brasília: CNTE, 1996–Semestral - ISSN 1982-758X.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Paulo Vinícius Batista e ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In: Van Dijk (org.). *Racismo e discurso na América do Latina*. São Paulo: Contexto, 2012. p.73-117

SOBRAL, Adail. Filosofias (e filosofia) em Bakhtin. In: Beth Brait (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2017. p.123-150.

SOUZA, Jessé. *Como o Brasil criou o racismo*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VOLOCHÍNOV, Valentin N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

VOLÓCHINOV, Valentin N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais no método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina, Volkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.